

8 ARTIGOS
ACADÊMICOS

RESENHA
DO LIVRO "ENTRE SOCIÓLOGOS...."

ENTREVISTA
JULIA O'DONNELL

VOLUME 13 - Nº 1 - ED. 2015

revista
habitus

ISSN: 1809-7065



www.habitus.ifcs.ufrj.br



Volume 13 – Número 1 – Edição 2015

www.habitus.ifcs.ufrj.br

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Augusto César Rocha de Alencar, Bárbara Lima Machado, Camila Bevilaqua Afonso, Caio César de Azevedo Barros, Ceci Penido da Cunha, Íria de Carvalho e Borges, Isaura de Aguiar Maia, Joyce Barreto de Sá Abbade, Paulo Roberto do Couto Filho, Paulo Leme Gonzalez Büll, Rachel Gomes Barquette, Rodolfo Teixeira Alves.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lenguita, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial 2014.....	4
Determinantes da vitimização: Brasil, Chile e Colômbia.....	7
A razão instrumental e a prática tecnicista na abordagem dos desastres.....	21
A sociologia francesa no Sul Global: o caso do <i>Cahiers Internationaux de Sociologie</i>	28
A carreira da pichação em etapas de (des)envolvimento	41
As políticas criminais e o neoliberalismo no Brasil: Debates atuais.....	52
O método da economia política e a interpretação crítica em Mariátegui.....	65
A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar.....	72
Autoritarismo competitivo na América Latina: o caso do Peru sob o governo Alberto Fujimori (1990-2000).....	88

Entre Sociólogos: Versões conflitivas da ‘Condição de Sociólogo’ na USP.....	102
“Cada um sabe o seu lugar no Rio de Janeiro”: Entrevista com Julia O’Donnell.....	107

EDITORIAL | VOL. 1 – Nº 13 – ANO 2015

“REDUÇÃO NÃO É SOLUÇÃO”

“Ó, vós que entraís, abandonai toda a esperança”

Dante Alighieri, in INFERNO, Divina Comédia.

A maior dificuldade de se debruçar sobre um editorial, isto é, aquele prólogo aos textos que estão na ordem central de qualquer obra, seja um livro ou uma revista, como é o caso, é o ressentimento de se estar traindo os originais, compreendendo a incumbência de um editorial em trazer aos leitores uma síntese do que está por vir. Certamente conhecemos e concordamos com a excelência dos prólogos de Jorge Luis Borges: de certa forma trazem a confissão do autor acerca de seus textos; ilidem possíveis protuberâncias das palavras. Os prólogos, nesse sentido, ao menos nas obras do escritor argentino, servem como um contato franco – sem se furtrar da ficção - para dar algumas observações... Diante da indignação da crítica, que não perdoa que um autor se arrependa. Assim, o trabalho de lapidar um editorial está longe de ser o conforto de escrever um prólogo de sua própria obra, quando o autor se prostra a pensá-la no seu conjunto e tem a responsabilidade de mutilá-la a bem introduzi-la ao leitor; pois um editorial, ao contrário, tem a responsabilidade de mutilar obras alheia, resumir um esforço orgânico das palavras que, em rotação e translação, figuram a atmosfera do texto.

Saindo desse prólogo do prólogo, convém falar desta primeira parte da 13ª edição, primeiro semestre de 2015, da Revista *Habitus*. São oito artigos, uma entrevista e uma resenha. Colaboram, assim, com os debates em antropologia, ciência política e sociologia, as disciplinas base das Ciências Sociais. A heterogeneidade dos artigos reflete o Comitê Editorial da revista, os debates e opiniões dos seus membros, gerando um maior diálogo ao bem do necessário para o funcionamento de uma revista de ciências sociais.

Correndo o risco da trivialidade, vale percorrer algumas linhas falando da importância de uma revista para graduação dentro de uma ordem científica. Compreendendo a necessidade que o exercício exige, bem como a propagação de conhecimento, o espaço proporciona aos alunos muitas vezes a primeira experiência de publicação de suas pesquisas, fortalecendo suas trajetórias acadêmicas com melhor nitidez de seus objetos. Portanto a Revista *Habitus* orgulha-se do seu papel e reafirma a necessidade cada vez maior de espaços como estes.

Cabe agora o esforço de introduzir o leitor aos artigos, à entrevista e resenha através de um pequeno resumo de cada trabalho. Sabemos que o resumo, assim como a tradução, isso já apontado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro no prólogo de seu livro, é um traição. Resignamo-nos em escolher quem se vai trair; esperamos o reconhecimento, posto que esta seja

uma obrigação nos impõem, e desde já pedimos desculpas pelas insatisfações que porventura possam aparecer.

O primeiro artigo, “[Determinantes da Vitimização: Brasil, Chile e Colombia](#)”, de Isabele Sales dos Anjos e Eduardo Ramos, dá conta da discussão sobre o fenômeno de vitimização por crimes no Brasil em comparação com esses dois outros países, tomando como base similaridades entre a violência latino-americana.

O autor Guilherme de Carli em seu texto intitulado “[A razão instrumental e a prática tecnicista na abordagem dos desastres](#)” discorre sobre o imaginário social acerca dos desastres. Ele problematiza o predomínio do caráter tecnicista ao lidar com esses eventos e procura dar ênfase numa abordagem que considere a dimensão simbólica e humana dos afetados. Para isso, estabelece um interessante diálogo com a literatura frankfurtiana e seu aparato conceitual apropriando-se da noção de “razão instrumental”.

No artigo “[A sociologia francesa no Sul Global: o caso do Cahiers Internationaux de Sociologie \(1950 - 1980\)](#)”, Raphael Lebigre analisa a produção e repercussão do importante periódico francês para a produção de conhecimento do Sul Global, criado pelo sociólogo Georges Gurvitch, e coordenado até 2011 (ano de sua última edição) por Georges Balandier.

Utilizando metodologia antropológica, em “[A carreira da pichação em etapas de \(des\)envolvimento](#)”, o autor Vinicius Moraes de Azevedo desenvolve uma etnografia sobre grupos de pichadores que atuam em bairros periféricos do Rio de Janeiro. O autor constata, em campo, que [diferentes](#) níveis de envolvimento com a prática da pichação levam a diferentes mudanças na subjetividade e percepção do indivíduo e da forma como ele dialoga com a cidade e analisa, assim, a pichação em suas diferentes etapas de (des)envolvimento.

O artigo de Kíssila Teixeira Mendes “[As políticas criminais e neoliberalismo no Brasil: Debates atuais](#)” analisa a lógica neoliberal e sua inserção no país, além da participação desta na ideologia das políticas criminais e penais brasileiras. O trabalho é apresentado através de pesquisas quantitativas que buscam prová-lo, assim como a ideia de que o neoliberalismo responsabiliza as populações pobres pelo crime, através da chamada “criminalização da pobreza”.

Já “[O método da economia política e a interpretação crítica em Mariátegui](#)”, feito por Marcus Bernardes busca, de forma original e ensaística, conexões entre a proposta metodológica de Marx e a interpretação da realidade peruana realizada por Mariátegui (considerado o primeiro autor marxista original da América Latina). Nessa busca, o autor do artigo nos mostra como o método da economia política marxista pode ser atrelado ao desenvolvimento esboçado por Mariátegui sobre o povo incaico, ou, em outras palavras, como o método dialético pode dialogar com as vicissitudes de cada momento histórico ímpar.

“[A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar \(1964 – 1985\)](#)” de Ricardo José Braga Amaral de Brito, analisa as experiências históricas da revolução de 1930,

das Ligas Camponesas e as formas de subjugação econômica e política praticadas ao longo do período analisado tendo como base bibliografia do tema e relatos de trabalhadores.

No último artigo, "Autoritarismo competitivo na América Latina: o caso do Peru sob o governo Alberto Fujimori (1990 - 2000)", Jean Lucas Macedo Fernandes traz a perspectiva histórica do período de governança do ditador peruano, onde o autor situa o regime no chamado "autoritarismo competitivo"; um subtipo de regime híbrido que se caracteriza substancialmente por medidas autoritárias de um determinado governo.

Além dos artigos, a resenha do livro "Entre sociólogos: versões conflitivas da 'condição de sociólogo' na USP dos anos 1950-1960" da socióloga Carolina Pulici (2008), feita por Denizar Amorim Azevedo, aborda o texto que reconstrói as relações sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP) das Cadeiras de Sociologia nas décadas de 1950 e 1960.

Por fim, tivemos o prazer de realizar uma entrevista com a antropóloga Julia O'Donnell que fala de seus trabalhos, dos conflitos urbanos acerca das praias da zona sul carioca e dos processos imobiliários de na Barra da Tijuca. Também contou sua trajetória e de como chegou na Antropologia.

Seja a inscrição no portal do Inferno de Dante Alighieri; a tela preta ao som de Richard Strauss ("Thus Spoke Zarathustra", Op. 30) no começo de 2001: uma odisséia no espaço de Stanley Kubrick; assim como em muitas outras obras; esses prólogos vêm para ambientar o leitor/espectador à obra, tirando-o de uma órbita e trazendo-o à órbita da obra. Assim cada autor, artista e editor tem a responsabilidade de melhor tratar esses espaços de inserção. Antes de tudo – este é o lugar de um prólogo, um editorial –, uma zona de perigo constante, sempre passível de erros e pouco fadada ao acerto. É sempre um sentimento de insatisfação que nos delega o término de um prólogo ou editorial. Portanto o nosso sentimento sincero é que esta singela introdução sirva mais como ambientação à obra e menos como uma redução dela. E vale a conjuntura atual: redução não é a solução.

Desejamos uma boa leitura! 📖

Comitê Editorial | Revista Habitus – IFCS/UFRJ

DETERMINANTES DA VITIMIZAÇÃO: BRASIL, CHILE E COLÔMBIA

DETERMINANTS OF VICTIMIZATION: BRAZIL, CHILE AND COLOMBIA

*Isabele Sales dos Anjos**

*Eduardo Ramos**

Cite este artigo: ANJOS, Isabele Sales dos. RAMOS, Eduardo. Determinantes da vitimização: Brasil, Chile e Colômbia. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.7-20, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 de julho 2015.

Resumo: A violência latino americana apresenta características particulares, ainda assim ganha contornos próprios em cada país. Neste trabalho focaremos na análise do fenômeno da vitimização por crimes Brasil, Chile e Colômbia devido às características ímpares destes países em relação ao resto do grupo. Faremos uma análise temporal das taxas de homicídio usando como fonte os dados fornecidos pela PAHO (Organização Pan-Americana de Saúde), e conjuntamente a ela, analisaremos os dados de vitimização por outros tipos de crime, disponibilizados a partir do survey Latinobarómetro, com as quais buscaremos montar um panorama dos determinantes da vitimização por crimes nesses países.

Palavras-chave: Vitimização, Homicídio, Violência e América Latina.

Abstract: Latin-american violence presents particular traits, and yet it gains its own contours in each country. In this essay, we'll focus on analyzing the phenomenon of victimization for crimes Brazil, Chile and Colombia due to singular characteristics of this countries among the rest of the group. We will present a time analysis of homicide numbers using as data source the findings of PAHO (Pan-American Health Organization), and alongside it, analyze the victimization data on other modes of crime, available through Latinobarómetro survey, aiming to create a landscape of victimization determinants for crimes in those countries.

Keywords: Victimization, Homicide, Violence and Latin America.

A violência é um fenômeno que atinge em maior ou menor grau todo o mundo, no caso dos países latino americanos está cada vez mais presente, aumentando seu grau de interferência sobre o cotidiano das pessoas. O medo de ser vítima de algum crime é um elemento que habita a vida dos indivíduos, juntamente com os seus afazeres habituais. As pesquisas de vitimização por crimes nos permitem avaliar, entre outras, dimensões do perfil dos indivíduos que os tornam mais propensos a ela, o que contribui para a compreensão de dimensões importantes da manifestação da violência nas cidades. Assim, realizamos uma análise dos dados relativos à vitimização por homicídios e por crimes em geral a partir de uma série temporal e, também, uma análise do perfil sociodemográfico de vítimas de delitos (como:

roubo, agressão, furto, etc.) com base em um modelo de regressão logística; controlando as variáveis: sexo, raça, faixa etária, escolaridade, estado civil, situação ocupacional e percepção do nível socioeconômico.

Em razão das configurações da violência e da criminalidade na América Latina, alguns países se destacam seja pelos elevados números de homicídios seja pelas diversas incursões do Estado para a diminuição de crimes; outros, por suas baixas taxas de mortalidade ou pela elevada vitimização, tal como reportada nas pesquisas a este respeito. Desse modo, utilizamos o Brasil, a Colômbia e o Chile como objetos de nosso estudo, os dois primeiros países - Brasil e Colômbia - por possuírem um extenso histórico de violência, envolvendo altos índices de mortes violentas, alta fluidez do narcotráfico e diferentes experiências de políticas públicas de segurança para redução da criminalidade, e o Chile, que apesar de não apresentar o mesmo cenário de violência, possui altas taxas de vitimização, indicando uma elevada incidência de crimes por outros tipos de delitos.

Nos últimos 50 anos os países latinos passaram por diversas transformações sociais e políticas fazendo com que a violência nestes se desse de maneira diferente do resto do mundo (Soares, 2008). Homicídios, agressões, crimes contra o patrimônio ocorrem em todo o mundo, todavia na América Latina estes são influenciados pela presença de atores sociais específicos, relacionados diretamente com a fluência do narcotráfico e com formas de legitimação da violência em contextos diferentes que levam o fenômeno a assumir contornos próprios (RIBEIRO e IULIANELLI, 2000).

Imbricados nessa realidade destacamos três países: Brasil, Colômbia e Chile por possuírem características muito singulares do fenômeno. No Brasil o tráfico de drogas se massificou ao longo de décadas fazendo com que este tenha sido objeto de diversas políticas de segurança pública, ainda assim, sua presença resultou em ramificações sociais que se manifestam em diversos escopos da vida pública. (idem, 2000). O Chile tem se mantido como um dos países de menor taxa de mortes violentas do continente. Enquanto que, na Colômbia, apresenta-se um cenário não muito diferente do Brasil, talvez pela presença do comércio ilegal de drogas, que assumiu um caráter paramilitar, afetando a vida social de forma inefável, havendo uma elevada taxa de homicídios (VALLAVECES-IZQUIERDO, 2000).

Dito isso, para tentar compreender esse contexto, vamos analisar duas séries temporais: uma de homicídio e outra de vitimização, a fim de captar seus contornos. Em seguida, partimos para a observação dos determinantes da vitimização por outros crimes que não homicídios, de modo que possamos identificar os perfis de risco da vitimização no ano de 2009, a fim de detectar os grupos sociais mais vulneráveis.

1. Análise temporal descritiva dos dados de vitimização por homicídios e por crimes em geral

Nas diversas análises realizadas sobre a violência, há uma preferência na utilização dos dados de homicídio, considerados dados mais confiáveis por serem oficiais e quase não sofrerem de subnotificação. Entretanto, o número de homicídios sofre alterações de acordo com a fonte

de coleta. Costumeiramente existem duas fontes, uma ligada à saúde e outra às autoridades policiais (CANO e RIBEIRO, 2009). Já os dados de vitimização, que são coletados através do contato direto com a vítima de crimes como roubo, furto, agressão e etc., servem como complemento a compreensão das dimensões não alcançadas pelos dados de homicídio, o que conjuntamente a ele corrobora para apreender a extensão do fenômeno da violência.

Um dos problemas encontrados na elaboração dos dados nacionais de homicídios é a diferença existente nas classificações. Enquanto a fonte policial está condicionada ao conceito jurídico de homicídio, ou seja, sujeita a interpretações difusas, que variam de acordo com a legislação penal nacional, a classificação do campo da saúde consegue abranger a unidade nacional de forma homogênea, tendo uma categorização universal do tipo de morte que poderá ser enquadrado como homicídio, baseada na Classificação Internacional de Doenças (CID) (CANO e RIBEIRO, 2009).

Sendo as informações da saúde a principal fonte utilizada em âmbito mundial, os pesquisadores costumam utilizar os dados da OMS - Organização Mundial de Saúde - e na América Latina o PAHO - Organização Pan-Americana de Saúde -, dada a sua abrangência. No entanto, mesmo que os dados dessas organizações possam abranger um número maior de países, ainda dependem das informações fornecidas pelas agências competentes de cada país, e em função disto, tanto a OMS quanto a PAHO demoram muito para coletar e processar a enorme quantidade de dados país por país.

Tendo consciência dos diversos implicativos que circundam a obtenção dos dados de homicídios, utilizamos os fornecidos pela PAHO (Organização Pan-Americana de Saúde), prezando pela homogeneidade da fonte, tornando possível a comparabilidade entre as taxas de homicídio dos três países observados. Os dados são referentes aos anos de 2001 a 2010. Assim, realizamos a partir destas informações uma série temporal, no entanto, diferentemente da análise dados de vitimização por crimes (como roubo, furto e etc.), dos quais estudamos alguns determinantes para avaliar um perfil de risco, como veremos a seguir, não realizamos a mesma para os crimes de homicídio, pois não foi possível encontrar uma base de dados homogênea aos três países.

O gráfico 1 apresenta o número de homicídios por 100.000 habitantes no Brasil, Colômbia e Chile entre os anos de 2001 e 2010. Nele, podemos observar que as taxas de homicídios mais altas são as da Colômbia e do Brasil, respectivamente, enquanto, as taxas de homicídios do Chile são as mais baixas dentre os três países, não ultrapassando mais do que 6 mortes a cada 100.000 habitantes em nenhum dos anos analisados na série temporal.

Na Colômbia – país que apresenta taxas de homicídios superiores a 50 por 100.000 habitantes [A1] –, entre 2001, 2002 e 2003 (79,91; 82,85 e 73,17, respectivamente), observamos que há uma tendência ao aumento dos números de homicídio no país. Em 2004, podemos observar uma pequena redução nas mortes violentas em relação aos anos anteriores (69,09). Já a partir de 2005 (57,8) é possível constatar uma queda nas taxas de homicídio colombianas, que

se manteve até o ano de 2008, que chegou a 55,07 homicídios para cada 100.000 habitantes. No ano de 2009 há um pico de 60,36 mortes por 100.000 habitantes, que decaí para 53,1 em 2010.

Segundo ÁLVAREZ, (2010), a redução dos homicídios do ano de 2010 (53,1) em relação a 2009 (60,36) dá-se pelas mudanças do perfil etário das vítimas de homicídio, que passaram a se concentrar na faixa que vai de 20 a 36 anos, anteriormente com predominância entre os mais jovens. E, um outro seria pela redução das mortes em áreas rurais, já iniciadas em 2009, apresentando uma variação negativa de 20,20%. Para GAWRYSZEWSK, SANHUEZA, MARTINEZ-PIEDRA, ESCAMILLA, e SOUZA, (2012), a queda nas taxas de homicídio na Colômbia, que vão do período de 2005 a 2008, se dão possivelmente por políticas governamentais implementadas e adoções de medidas de prevenção em algumas cidades que mantinham níveis muito elevados. Por exemplo, em Medellín, Colômbia, foi verificado maiores declínios nas taxas de homicídios em áreas de baixa renda onde foram realizados investimentos e intervenções na infraestrutura, comparativamente às áreas controle.

No Brasil, as taxas de homicídio não variam acima de 30 por 100.000 habitantes, no entanto, o número de homicídios permanece alto em relação a outros países da própria América Latina, como a Argentina e o Uruguai (que apresentam taxas inferiores a 6 mortes a cada 100.000 hab., segundo dados da PAHO 2010 [1]). Segundo WAISELFISZ, (2011), apesar das taxas de homicídio brasileiras permanecerem praticamente iguais[2] muita coisa parece ter mudado, a começar pelo aumento da “violência homicida” em áreas de menor densidade e peso demográfico, o que se espera dos grandes centros urbanos do país.

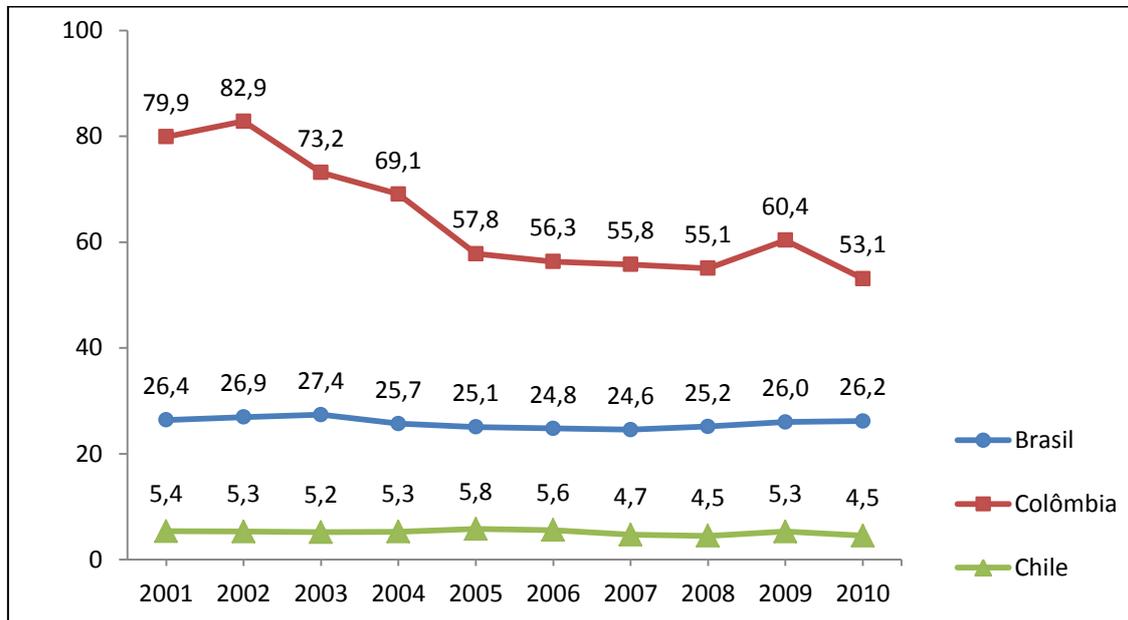
“Pela sua exposição na grande mídia esperava-se violência em Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e pelas informações estatísticas da época, em Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais. Mas poucos, ou ninguém, poderia antecipar poucos anos atrás que Alagoas ou Pará fossem ocupar um lugar de grande destaque no panorama da violência do nacional.” (WAISELFISZ, 2011)

Considerando a população referente de cada ano, segundo as informações do PAHO, entre os anos de 2001 e 2010, passamos de 26,4 a 26,2, respectivamente. Apresentando variações de menos de 1% a.a. No ano de 2003 observamos a maior taxa da série histórica (27,41 por 100.000 habitantes), ainda que os quantitativos apresentem oscilações, aumentando um ano, caindo outro, o que denota uma situação de equilíbrio instável. Desse modo, vários fatores concomitantes e complexos parecem intervir na explicação dessas quebras e oscilações a partir de 2003: políticas de desarmamento, planos e recursos federais e estratégias de enfrentamento de algumas UF parecem atuar concomitantemente (WAISELFISZ, 2011).

No Chile, diferentemente dos outros países observados, as taxas apresentadas no período de 2001 a 2010 possuem poucas oscilações, 5,36 e 4,54, respectivamente, com variações de menos de 1% a.a., tal como o Brasil. É um dos poucos países da América Latina com baixas taxas de homicídio, juntamente com países como Argentina e Uruguai, chegando próximo, também, as taxas dos EUA. Apesar de possuir indicadores socioeconômicos e demográficos tão desfavoráveis quanto os do Brasil e da Colômbia, o Chile vem conseguindo manter taxas próximas à países considerados desenvolvidos e estabilizados na ordenação econômica

globalizada (GAWRYSZEWSK, SANHUEZA, MARTINEZ-PIEDRA, ESCAMILLA, e SOUZA, 2012).

Gráfico 1 – Taxas de Homicídio no Brasil, Colômbia e Chile entre os anos de 2001 e 2010



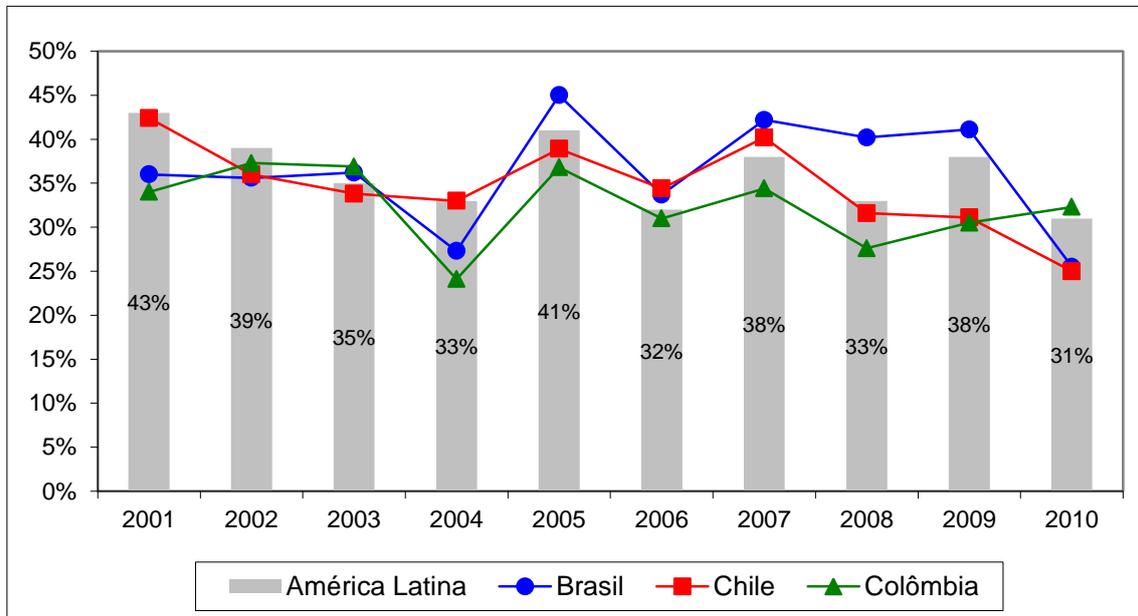
Fonte: PAHO - Brasil, Colômbia e Chile. Anos: 2001 a 2010.

Os dados de homicídios acabam não sendo suficientes para compreender o fenômeno da violência, pois estes não registram outras formas de manifestações da criminalidade como os casos de crime contra o patrimônio, agressões e etc., os quais, por sua vez, são mais adequadamente apreendidos em pesquisas de vitimização. Os dados dessas pesquisas ajudam a complementar os registros oficiais de crimes, pois estes têm como fonte o relato da própria vítima e/ou testemunha do delito.

Para evitar problemas metodológicos, em relação a comparabilidade dos dados do Brasil, Chile, Colômbia e América Latina sobre a vitimização, utilizamos os dados do survey de opinião Latinobarômetro para realizar a série de vitimização por roubo, furto, agressão e outros delitos. Este survey realizado ao longo dos anos 2000, abrangendo os países estudados e um total de 17 países latinos, apresenta um padrão de perguntas referente à vitimização. Este segue o modelo do questionário do Eurobarômetro, o que torna possível, por exemplo, a comparação entre países de continentes distintos. Utilizamos a seguinte pergunta: ¿Ha sido Ud.(1) o algún pariente (2) asaltado, agredido, o víctima de un delito en los últimos doce meses?(ESPERE RESPUESTA, SI DICE SI PREGUNTAR ¿UD. O UN PARIENTE? MARQUE UNA SOLA EN P73STM.A) [3], que nos permite analisar individualmente se o próprio entrevistado foi vítima de algum crime. A partir das respostas permitidas à pergunta do questionário deste survey, elaboramos a variável de vitimização que utilizamos em nossas análises. Suas categorias foram recodificadas, de modo que codificamos uma resposta onde apenas o respondente afirmava ter sido vitimizado, separando, em outra alternativa, as respostas que continham casos de familiar vitimizado e respondentes que não sofreram vitimização, permitindo que metodologicamente

fosse possível medir o perfil dos vitimizados sem a interferência das outras repostas, ou seja, isolamos a resposta dos entrevistados que sofreram algum tipo de crime.

Gráfico 2 - Taxa de Vitimização no Brasil, Colômbia, Chile e América Latina entre os anos de 2001 e 2010



Fonte: LatinoBarômetro [4] -Brasil, Colômbia e Chile. Anos: 2001 a 2010.

O Gráfico 2 aponta a evolução da vitimização entre os anos de 2001 e 2010 do Brasil, Chile e Colômbia indicando ainda a média do continente. Desta forma podemos observar que a evolução das taxas de vitimização dos três países não difere muito do restante da América latina. Tal como entre os próprios países, as taxas de vitimização no período analisados não variaram acima de 50%.

Na análise conjugada dos dois gráficos (1 e 2), podemos observar que no Brasil, as taxas de homicídio, que apesar de sofrerem baixas oscilações, continuam altas, apresentando um quadro similar em suas taxas de vitimização, também elevadas. Indicam-nos, portanto, uma grande incidência de crimes por morte violenta e também de crimes decorrente de assalto, agressão e outros delitos. Segundo WAISELFISZ, (2011), a redistribuição espacial da violência homicida, se dá por uma nova dinâmica da violência, através de um processo de desconcentração nas regiões metropolitanas para as do interior, contribuem para a permanência do nível elevado de homicídios. No Chile, predominam as mais baixas taxas de homicídio dentre os países analisados neste artigo, mas, em contrapartida possui taxas de vitimização tão elevadas quanto às do Brasil e Colômbia, mostrando um maior grau de ocorrência para crimes em geral do que por mortes violentas.

Tendo em vista as elevadas taxas de vitimização dos três países analisados, optamos por aprofundar a investigação para poder estimar o perfil das vítimas de delitos; como assalto, agressão, dentre outros, o que de outra forma, através dos registros de ocorrência, seria

improvável (BORGES, 2013). Assim, concentramos nossas atenções ao ano de 2009 para a elaboração dos determinantes de vitimização do Brasil, Colômbia e Chile. Pois, ainda que os dados mais recentes disponibilizados pelo survey sejam os do ano de 2010, a partir de 2009 podemos acompanhar uma queda das taxas de vitimização tanto no Brasil e no Chile quanto na América Latina, e um leve aumento nos dados da Colômbia [5], o que nos levou a apuração dos perfis para este ano, como veremos a seguir.

2. Determinantes de Vitimização do ano de 2009

A literatura criminológica trabalha tradicionalmente com algumas variáveis que interferem diretamente na análise sobre vitimização (SOARES, MIRANDA e BORGES, 2006), sendo assim, nos pautamos nas seguintes variáveis independentes para explicar a probabilidade de uma pessoa se tornar vítima de um delito: sexo, faixa etária, cor, estado civil, escolaridade, situação ocupacional e percepção do nível socioeconômico. E, juntamente a elas, partimos do modelo interpretativo proposto por COHEN, KLUEGEL e LAND, (1981), que propõe a teoria dos estilos de vidas e das oportunidades que facilitam à ação criminosa, esta considera alguns elementos para entender o perfil das vítimas, são eles: exposição, proximidade da vítima ao agressor, capacidade de proteção, atrativos das vítimas e natureza dos delitos. Dito isso, utilizaremos um modelo de regressão logística [6] para explicar a probabilidade de vitimização, considerando o perfil dos entrevistados [7]. Para realizar essas análises aplicamos a medida estatística Razão de Chances (*Odds Ratio*) [8], para auxiliar no entendimento dos coeficientes dos modelos. Entretanto, antes de analisarmos essa estatística, ressaltamos que a análise do modelo de regressão logística está condicionada ao nível de significância de 5%. Sendo assim, se o P-valor for maior do que 5%, significa que as diferenças entre as categorias da variável não são estatisticamente relevantes, logo, as variáveis cujos coeficientes não são significativos (P-valor > 0,05) se tornam impassíveis à análise.

Na ausência de um survey específico ao tema que abranja os países estudados, permitindo assim a comparabilidade entre os mesmos, optamos por utilizar as informações do Latino barômetro, pois, ainda que não tenha a vitimização como foco suas informações permitem uma análise metodologicamente adequada.

Para dar início a análise, optamos por criar a variável de vitimização a partir da questão do Latino barômetro: Você (1) ou algum parente (2) foi assaltado, agredido, ou vítima de um delito nos últimos doze meses? O survey contabiliza somente uma resposta; ou se o entrevistado foi vitimizado ou se algum parente foi vitimizado, nunca os dois. [9] E esta é dimensionada a partir das seguintes variáveis de controle: sexo, raça, faixa etária, escolaridade, estado civil, situação ocupacional e percepção do nível socioeconômico; como podemos observar na tabela 1.

Levamos em conta que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres podem contribuir de forma significativa na composição do perfil de risco, a literatura indica que os homens são mais vitimizados que as mulheres (BORGES, 2013), entretanto, ao analisar o modelo de regressão logística da tabela a seguir a variável sexo não se mostrou significativa em nenhum dos países estudados. Este resultado pode nos indicar uma nova perspectiva no que se

refere a análise das diferenças entre os estilos de vida e a ao tipo de exposição dos homens e das mulheres a situações de risco.

Apesar da histórica desigualdade racial nos três países, vimos que a variável raça foi significativa apenas para os amarelos no Brasil (Tabela 1), fato que deve ser entendido com ressalvas visto que o tamanho desse grupo na amostra é inferior a 1%, levando a uma superestimação. Da mesma forma, isso vale para o Chile e Colômbia, ainda que não significativa, os valores amostrais sofrem do mesmo efeito.

MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA ESTIMAR O PERFIL DE RISCO DE VITIMIZAÇÃO POR ASSALTO, AGRESSÃO E OUTROS CRIMES NO BRASIL, COLÔMBIA E CHILE NO ANO DE 2009.										
		BRASIL			COLÔMBIA			CHILE		
VARIÁVEIS INDEPENDENTES		COEFICIENTE (B)	RAZÃO DE CHANCE (EXP(B))	PVALOR (SIG.*)	COEFICIENTE (B)	RAZÃO DE CHANCE (EXP(B))	PVALOR (SIG.*)	COEFICIENTE (B)	RAZÃO DE CHANCE (EXP(B))	PVALOR (SIG.*)
SEXO	MASCULINO	,094	1,099	,634	,057	1,059	,788	,326	1,385	,086
	FEMININO	0	1		0	1		0	1	
RAÇA	NEGR O/MULATO	,276	1,317	,721	,037	1,038	,973	-20,279	1,559E-09	,999
	BRANCO	,480	1,616	,529	,558	1,747	,604	,661	1,936	,533

	ÍN DI O/ M E S T I Ç O	,908	2,480	,234	,256	1,292	,812	,434	1,543	,684
	A M A R E L O	2,621	13,744	,046	,969	2,635	,474	-20,496	1,255E-09	,999
	O U T R O S	0	1		0	1		0	1	
FAIXA ETÁRIA	0 A 20 A N O S	,227	1,255	,654	,631	1,879	,180	,372	1,451	,519
	21 A 40 A N O S	,256	1,292	,533	,499	1,647	,189	,367	1,444	,431
	41 A 60 A N O S	,059	1,060	,884	,322	1,380	,398	,191	1,211	,688
	61 O U M A I S	0	1		0	1		0	1	
ESCOLARIDADE	SE M E S C O L A R I D A D E	-1,987	,137	,002	-1,104	,332	,035	-1,406	,245	,178
	FU N D A	-,657	,518	,016	-,892	,410	,001	-,083	,921	,775

	MEN TAL									
	MÉD IO	-, 224	,799	,409	-,399	,671	,122	,064	1,066	,783
	SU PE RI OR	0	1		0	1		0	1	
ESTA DO CIVIL	CAS A D O	-, 965	,381	,001	,267	1,307	,520	,095	1,100	,759
	SO LT EIR O	-, 724	,485	,033	,521	1,683	,236	,036	1,036	,920
	VI ÚV O/ DI V O R CI A D O	0	1		0	1		0	1	
SITUA ÇÃO OCUP ACIONAL	E M PR EG A D O	-, 368	,407	,692	,371	1,449	,405	-,071	,932	,840
	DE SE M PR EG A D O	-, 001	,999	,999	,337	1,401	,460	,018	1,018	,962
	AP OS EN TA D O	-, 1,00 9	,111	,365	,567	1,764	,381	-,264	,768	,655

	ES TU D A N T E	0	1		0	1		0	1	
PERC EPÇÃ O DO NÍVEL SOCI OEC ONÔ MICO	EX CE LE N T E	,914	2,495	,401	-,353	,703	,567	-,422	,656	,573
	B O M	,896	2,450	,394	-,449	,638	,388	-,255	,775	,556
	RE G U L AR	1,18 7	3,277	,259	-,440	,644	,393	-,497	,608	,231
	RU IM	1,30 5	3,686	,222	,122	1,129	,818	-,685	,504	,132
	PÉ SSI M O	0	1		0	1		0	1	
* NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA < 0,05										

No tocante a faixa etária, as diferenças de hábitos relacionados à idade costumam interferir inversamente no perfil de risco, considerando as oportunidades de crime e que indivíduos jovens passam mais tempo em locais públicos (COHEN, KLUEGEL e LAND, 1981). Em todos os casos estudados na Tabela 1 os testes demonstraram que as relações não eram estatisticamente significativas.

Sobre a interferência da escolaridade no perfil de risco, “indivíduos com mais escolaridade provavelmente auferem mais rendas do que os menos escolarizados, e são mais atrativos, pois exibem maior retorno esperado pelo crime, particularmente no caso de delitos com motivação econômica.” (BORGES, 2013)

Conforme podemos verificar na Tabela 1, os resultados para o Brasil e para a Colômbia se mostraram significativos para a variável escolaridade. Os indivíduos com mais escolaridade têm mais chances de serem vitimizados do que aqueles com menor escolaridade. Já no Chile essa variável não se mostrou significativa, conforme é possível verificar na tabela.

Refletindo sobre o papel dos diferentes estilos de vida decorrentes dos estados civis, “a relação esperada entre estado civil e os riscos de vitimização está diretamente ligada com o fator de exposição. Normalmente, se espera que os solteiros apresentem probabilidades mais elevadas de vitimização do que os casados.” (BORGES, 2013) No Brasil a variável estado civil foi

significativa para solteiros e casados. Demonstrando que há uma reconfiguração nos estilos de vida dos indivíduos casados.

Por possuírem uma renda maior, sujeitos empregados são alvos mais interessantes para os crimes de fim econômico, ainda assim, a situação ocupacional não se confirmou como um fator preponderante, não sendo significativa em nenhum país estudado (Tabela 1).

Quanto à percepção do nível socioeconômico, observamos que esta não foi significativa estatisticamente para compreender o perfil dos vitimizados para nenhum dos países, uma vez que não apresentou nenhuma diferença expressiva entre as categorias que compõe a variável.

Considerações finais

A partir deste estudo vimos que a violência e a criminalidade se confirmam como um grande problema nos países latino americanos, devido aos altos índices de mortes violentas, como no caso do Brasil e da Colômbia, e de vitimização por crimes em geral, elevada nos três países observados. O que demanda maior esforço por parte dos governos para a redução da letalidade e aumento da qualidade de vida de seus habitantes para que estes possam de fato se sentir seguros.

Ao compararmos as taxas de vitimização entre países, trazemos para o debate aspectos que não são tradicionalmente trabalhados ao se analisar o fenômeno da violência, uma vez que grande parte considera somente as taxas de homicídio (BORGES, 2013). Desta forma, optamos por apresentar uma evolução tanto das taxas de vitimização por homicídio quanto das de vitimização por outros crimes, mostrando que mesmo em países que possuem baixos números de homicídio, como o Chile, pode haver, também, uma forte predominância de crimes em geral compondo seus quadros de violência. Enquanto que, no Brasil e na Colômbia observamos que além da alta incidência dos crimes de morte violenta, existe uma elevada ocorrência de crimes de outras naturezas, tais como assalto, agressões e etc

Em nossa análise sobre determinantes da vitimização no ano de 2009, vimos alguns perfis de risco à vitimização. As variáveis estado civil e escolaridade foram significativas para o Brasil e a Colômbia, enquanto nenhuma variável se mostrou significativa pra o Chile. Ainda que o resultado tenha se mostrando um tanto incipiente fica clara a importância dos surveys de vitimização para viabilizar estratégias públicas mais efetivas.

Por fim, as informações fornecidas neste estudo podem servir para fomentar outras reflexões, trabalhos e discussões sobre o tema, e, fundamentalmente, para a organização políticas e estratégias que permitam reverter o quadro observado. 🌐

[A1]

Tabela 1 - Taxa de homicídio no Brasil, Colômbia e Chile entre os anos de 2001 e 2010										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	26,4	26,93	27,41	25,7	25,06	24,81	24,55	25,17	26	26,2

Colômbia	79,91	82,85	73,17	69,09	57,8	56,32	55,77	55,07	60,36	53,1
Chile	5,36	5,31	5,18	5,28	5,79	5,57	4,72	4,49	5,31	4,54

NOTAS

*O autor e autora, à época da submissão, cursavam o 7º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob orientação dos professores Doriem Borges de Mello e Ignácio Cano, pertencentes a linha de pesquisa Sociologia Urbana e do Conflito.

[1] <http://ais.paho.org/hip/viz/basicindicatorbrowser.asp>

[2] Observar os dados da Tabela 1- Taxa de homicídio no Brasil, Colômbia e Chile entre os anos de 2001 e 2010, em anexo [A1].

[3] Livre tradução: Você(1) ou algum parente(2) foi assaltado, agredido, ou vítima de um delito nos últimos doze meses? (ESPERE RESPOSTA, SE DISSER SIM, PERGUNTAR: VOCÊ OU UM PARENTE? MARQUE UMA SÓ EM P73STM.A (ESPAÇO PARA MARCAR A ALTERNATIVA))

[4] <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

[5] Ver gráfico 2.

[6] A regressão logística tem o papel de prever uma resposta binária a partir de um conjunto de dados que são dotados de valores. A predição é realizada através de uma função logística, que identifica o peso de cada um dos valores dentro de uma variável, ou seja, controlando o efeito de algumas variáveis podemos explicar a probabilidade do fenômeno da vitimização acontecer para um determinado grupo.

[7] Segundo BORGES, 2013, o uso desta técnica para ajustar modelos estatísticos permite identificar quais fatores explicativos possibilitam interpretar adequadamente o perfil do grupo com maior risco/probabilidade de se sentir inseguro/ e ou vitimizado, utilizando outras variáveis escolhidas a partir de testes de qualidade do ajuste. Tal procedimento permite obter uma medida de como essas variáveis influenciam a probabilidade de uma pessoa se sentir insegura. [Grifos nossos]

[8] CANO 2005, explica razão de chance como: “A razão de chances ou razão de possibilidades (em inglês: odds ratio; abreviatura O.R.) é definida como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de ocorrer em outro grupo. Chance ou possibilidade é a probabilidade de ocorrência deste evento dividida pela probabilidade da não ocorrência do mesmo evento.”

Cano, I. “Medidas em Ciências Sociais” em de Mello e Souza, A. et Avaliação Educacional (org.) Editora Vozes. 2005. pg. 63-89

[9] Vide nota [3], anteriormente citada.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Andrea de Pilar Acero. **Descripción del Comportamiento del Homicidio**. Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses. Colombia, 2010.

BEATO, Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino e ANDRADE, Mônica Viegas. **Crime, Oportunidade e Vitimização**. IN: RBCS. Vol.19 nº 5. Junho/2004.

BORGES, Doriem. **Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, análise e contexto**. IN: Dossiê – Análises Quantitativas e Indicadores Sociais 2176v18, nº1, p.141, 2013.

CANO, Ignacio e SANTOS, Nilton. **Violência Letal, renda e desigualdade no Brasil**. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

CARNEIRO, Leandro Piquet. **Para medir a violência**. IN: Cidadania, Justiça e Violência. CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da e BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. Homicídios no Brasil. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

COHEN, L.E.; KLUEGEL, J.R.; LAND, K.C. **Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: In Exposition and Test of a Formal Theory.** American Sociological Review, v. 46, n. 5, p. 505 – 524, 1981.

FRAGA, Paulo Cesar Ponte. **Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano.** IN: Narcotráfico e Violência no Campo. Ribeiro, Ana Maria e Iulianelli, Jorge, (orgs.). – Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

GAWRYSZEWSK, Vilma Pinheiro, SANHUEZA, Antonio, MARTINEZ-PIEDRA, Ramon, ESCAMILLA, José Antonio e SOUZA, Maria de Fátima Marinho. **Homicídios na Região das Américas: Magnitudes, distribuição e tendências- 1999 a 2009.** Revista de Ciências & Saúde Coletiva, 17 (12): 3171 – 3182, 2012.

MARINO, Juan Mario Fandino. **Ciclos históricos da Violência na América Latina.** IN: São Paulo Em Perspectiva, 18(1): 31-38, 2004.

RIBEIRO, Ana Maria e IULIANELLI, Jorge. **Introdução.** IN: Narcotráfico e Violência no Campo. Ribeiro, Ana Maria e Iulianelli, Jorge, (orgs.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

RIBEIRO, Eduardo e Cano, Ignácio. **Homicídio no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas.** IN: Homicídios no Brasil. CRUZ, Vinícios Gonçalves da e BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, MIRANDA, Dayse, BORGES, Doriam. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não mataras: desenvolvimento, desigualdade e homicídios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VILLAVECES-IZQUIERDO. **Focalizando a fluidez: as vias transversais do narcotráfico na Colômbia.** IN: Narcotráfico e Violência no Campo. Ribeiro, Ana Maria e Iulianelli, Jorge, (orgs.). – Rio de Janeiro: Lamparina, 2000.

WASELFSZ, Júlio Jacobo. **Introdução, Notas conceituais e técnicas e Capítulo 2: Os Homicídios no Brasil.** IN: Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

Recebido em 20/03/2014

Aprovado em 22/06/2015

A RAZÃO INSTRUMENTAL E A PRÁTICA TECNICISTA NA ABORDAGEM DOS DESASTRES

INSTRUMENTAL REASON AND TECHNICIST PRACTICE IN ADDRESSING
DISASTERS

*Guilherme de Carli Pavão de Godoy**

Cite este artigo: GODOY, Guilherme de Carli Pavão de. A razão instrumental e a prática tecnicista na abordagem dos desastres. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.21-27, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal discorrer sobre o imaginário social acerca do que chamamos desastres, a saber, uma crise social que vincula fatores ambientais com questões sociais, políticas, históricas e econômicas, além da abordagem tecnicista da Defesa Civil diante desse fenômeno. Para tal análise, foi usado como base bibliográfica a literatura frankfurtiana que busca explicar a razão instrumental desenvolvida pós-Iluminismo; isso se justifica uma vez que pouco é considerado a dimensão simbólica e humana dos afetados, apoiando-se, majoritariamente, no aspecto material e concreto da crise. A partir disso, foi levantada uma reflexão acerca do individualismo contemporâneo e da banalização do sofrimento alheio.

Palavras-chave: Desastre, Razão Instrumental, Técnica, Individualismo, Fetiche Tecnológico

Abstract: This article debates the social imaginary of what we call disasters, namely, a social crisis that links environmental factors with social, political, historical and economic issues, beyond the technicist approach of Civil Defense on this phenomenon. For such analysis, frankfurtian literature was used as bibliographic base since it explains the notion of instrumental reason developed post-Enlightenment; this is justified since little is considered on the symbolic and human dimension of the affected, leaning, mostly at material and concrete aspects of the crisis. A reflection was raised on contemporary individualism and the banalization of other people's suffering.

Keywords: Disaster, Instrumental Reason, Technique, Individualism, Technological Fetish

A construção contínua da sociologia dos desastres dentro das Ciências Sociais permitiu, ao longo do seu desenvolvimento, levar o olhar crítico às preparações e respostas da Defesa Civil aos desastres no Brasil e no mundo. Esse recente campo de conhecimento oferece aos técnicos e desastrólogos das diversas áreas a possibilidade de repensarem sua atuação e análise frente aos desastres, incentivando novas reflexões e passando então a considerar a dimensão simbólica e social daqueles que vivenciam tal experiência. Para

a melhor compreensão do tema, faz-se necessário ressaltar a importância da definição do fenômeno que chamamos desastre, pois as resoluções dos problemas variam de acordo com as interpretações que se tem do fenômeno. Há uma grande discussão, que não convém abordar aqui com profundidade, em torno dessas questões conceituais, mas existe um consenso mínimo que define desastres como uma crise social que vincula acontecimentos físicos a componentes culturais, históricos e econômicos (Quarantelli, 1998). O desastre é uma ruptura da vida cotidiana, uma quebra dos sistemas de ações e de objetos.

Fora do contexto sociológico, entretanto, os elementos sociais dos desastres perdem lugar, embora não totalmente, no discurso dos técnicos da Defesa Civil, dos políticos e inclusive de outros acadêmicos, como hidrólogos e geólogos. Como bem observa o NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres), o fenômeno em questão passa a ser visto por esses agentes como causa principal de fatores físicos externos (chuvas, desabamentos, raios, ventanias etc) e isso, por consequência, faz com que eles se repitam frequentemente devido à abordagem superficial e quase unilateral da crise. Em função de tais problemáticas, tratarei aqui de, por meio de uma revisão bibliográfica[1], relacionar os procedimentos institucionais de tratar os desastres com a razão subjetiva instrumentalizada que, segundo Max Horkheimer, é a forma de razão predominante em nossa época desde o Iluminismo. Também far-se-á conveniente uma breve análise comparativa da preocupação dos frankfurtianos diante da barbárie com a questão da indiferença e do individualismo apontada por Zygmunt Bauman e Gabriel Cohn, que se enquadra devidamente na temática aqui proposta¹.

1. O fetiche tecnológico

A construção da forma como se concebe desastres no senso comum é constantemente refeita por interceção de canais midiáticos, como não é difícil de se perceber. A ideia de “desastres naturais” ainda prevalece no imaginário social mesmo desconstruída pelos esforços da sociologia ao longo das décadas. Olha-se para o fenômeno não dando a devida atenção aos aspectos decorrentes de uma vulnerabilidade cívica, porém aos fatores externos que atingem uma determinada população. Em vista disso, os investimentos para a prevenção de desastres são voltados majoritariamente aos aparelhos tecnológicos de previsão meteorológica e de análise de solo, como é no caso brasileiro. Monitorar os riscos não é, entretanto, a única nem a principal solução, mas sim uma manobra mercadológica que se aproveita do senso comum para alimentar a indústria do desastre. As vítimas das injustiças sociais são parcialmente alienadas dos verdadeiros problemas e induzidas, por meio de todo esse aparato tecnocientífico, a uma “preocupante cultura de segurança” com “a sensação de que os riscos que espreitam possam ser vigiados, controlados, e dissipados por órgãos de monitoramento bem atentos, de tal forma que as rotinas da vida coletiva poderiam seguir normalmente seu curso” (Valencio, 2012: 13).

Ora, então por que ainda insistem no investimento de tecnologias de monitoramento como se essa fosse a melhor forma de prevenção? Podemos apontar dois caminhos que se interpelam. O primeiro, como dito anteriormente, leva a um jogo de poderes relacionado a obtenção de benefícios financeiros por empresas que exploram a vulnerabilidade das populações carentes, como a indústria da construção civil (Valencio, 2013). Essa questão pode

ser resumida no que se chama de “capitalismo do desastre” (Bullard, 2006). O segundo caminho pode ser justificado pelo racionalismo que vem se fortalecendo desde o século das luzes. Com a individualização e o progresso técnico, a forma de se pensar o mundo rende-se cada vez mais à dinâmica do sistema econômico; isso quer dizer que as consciências, no termo de Lukács, estão em processo de reificação, de coisificação. A razão tende ao relativismo; ela é instrumentalizada e analisa os fatos esperando deles uma finalidade (Horkheimer, 1976). Sendo assim, os responsáveis pela prevenção e solução de desastres enxergam em tal fenômeno apenas sua dimensão material: a casa na iminência de ser destruída, as calhas de escoamento de águas pluviais, as tempestades excedentes etc. Não são consideradas importantes a vida simbólica, a rede intersubjetiva e o espaço íntimo dos indivíduos. O pensamento técnico não se importa com a perda das memórias, mesmo que essas sejam uma das resistências contra o tempo progressista. Elas possibilitam vivenciar, ao menos minimamente, o passado e, no caso de memórias coletivas, permitir a experiência comunitária entre as pessoas (Benjamin, 1987).

Devido à vigilância constante fomentada por esse fetiche tecnológico hiperespecializado (Valencio, 2012), quando um desastre acontece, as desculpas mais comuns dos governantes se referem a uma surpresa em relação ao que foi previsto pelos profissionais da meteorologia. A expressão “chuva atípica”, por exemplo, tornou-se corriqueira. É difícil para um político admitir o descaso de seu governo com as populações vulneráveis e, mais difícil ainda, é que finalmente se ponha em prática um projeto de desenvolvimento social onde mais se faz necessário.

Por outro lado, é cômodo isentar a responsabilidade do Estado e lançá-la para o “acaso climático”. Alguns setores da ciência acabam fortalecendo esse discurso: a ciência, vale esclarecer, é uma “autoridade política que desterra o cidadão e exalta a pedagogia técnica como órgão da verdade, e seu resultado final é ‘desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade’” (Paoli, 2007: 4). Contudo, o Estado tem plena consciência de seu descaso, podendo essa negligência ser vista pelo que Norma Valencio denomina “crueldade institucionalizada”. Como se não bastasse, as vítimas desse elitismo são culpabilizadas pelo seu próprio sofrimento, passando muitas vezes a acreditar em nisso. Os trabalhadores de desastres também sofrem, mas seguindo as regras impessoais da instituição que servem acabam desenvolvendo um mecanismo de “despersonalização” que diminui seu nível de identificação com os afetados como fora de autoproteção (Gerrity; Flinn, 2002). A adaptação do trabalhador ao pensamento técnico é mais um dos sinais de um crescente índice do individualismo, da fragmentação e da lógica econômica e impessoal vigente.

2. Os riscos do mapa de risco

A elaboração de mapas de riscos é um instrumento técnico frequentemente utilizado na preparação frente aos desastres. O mapa é feito sem que haja diálogo com outras ciências e outros saberes, portanto um método extremamente frágil, ineficiente e incompleto. Essa unilateralidade da cartografização do risco, dentre seus vários problemas, retira a autoridade dos moradores em seus próprios lares colocando, no lugar, a autoridade impessoal do Estado como ente absoluto. O mapeamento de risco, então, “impõe-se como fala técnica que impede a

vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações” (Valencio, 2009: 36).

De acordo com Milton Santos, focar no espaço é ignorar os motivos da localização da pobreza, impedindo assim caminhos alternativos para se pensar a questão da territorialidade. É por essa razão que muitas casas são interditas e seus moradores são deslocados para abrigos temporários, a menos que tenham outro lugar para ficar até a segurança (que na verdade nunca existiu) se reestabelecer. Essas pessoas se tornam desalojadas, mas se por ventura perderem de fato suas casas nos desastres, passam para a categoria de desabrigadas. Desalojados e desabrigados ficam por tempo indeterminado nos abrigos, geralmente escolas, igrejas, ginásios e demais salões comunitários. Não é para todos que chega o auxílio aluguel, embora teoricamente isso deveria acontecer. Há casos em que as pessoas ficam anos nos abrigos e, mesmo sofrendo pressão para de lá saírem, permanecem no local como ato político, pois somente assim garantem a prioridade em seus direitos.

A cartografização do risco, da maneira como é feita, é produto de uma lógica racionalista que desqualifica o senso comum e impede um ambiente polifônico (Valencio, 2012). Esse abafamento das vozes dos que sofrem também contribui para a culpabilização das vítimas, pois se elas insistem em permanecer no local, seja pelo vínculo afetivo ou pela proteção a um ente que se sente fragilizado ao ser exposto em um abrigo coletivo (o que acontece muito com portadores de deficiência), a responsabilidade dos possíveis danos serão atribuídas a elas com maior intensidade do que se estivessem “salvas” em um lugar seguro. O sociólogo José de Souza Martins já apontou para o erro de ignorar os saberes não acadêmicos. Para ele, “o senso comum não é comum porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento partilhado entre os sujeitos da relação social” (Martins, 2000:59).

No mundo contemporâneo, só o que serve à produção e ao progresso é válido. É tudo muito prático e muito limitado, não se consegue ver além do que é aparente. É como se a ideia de indivíduo em Althusser se fizesse concreta através da razão instrumental: os técnicos, de modo geral, pensam sua função apenas como proteção da vida biológica de um indivíduo, descartando a possibilidade de morte social de um sujeito.

Há uma importante questão que reforça ainda mais essa ideia de razão instrumental. Pior do que a ocorrência de morte física, são as pessoas desaparecidas durante o desastre, não se sabe em que condições elas se encontram, sequer se estão vivas ou mortas. Os bombeiros e a defesa civil não dão a devida importância àqueles que podem estar soterrados debaixo da lama e dos escombros ou arrastados pela correnteza, mas somente aos feridos de primeiro acesso e aos ilesos[2]. Mesmo após o ápice do caos, a negligência em relação aos desaparecidos persiste e seus parentes se afundam no sofrimento, já que por conta da ausência do corpo não podem nem realizar seu luto e, com isso, seus papéis sociais ficam em suspenso (Valencio, 2012). Coloco isso na questão do utilitarismo porque se pensa no corpo só no aspecto material. Um corpo sem vida é um corpo improdutivo. Mas falta a percepção de que um corpo carrega consigo toda uma trajetória e um conjunto de memórias que se reacendem na relação com seus parentes e amigos. Esses, inclusive, necessitam da presença do corpo para

realizarem seu luto e se permitirem seguir a vida sem que suas consciências pesem no vazio dos túmulos.

3. Indiferença, o individualismo manifestado

Simmel (1902) nos ensinou, em *A Metrópole e a Vida Mental*, que os indivíduos precisaram se adaptar aos grandes centros urbanos desenvolvendo uma atitude blasé diante das centenas e milhares de pessoas que conviviam juntas, mas ao mesmo tempo separadas, na mesma cidade. Seria então o início do individualismo que se exacerbaria ao longo dos anos, a perda gradual do vínculo com o outro. Gabriel Cohn observa que, em certas vias, os termos “civilização” e “cultura” são dissociados, tomando a civilização como o progresso técnico enquanto a cultura seria a maneira de se utilizar dessas técnicas, grosso modo. A problemática embutida nisso se encontra na passagem do foco universal para o particular. Faz-se preciso então a união desses dois conceitos para olhar o todo e cultivar a humanidade. Cohn causa uma ruptura no contraste entre civilização e barbárie, assim como fizeram os frankfurtianos em relação a oposição progresso/barbárie (Cohn, 2004).

“A civilidade é um modo de expressão da experiência social: exprime um modo de agir, de sentir, de avaliar. É, portanto, um modo de exercício da cultura no plano das relações sociais. Vista por esse ângulo, a cultura revela-se naquilo que tem de mais fundo, como tradução da experiência social no registro significativo. Para além, e mais fundo, de construí um complexo de normas, valores e regras de conduta, a cultura é um conjunto de padrões de interpretações da experiência. Mais do que molde rígido, é travessia constante da fronteira entre as sensações brutas e os significados compartilhados. Não há como, pois, contrapor civilização e cultura, nem mesmo separá-las; e, no mundo moderno, o elo que as liga é a civilidade.” (COHN, 2004: 83)

A experiência pessoal deve ser dirigida a consideração pelo outro. É assim que Gabriel Cohn chega à conclusão de Adorno, quando este afirma que civilidade e humanidade são a mesma coisa. É, inclusive, perfeitamente possível assimilar essa ideia ao conceito de experiência para Walter Benjamin, já citado anteriormente. Zygmunt Bauman também critica a perda da responsabilidade dos sujeitos para com os outros:

“A qualidade humana da sociedade deveria ser medida pela qualidade de vida de seus membros mais fracos. E deste que a essência de toda moralidade é a responsabilidade que as pessoas assumem pela humanidade dos outros, esta é também a medida do padrão ético de uma sociedade.” (BAUMAN, 2009: 105)

Nesses aspectos, Cohn nos chama a atenção para a indiferença, a forma de barbárie contemporânea e, como chamo aqui, a manifestação do individualismo. A indiferença é diretamente proporcional ao avanço técnico e deve ser temida como uma ameaça concreta. Toda essa discussão levantada em torno dos desastres nos leva a perceber que perdemos o vínculo com pessoas de nossa própria nação. Culpabilizamos as vítimas por um mal de origem elitista e discriminatório. Como se não bastasse, pensamos que a tecnologia sozinha pode suprir as demandas dos excluídos; é um favor a eles. Desta maneira, ignoramos a barbárie iminente, sempre pronta para se realizar no plano físico e simbólico, com aquela noção linear do tempo, na qual deixamos todas as desgraças e genocídios para trás.

“O progresso objetivo da ciência e sua aplicação, a tecnologia, não justificam a ideia corrente de que a ciência só é destrutiva quando pervertida e necessariamente construtiva quando entendida de modo necessário.” (HORKHEIMER, 1978: 63-4)

Para finalizar, levanta-se a seguinte questão: a crise crônica- a miséria, a falta de políticas públicas apropriadas e a exclusão social que têm a origem na história e que se estendem até hoje- é aceita pelo povo e pelo Estado, ao passo que a crise aguda, o desastre propriamente dito, está cada vez mais frequente e também se tornará crônica com o tempo. Será que estamos transformando o desastre também em um fenômeno aceitável? Para a socióloga Norma Valencio, essa questão é mais do que relevante. O desastre tornou-se o locus da barbárie, um genocídio implícito que se faz vivo no presente- para o desespero dos frankfurtianos e de todos nós. 🌐

NOTAS

* Guilherme de Carli Pavão de Godoy é graduando em Ciências Sociais na UFSCar.

[1] A contribuição dos frankfurtianos à teoria social é aqui tratada como relevante para a reflexão sobre o tema. Não pretendo mostrar que a Escola de Frankfurt explica por si só as abordagens do desastre, mas sim em conjunto com as pesquisas produzidas pensando especificamente o desastre.

[2] Evidentemente essa afirmação é uma generalização. Dá-se importância aos desaparecidos, claro, mas eles dificilmente estão na lista de prioridades das instituições.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Educação pós-Auschwitz. **In Educação e emancipação**. Ed: Paz e Terra. 3ª edição. 2003. P 119-138.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Ed. Martins Fontes.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernity and the holocaust**. London. Polity Press. 1989.
- _____. **A cada refugio seu depósito de lixo: ou o refugio da globalização** (cap 3). In Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2005. P 81 -116.
- _____. Sou por acaso o guardião do meu irmão? **In Sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2009. P. 95-109.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas**. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense. 1994.
- BULLARD, R. T. **Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” New Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental**. H. Selene; T. Pacheco (orgs). In Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- COHN, G. Indiferença, nova forma de barbárie. In: NOVAES, A. (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P. 81-90.
- GERRITY, Ellen; FLINN, Brian. **Consecuencias de los desastres en la salud mental**. 2002. P. 101- 121.
- HORKHEIMER, Max. Meios e fins; **Panaceias em conflito**. In Eclipse da razão. Ed. Centauro, 7ª edição. 2010. P. 09-96.
- LUKÁCS, Georg. A reificação e a consciência do proletariado. **In História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na sociedade anômala**. São Paulo. Hucitec. 2000.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addressesin this volume. **In: _____ (Org). What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIENA, M. 2011. **O mito do mapa de risco**.

SIMMEL, Georg, **A metrópole e a vida mental**. Em VELHO, Otávio G. (org), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (1902).

VALENCIO, N. F. L. S. **O desastre instrumental das secas no Nordeste brasileiro**. 2013.

_____. A crise social denominada desastre: subsídios para uma lembrança coletiva acerca do foco principal do problema. **In: Valencio, N.. (Org.). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, , v. III ,2012.

_____. **Da área de risco ao abrigo temporário**: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. 2009. P. 34-47.

Recebido em 05/03/2014

Aceito em 10/07/2014

A SOCIOLOGIA FRANCESA NO SUL GLOBAL: O CASO DO CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE (1950 – 1980)

THE FRENCH SOCIOLOGY IN GLOBAL SOUTH : THE CASE OF CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE (1950 – 1980)

*Raphael Aristide Eudes Soares Lebigre**

Cite este artigo: LEBIGRE, Raphael Aristide Eudes Soares. A sociologia francesa no Sul Global: o caso do *Cahiers Internationaux de Sociologie* (1950-1980). Revista **Habitus**: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1 , p.28-40, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: O artigo tem por objeto de investigação a circulação de artigos oriundos do Sul Global, no periódico francês: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, adotando o recorte temporal dos anos 1950-1980. Como resultado preliminar há um número considerável de artigos produzidos nos países à margem da sociologia dominante, e especialmente na África. Isto confirmaria o projeto sociológico da França em recuperar sua hegemonia intelectual no Sul Global, com enfoque nos países em que possuía relações coloniais.

Palavras-chave: Sociologia, Sul Global, Norte-Atlântico, Colonial, Periódico

Abstract: The article has as object the circulation of articles from the Global South, in the French journal: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, taking the time frame 1950-1980. As a preliminary result, there are a considerable number of articles produced in countries that are surfaced with the mainstream sociology, and especially in Africa. This would confirm the sociological project of France to regain its intellectual hegemony in the Global South, with focus on countries that it had colonial relations.

Keywords: Sociology, Global South, Atlantic-North, Colonial, Journal

Este artigo tem por objeto de investigação a circulação de artigos provindos dos países do Sul Global [1], no periódico: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. O universo do trabalho envolve os periódicos de ciências sociais que surgiram entre 1950-80. No tocante ao tema, este consiste na circulação internacional das sociologias do Sul Global. A escolha do período histórico analisado foi feita devido à hipótese de João Maia. [2] Segundo o pesquisador, durante o período de 1950-80 teria circulado de maneira significativa conceitos, ideias e referências no campo transnacional das ciências sociais voltados para a reflexão ao estado de dependência intelectual, entre os países periféricos diante do Norte-Atlântico. [3]

A revista *Cahiers Internationaux de Sociologie* criada na França, em 1946, representa uma fonte empírica importante na história da sociologia global. Sendo considerado por alguns como a principal revista de ciências sociais até a década de 1960. (Marcel, 2001). De fato, o periódico constitui uma das referências centrais na disseminação de análises sobre a prática intelectual em contextos à margem da sociologia dominante (América Latina, Oceania, África e Ásia). O objetivo do presente artigo é demonstrar, portanto, a quantidade significativa de artigos do Sul Global no periódico, entre 1950-1980. Na primeira seção, antes de expor a intenção da revista francesa em viabilizar uma sociologia atenta aos países à margem da Europa e da América do Norte, faço uma sucinta introdução sobre a importância de conceber as relações históricas e sociais desiguais que repartem, até hoje, no imaginário coletivo global, o Norte desenvolvido e o Sul subalterno. Tentarei demonstrar, baseado na bibliografia de autores provindos dos países periféricos, que a heterogeneidade na posição do conhecimento da Europa junto à América do Norte perante o restante dos continentes está estreitamente vinculada às experiências imperiais de outrora, que acarretam em seus resquícios, a dicotomia de um centro desenvolvido e o da periferia marginalizada.

Deste modo, mesmo se os termos: Sul Global e Norte atlântico possuem, em parte, uma lógica geográfica, ambos os termos não se referem integralmente à posição territorial dos países no globo, mas ao caráter histórico dual de subalternidade e centralidade na geopolítica do conhecimento mundial. Assim, não se pode deixar de vincular a dicotomia geográfica de cunho colonial, em voga até os dias atuais, com a criação do periódico francês. Revista fundada na década de 1940, em período no qual a França ainda possuía a maior parte de suas colônias.

No segundo tópico, apresenta-se a criação, em 1946, do *Cahiers Internationaux de Sociologie* por Georges Gurvitch (1894-1965). Após a segunda guerra mundial, Gurvitch esteve inquieto pela necessidade da sociologia francesa retomar sua hegemonia intelectual no mundo. Por isso, o artigo tenta atualizar sucintamente o leitor na intenção do teórico em divulgar, por meio do periódico, uma sociologia francesa transnacional.

Na penúltima seção, tento demonstrar empiricamente a importante atenção ao Sul global pelo periódico francês, através da quantidade significativa de artigos produzidos em instituições dos países periféricos comparadas com as do Norte Atlântico, presentes nos volumes da revista, entre 1950-1980. Para tanto, primeiramente é analisado a quantidade de artigos escritos em oito espaços geográficos: África, América Latina, América do Norte, Ásia, Europa, França e Oceania. Embora a URSS não componha os países do Sul Global e nem os do Norte Atlântico, é demonstrado somente de início o peso quantitativo que o bloco possui comparado com outros locais geográficos periféricos. **[4]**

Na intenção de filtrar o número consistente de artigos na revista, analiso de início a porcentagem de publicações da Europa e América do Norte, e dos continentes que compõem o Sul Global, além da URSS. Posteriormente, me utilizo do mesmo procedimento para comparar o total de artigos escritos na França com o restante dos países. Em outro gráfico, faço o mesmo procedimento para comparar a íntegra das publicações da América do Norte com a dos

continentes periféricos. Ainda, no intuito de filtrar os textos do Sul global, realizo uma análise quantitativa hierárquica sobre o total de artigos em cada continente periférico.

Ademais, utilizo o mesmo tipo de gráfico para demonstrar a possível atenção da metrópole francesa com as publicações sociológicas de países periféricos, envolvendo o tema da subordinação e do desenvolvimento. [5] Para isto, são selecionadas três palavras-chave presentes em títulos de artigos: colonial, dependência e desenvolvimento. Em complemento, cito artigos cujos títulos remetem às mesmas palavras junto ao termo: sociologia. As mesmas mencionam o desenvolvimento de tradições sociológicas atentas ao fenômeno do colonialismo e às amarras de dependência que o último acarreta. Na última seção, aponto a posição privilegiada que a França possui na geopolítica do conhecimento sociológico, através de suas instituições de pesquisa nas suas (ex) colônias e em especial na África.

1. O Norte Atlântico e o Sul Global

A problematização do estatuto eurocêntrico nas ciências sociais não é atual. Já no século XIX e início do XX, autores de países colonizados, no exemplo do iraniano Al-Afghani (MISHRA, 2012) e do uruguaio Carlos Mariátegui (2007), refletiam sobre a necessidade de compor uma teoria social em coerência com o contexto local em que viviam.

Desde a década de 1950, época marcada pelas independências na Ásia e principalmente na África, intelectuais oriundos de países periféricos vinculam a crítica política ao colonialismo na importância de readequar epistemologicamente os conhecimentos sociológicos estrangeiros, com os locais. Este é o caso, por exemplo, do malaio Syed Hussein Alatas (1972), do egípcio Anouar Abdel Malek (1963) e do martiniquês Frantz Fanon (1961), engajado este na independência argelina. Pode-se dizer que no contexto de países latino-americanos, e em particular no Brasil, o debate crítico sobre a dependência intelectual perante as teorias hegemônicas estrangeiras surge aproximadamente na mesma época, com Guerreiro Ramos (1954), Caio Prado Jr (1966), e entre outros.

Desde 2007, a socióloga australiana Raewyn Connel (2007) busca trilhar a análise sobre o modo de produção do conhecimento desigual, no âmbito das ciências sociais, entre o Norte Atlântico e o Sul Global. Precisamente, a autora demonstra que os dois contextos geográficos estão diferentemente estruturados na produção do saber. Isto significa que as desigualdades globais constituíram as metrópoles [4] enquanto berço da teoria científica, e por sua vez, as periferias, no passado colônias, servem de base empírica ou data, a partir das quais o conhecimento do centro se aplica. [5]

Ora, segundo a socióloga, o contato colonial presente parcialmente nas produções intelectuais dos países periféricos é ignorado ainda hoje na ampla parte da teoria sociológica do Norte-atlântico. De fato, a pesquisadora demonstra que sociólogos centrais como Bourdieu, Giddens e Coleman além de não reconhecerem a dominação intelectual, ainda recente sobre a periferia do mundo, também concebem padrões universais calcados em agentes oriundos de uma modernidade específica dos países centrais. (2007)

Deste modo, na concepção da autora australiana, a postura intelectual por parte dos sociólogos do Norte oculta as novas formas de dominação atuais, como a instalação de novos laços de dependência; e os desafios para suplantar essa falta de autonomia intelectual. (2011:11)

Em paralelo à Connell (2007, 2011), sociólogos como o português Boaventura Santos (2007), o malaio Farid Alatas (2006) (filho de Hussein Alatas) e o venezuelano Edgardo Lander (2005) criticam os tipos de narrativas que marcam as ciências sociais, ainda dependentes de uma visão da modernidade do Norte Atlântico. Isto implica igualmente, por parte dos autores, uma crítica sobre o repertório conceitual eurocêntrico, ainda hoje fonte central da análise sociológica mundial. Como alternativa, os intelectuais defendem o tecer de uma disciplina sociológica polifônica e descentralizada, composta simultaneamente por conceitos e experiências da Europa e da América do Norte e dos continentes periféricos.

Todavia, a necessidade de se utilizar da reflexão sobre a polarização no mundo, entre o Norte Atlântico na vanguarda do conhecimento e o Sul Global, cujas raízes remontam às desigualdades históricas de poder na geopolítica do conhecimento, nos permite possuir uma demarcação analítica do periódico francês, que leve em conta o contexto de situação colonial na qual a França estava inserida.

2. A criação do *Cahiers Internationaux de Sociologie*

Após a experiência de ocupação alemã na França, durante a segunda guerra mundial, as ciências sociais francesas necessitaram estudar uma nova realidade nacional em reconstrução. Desde a perda, em 1942, do único periódico francês ainda em circulação: *Annales de sociologie* uma geração de sociólogos retomam a tradição científica local de caráter multidisciplinar e internacional. (BALANDIER, 1996)

Com efeito, em 1946, Georges Gurvitch (1894-1965) membro do CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*) colabora com Y. Halbwachs na criação do *Centre d'Études Sociologiques*. O centro era um núcleo de estudos sobre a nova realidade social francesa. Nele, a maior parte do comitê de direção colaborou nos *Annales de Sociologie*, nome concedido à antiga revista *Année Sociologique* criada por Emile Durkheim em 1898, que perdurou até 1942. O conselho é composto por Gabriel Le Bras na investigação dos estudos religiosos, Henry Lévy Bruhl nas práticas jurídicas e Gurvitch no âmbito dos conflitos de grupos e gerações. (1996:7-8). Os membros do comitê de direção formariam o corpo de colaboradores do periódico inaugurado por Gurvitch, no outono de 1946. (1996)

A nova geração de sociólogos franceses que se constitui em torno do *Centre d'Études Sociologiques* tem como meio de expressão o *Cahiers Internationaux de Sociologie*, principal revista de sociologia global da época até 1960 (MARCEL, 2001:100).

Georges Gurvitch, em 1946, na *Radio France*, apresenta as principais intenções do periódico francês. A revista deveria combater o déficit de contato com o pensamento sociológico estrangeiro, estando aberta aos sociólogos de todas as nacionalidades e tendências para um confronto, diálogo e síntese teórica. Neste contato, não somente se propagariam teorias

estrangeiras para os franceses, mas igualmente no sentido inverso. Apesar de o periódico ser exclusivamente em língua francesa, Georges Gurvitch se opôs ao confronto de sociologias nacionais. Notadamente o periódico prezaria pelo diálogo entre uma sociologia estadunidense, supostamente mais empírica e uma sociologia francesa com ênfase na teoria. Em segundo, a divulgação de artigos deveria fornecer os instrumentos de formação e pesquisa aos jovens sociólogos e favorecer o estudo da “sociedade presente”. Isto significa que os instrumentos científicos não deveriam contribuir ao confinamento técnico num domínio sociológico exclusivo, mas no oposto, manter relações com as ciências sociais particulares de cada lugar. (BALANDIER, 1996:10)

Entretanto, com o falecimento precoce de Gurvitch em 1965, Georges Balandier reconhece ao assumir a direção do periódico, um ano depois, o retardo significativo de relações firmes entre o *Cahiers Internationaux de Sociologie* e os países não ocidentais. [6]

[7] “foi dito que os Cahiers desejavam favorecer a comunicação entre sociologias nacionais. Isso foi feito com as sociologias da América do Norte (...) quanto às sociologias não ocidentais, elas fazem uma entrada discreta na medida de sua tomada ou retomada de vigor” (BALANDIER, 1996, p.12)

Apesar de não haver pesquisa conhecida sobre o tema, não se pode negar a tentativa do periódico de retomar a hegemonia sociológica francesa no período pós-guerra. [8] Em função da posição da França na geopolítica do conhecimento sociológico, esse empreendimento implicou reconhecer a produção colonial dos cientistas sociais de língua francesa nos países periféricos e o inverso. [9]

3. Configuração empírica do *Cahiers Internationaux de Sociologie* - A circulação dos artigos provenientes do Sul Global

Como expus anteriormente, na concepção de Balandier e Gurvitch o periódico *Cahiers Internationaux de Sociologie* seria o instrumento pelo qual se materializaria uma nova sociologia francesa atenta, em parte, aos problemas dos países não somente da Europa e da América do Norte. (BALANDIER, 1996)

Para tentar confirmar a intenção da revista francesa em fornecer um espaço aos artigos dos continentes periféricos, proponho uma análise quantitativa dos textos publicados. Na intenção de facilitar os resultados preliminares, o quadro [I] esclarece o número de publicações dos quatro continentes do Sul Global, ao lado da Europa, França, América do norte e do Bloco soviético. O período de 1950-80 está recortado em seis colunas: 1950-55, 1955-60, 1960-65, 1965-70, 1970-75, 1975-80. No intuito dos resultados presentes no quadro ficarem mais objetivos e legíveis, procura-se com quatro gráficos, dois do tipo pizza e os últimos da espécie colunas expor que malgrado a preponderância de artigos europeus e, em particular, franceses, há a atenção significativa do periódico aos países do Sul Global.

O primeiro gráfico, do tipo pizza, será utilizado devido à necessidade de se fazer uma análise em porcentagem da quantidade extensiva de quinhentos e vinte e seis artigos existentes

na revista francesa. Por sua vez, a segunda imagem de tipo coluna possui a função de analisar quantitativamente um número reduzido de produções científicas. É preciso frisar que o Bloco Soviético não pertencendo ao Sul Global e tampouco ao Norte, devido à sua posição híbrida de hegemonia e subalternidade, não foi incluído no restante das tabulações [III], [IV] e [V].

No gráfico [I], percebe-se que embora a superioridade numérica dos artigos europeus não seja surpreendente, há uma discrepância profunda com os demais lugares. No total de quinhentos e vinte seis artigos, trezentos e noventa e seis são franceses, sendo este número, em porcentagem, como aponta o gráfico [II] equivalente a 70% da totalidade de artigos produzidos. Levando-se em conta somente a totalidade das publicações do Sul Global e da América do Norte, os gráficos [I] e [III] denotam uma discrepância significativa. De fato, na revista circulam 10% de artigos dos países periféricos e 6 % da América do Norte e 84% do restante de países.

Para filtrar a prioridade de interesses do periódico nos continentes periféricos, foi feita uma escala hierárquica decrescente da totalidade de artigos produzidos em cada um deles. Deste modo, o gráfico [IV] expressa o desenvolvimento de fluxos sociológicos dos países periféricos com a França. Isto se faz primeiro entre a França e a África, com vinte e três artigos. Em segundo lugar, a América Latina possui treze publicações. Na terceira posição, a Ásia toma espaço com doze artigos. Por fim, a Oceania situa-se em última, somente com uma publicação.

4. Os temas do colonialismo, da dependência e do desenvolvimento

Na seção anterior, mostrou-se a atenção da França aos artigos do Sul Global. O espaço promovido na revista francesa com a África sugere historicamente o nexos com a situação colonial vigente entre 1950-1980. Assim, para tentar aprofundar as análises quantitativas feitas anteriormente, e em particular ao caso dos continentes periféricos, optou-se pelo gráfico [V] atento aos artigos com títulos compostos pelas palavras-chave: colonial, dependência e desenvolvimento. Os três conceitos designados remetem ao estado de dominação política e conseqüentemente, intelectual dos países periféricos com o Norte Atlântico. Portanto, a França, os continentes centrais e os do Sul Global foram incluídos para tentar observar se realmente há algum vínculo entre os três conceitos-chave escolhidos e a relação de dominação, das metrópoles com suas (ex) colônias.

Com isto, no gráfico [V] constata-se que o tema colonização circula com oito artigos produzidos na França e dois no continente africano. Ademais, a reflexão sobre a dependência está presente somente na metrópole europeia com uma publicação e duas na África. A última palavra designada: desenvolvimento está presente com quatro artigos na França, dois no restante da Europa e um na América do Norte, América Latina e África. A presença de artigos somente na França e no continente africano, cujos títulos mencionam a situação colonial e a dependência, sugere a atenção especial da metrópole francesa com o continente negro.

Em complemento, para que o leitor possa ter um contato mais substancial com os artigos presentes no *Cahiers Internationaux de Sociologie*, serão citados exemplos de artigos cujos títulos remetem às mesmas palavras-chave mencionadas, junto à palavra sociologia. Os termos sugerem os problemas do desenvolvimento e de subordinação das tradições sociológicas

que estavam surgindo no período 1950-80. No continente africano, o sociólogo Jean Duvignaud reflete sobre o fenômeno da colonização, em sua produção escrita “A prática da sociologia nos países descolonizados” (1963) [10]. Na metrópole francesa, Balandier se faz presente com seus dois artigos “A Sociologia da colonização e relações entre sociedades globais” (1954) [11] e “Contribuição a uma Sociologia da dependência” (1952) [12]. No tema do desenvolvimento, na América Latina, foi selecionado o artigo intitulado “A sociologia do desenvolvimento e o pensamento” de G.Gurvitch (1971) da autoria de Maria Isaura de Queiroz, vinculada à USP. [13]; na América do Norte, há o artigo de André G.Frank “Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia”. (1967) [14]. Na Àsia, Kazuta Kurauti se sobressai com seu artigo “O advento da sociologia moderna no Japão” (1974).[15]

Deste modo, os dados quantitativos parciais do periódico sugerem a atenção da França com os países do Sul Global, e principalmente com a África. A existência de publicações cujos títulos mencionam a situação colonial e a dependência, presentes na França e no continente africano, reforça a reflexão sobre a situação de dominação sociopolítica da metrópole europeia com suas (ex) colônias.

5. O papel das instituições ultramarinas francesas

Na mensuração quantitativa de artigos situados no periódico francês, mostrou-se o número significativo de artigos originados do Sul Global, com ênfase principalmente na África. Diferentemente dos demais continentes periféricos, os dados empíricos sustentam a atenção particular, na geopolítica do conhecimento, da metrópole francesa com suas (ex) colônias. Entretanto, é preciso enfatizar a situação geopolítica de dominação intelectual entre a França e o continente negro. Além das universidades instaladas no continente periférico, na época da administração francesa, tendo como exemplo notório a Universidade de Tunis, na Tunísia, fundada em 1945 e a de Argel, em Argélia, implantada desde 1909, os centros de pesquisa franceses eram responsáveis pelo recolhimento de dados sociais das colônias, por meio de pesquisadores majoritariamente de nacionalidade francesa.

Assim, a possível causa para nos demais lugares colonizados não haver uma reflexão sobre o colonialismo seja a ausência de tais instituições de pesquisa metropolitanas. Com efeito, segundo os arquivos históricos do *Institut de Recherche pour le développement*, antigo *Office de recherche d'outre mer*, no restante dos espaços colonizados, como na Ásia, não havia ainda centros de pesquisa metropolitanos ultramarinos. De fato, estes foram criados no continente somente em 1976, época em que a França não possuía mais colônias asiáticas. O exemplo marcante de tais organizações científicas estaria no *Institut français d'Afrique noire de Dakar*, em Senegal, pertencente ao *Office de recherche coloniale*, no qual Georges Balandier inclusive esteve vinculado. (1977:39)

Conquanto, a superioridade numérica de publicações científicas provenientes do Sul global perante a América do Norte sugere, empiricamente, a intenção do projeto sociológico francês em retomar a sua hegemonia intelectual na geopolítica do conhecimento sociológico e, em particular, com suas (ex) colônias. Mesmo assim, os resultados recolhidos não alteram a

intenção do *Cahiers Internationaux de Sociologie* em desenvolver, no período entre 1950-80, uma sociologia transnacional atenta aos artigos originários do Sul Global.

Considerações finais

Os resultados preliminares da pesquisa confirmam a intenção do periódico: *Cahiers Internationaux de Sociologie* em divulgar artigos provindos do Sul Global, no período de 1950-1980. Ao comparar a totalidade dos artigos dos países periféricos com a América do Norte, percebe-se um número significativamente maior de publicações originados do Sul Global. Circula-se em escala decrescente, um número superior de artigos no continente africano, seguido da América Latina, Ásia e Oceania. A quantidade de artigos com títulos voltados para o tema da colonização e da dependência, presentes nas publicações originadas de instituições francesas e africanas, reforça a atenção peculiar do país europeu com o continente periférico. Diferentemente da Ásia que veio a ter somente sua primeira instituição de pesquisa francesa em 1972, a presença especial de centros de pesquisa ultramarinos franceses no continente africano teria permitido o recolhimento de dados empíricos locais destinados à metrópole europeia. Ademais, por meio das instituições fixadas em solo estrangeiro, a França se possibilitava da produção de artigos sociológicos atentos à África. Por fim, os resultados empíricos, como um todo, propõem o projeto sociológico da França em recuperar sua hegemonia intelectual no Sul Global e em particular, no continente africano. 🌐

QUADRO I

Continentes e Datas	1950-55	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	Total
África	3	5	3	6	5	1	2 3
América Latina	1	1	3	3	2	3	1 3
Ásia	0	2	0	4	2	4	1 2
Oceania	0	1	0	0	0	0	1
Bloco Soviético	1	3	3	7	3	0	1 7
Restante	1	6	7	1	1	1	5

da Europa	0			3	0	0	6
França	7	7	5	6	4	6	3
	5	2	7	0	2	1	67
América do Norte	3	2	6	7	6	1	3
						3	7
Total	9	9	7	1	7	9	5
	3	2	9	00	0	2	26

GRÁFICO I

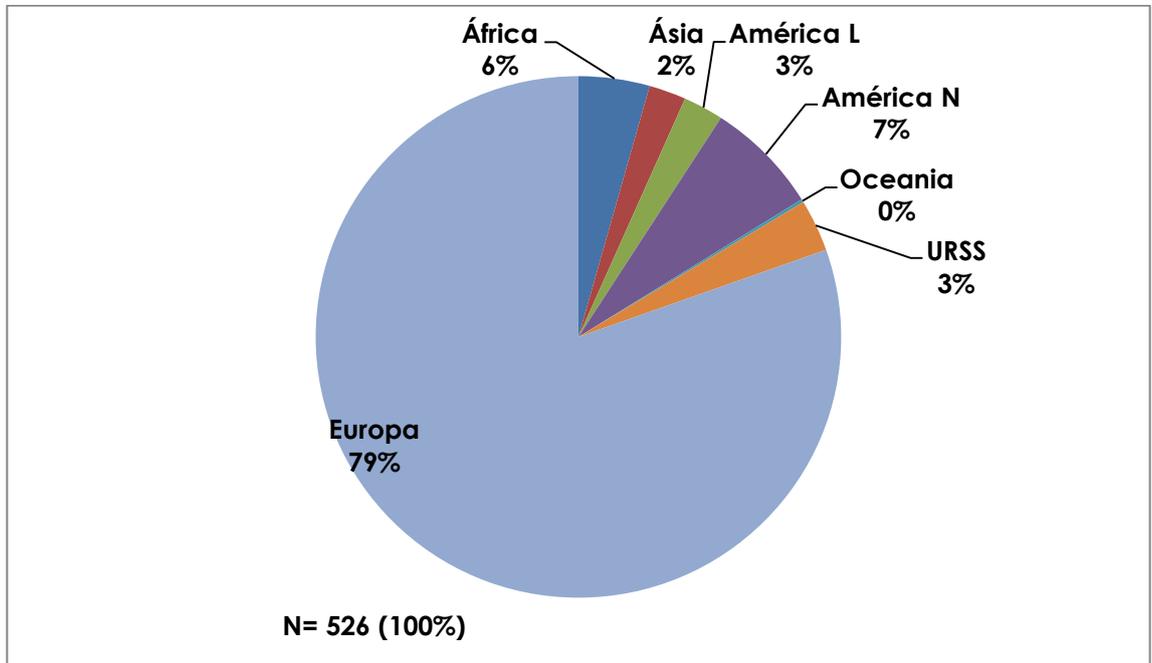


GRÁFICO II

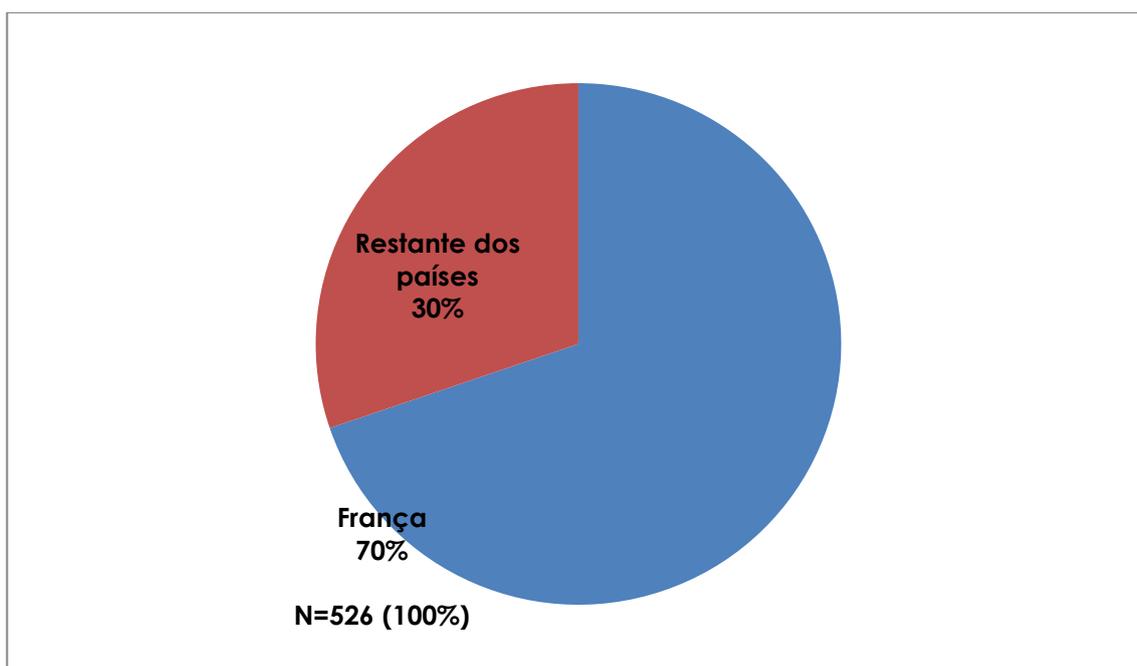


GRÁFICO III

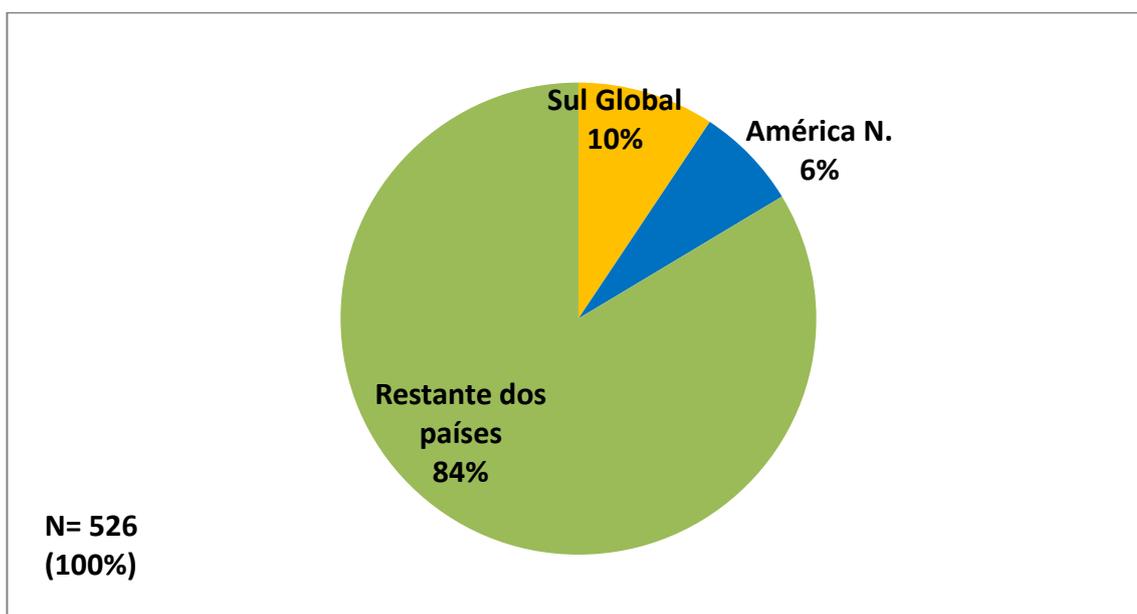


GRÁFICO IV

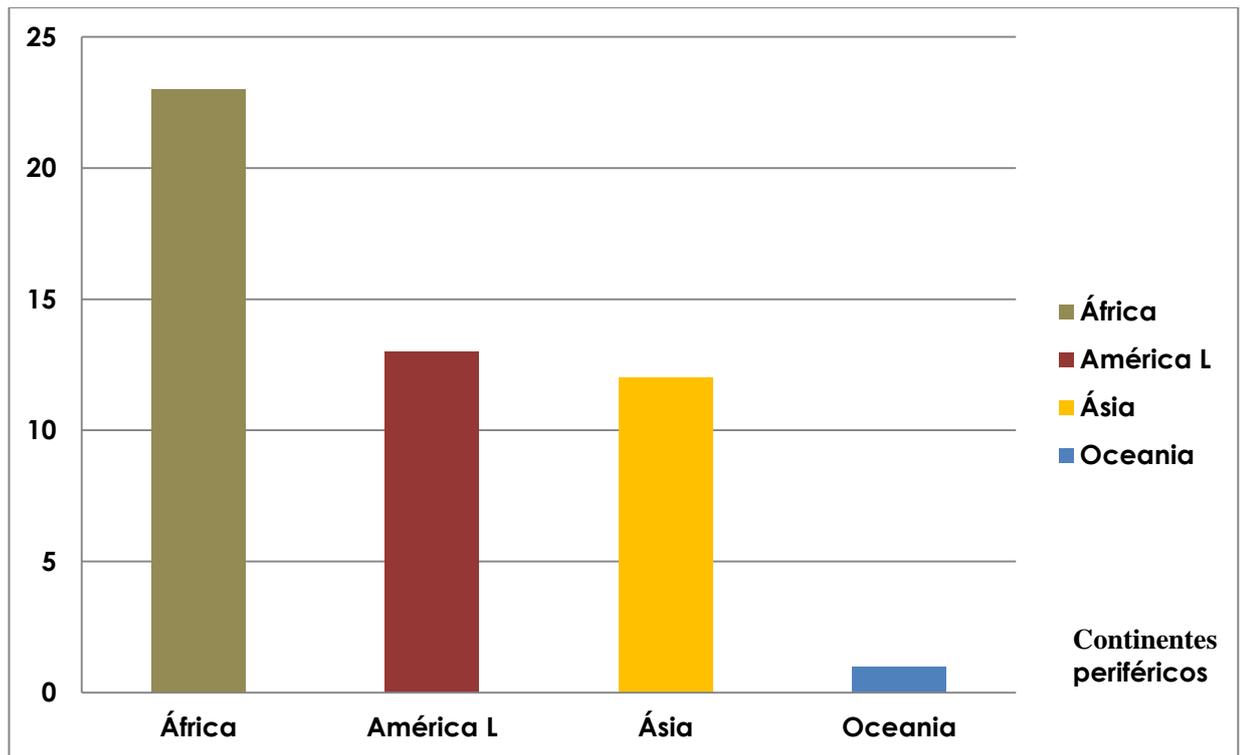
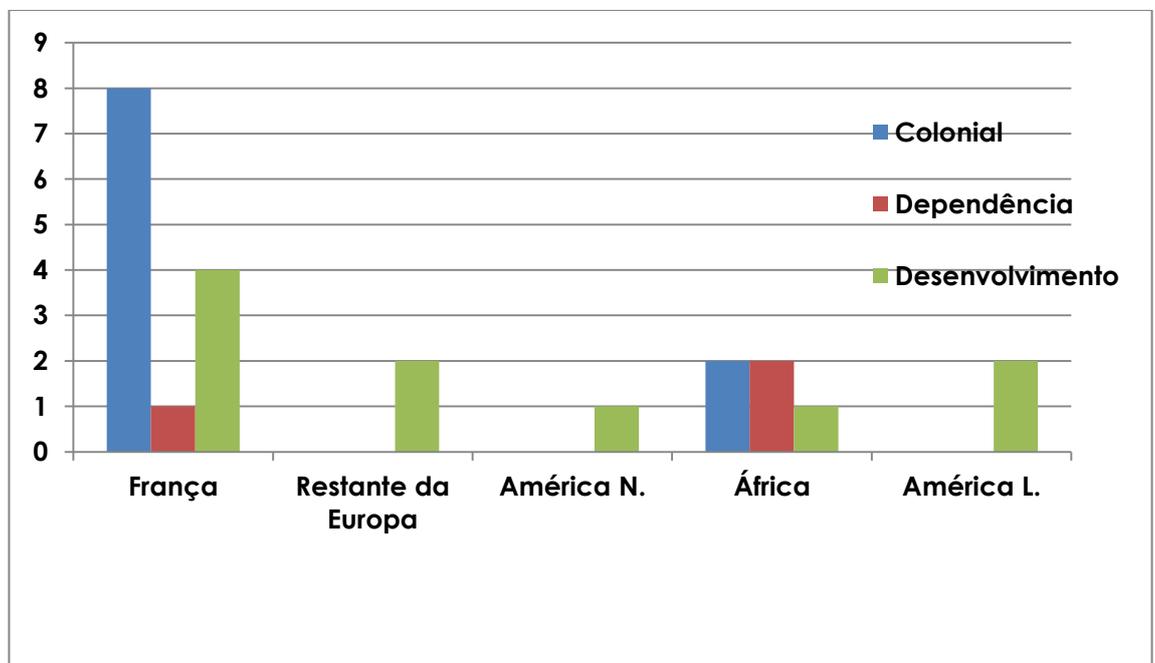


GRÁFICO V



NOTAS

*Raphael Lebigre é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. À época que submeteu seu artigo, Raphael Lebigre estava na graduação.

[1] O termo Sul Global faz referência aos países periféricos no patamar de um mundo globalizado, posterior, portanto, ao recorte analítico adotado 1950-80.

[2] Este artigo segue um projeto maior dedicado à investigação da sociologia em países do Sul Global, iniciado em 2013 por João Maia e Cláudio Pinheiro (CPDOC/FGV): “Repertórios periféricos: léxicos, teorias e linguagens da periferia”.

[3] Em referência ao termo metrópole que remete ao centro, o conceito de “periferia” é incorporado dos estudos produzidos na CEPAL, principalmente por Raul Prebisch e Celso Furtado. A palavra significa os locais historicamente subalternos na geopolítica global do conhecimento e da riqueza. No entanto, o termo não estende sua definição à homogeneidade social das regiões inclusas. (MAIA, 2011:72)

[4] A escolha em isolar o Bloco Soviético, nas sucessivas tabulações dos demais países, se deu devido à sua posição ambígua de hegemonia e ao mesmo tempo subalternidade na geopolítica global.

[5] O termo “metrópole” aqui utilizado foi adotado da socióloga Raewyn Connell. O conceito provém do inglês *imperial center* que significa a vanguarda composta pela Europa e os Estados Unidos na hegemonia material, intelectual e científica. (2011:17)

[6] Balandier, tendo escrito o artigo em 1996 não se utiliza mais do conceito de terceiro mundo, utilizado pelo mesmo e criado por Alfred Sauvy, em voga de 1950 até 1980. (BERGER, 2004)

[7] « Il a été dit que les Cahiers souhaitaient favoriser la communication entre sociologies nationales. Ce fut fait avec les sociologies de l'Amérique du Nord » (...) quant aux sociologies non occidentales, elles font une entrée discrète à mesure de leur prise ou reprise de vigueur »”. (tradução minha)

[8] Na penúltima seção do artigo, a quantidade significativa de artigos provindos do Sul sugere o projeto francês em recuperar sua hegemonia intelectual nas ciências sociais.

[9] O “retardo das relações” citado por Balandier não impede, entretanto, a superioridade numérica de artigos do sul em comparação com a América do Norte durante 1950-80.

[10] La pratique de la sociologie dans les pays décolonisés. (tradução minha)

[11] Sociologie de la colonisation et relations entre sociétés globales. (tradução minha)

[12] Contribution à une sociologie de la dépendance. (tradução minha)

[13] La sociologie du développement et la pensée de G.Gurvitch. (tradução minha)

[14] Sociologie du développement et sous développement de la sociologie. (tradução minha)

[15] L'avènement de la sociologie moderne au Japon”.(tradução minha)

REFERÊNCIAS

ALATAS, S. Farid. (2006). **Alternative discourses in Asian social science: Responses to Eurocentrism**. New Delhi, Sage, 2006.

ALATAS, S. Hussein. (1972). **The captive mind in development studies. Some neglected problems and the need for an autonomous social science tradition in Asia**. International Social Sciences Journal. Vol. XXIV, n.1.

BALANDIER, George. (1952). **Contribution à une sociologie de la dépendance. In Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol. XII.

_____.(1954). **Sociologie de la colonisation et relations entre sociétés globales**. In Cahiers Internationaux de Sociologie. Vol. XII.

_____.(1977).**Histoire d'Autres** . Paris, Stock.

_____.(1996). **Sur un cinquantenaire** . In Cahiers Internationaux de sociologie.Vol XXXVIII, pp.5-15.

BERGER, Mark. (2004). **After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism**. In *Third World Quarterly*. Vol 25, n.1, pp. 9-39.

CONNELL, Raewyn. (2007). **Southern Theory: the global dynamic of knowledge in social science**. Cambridge, Polity Press.

_____. (2011). **A iminente revolução na teoria social**. Conferência realizada na ANPOCS, 2011. Trad João Maia. In *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol XXVII, n.80, pp.9-20 .

DUVIGNAUD, Jean. (1963). **La pratique de la sociologie dans les pays décolonisés**. In *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol XXXIV.

FANON, Frantz. (1961). **Les damnés de la terre**. éd. La Découverte poche, Paris

FRANK, G. André. (1967). **Sociologie du développement et sous développement de la sociologie**. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol XLII.

KURAUTI, Kazuta. (1974). **L'avènement de la sociologie moderne au Japon**. In *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol LVII.

LANDER, Edgardo. (2005). **La colonialidad del saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

MAIA, João M. E. (2011). **Ao Sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro**. In *Revista Sociedade e Estado*. Vol XXVI, n.2.

MALEK, Anouar A. (1963). **Orientalism in Crisis**. In *Diogenes*, vol. 11, n.44: pp103-140.

MARCEL, Jean C. (2001). **Georges Gurvitch: les raisons d'un succès**. In *Cahiers Internationaux de sociologie*. Vol CX.

MARIATEGUI, C. (2007). **Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Ed. Fundación Biblioteca Ayacucho.

MISHRA, P. (2012). **Strange Odyssey of Jamal al-Din al-Afghani. From the Ruins of Empire: The Intellectuals Who Remade Asia**. New York: Farrar, Straus and Giroux.

PRADO, Caio. (1966). **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense.

QUEIROZ, Maria I. P. (1971). **La sociologie du développement et la pensée de G.Gurvitch**. In *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol LI.

RAMOS, Guerreiro. (1954). **Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil**. In *Separata da Revista Serviço Social*. Ano XIV, n. 72

SANTOS, Boaventura.(2007). **Os desafios das ciências sociais hoje**. In *Pensar el Estado y la sociedad : desafios actuales*. La Paz, CLACSO, Muela del diablo Editores y Comuna.

<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/anom/fr/Presentation/Empires-coloniaux-francais-10.html>

Recebido em 26/03/2014

Aceito em 04/06/2015

A CARREIRA DA PICHÇÃO EM ETAPAS DE (DES)ENVOLVIMENTO

THE CARRER OF GRAFFITI IN DEVELOPMENT STAGES

*Vinicius Moraes de Azevedo**

Cite este artigo: AZEVEDO, Vinicius Moraes de. A carreira da pichção em etapas de (des)envolvimento. **Revista Habitus:** Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1 , p.41-51, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: Este artigo parte de uma pesquisa etnográfica realizada com grupos de pichadores que atuam em bairros periféricos do município do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada dentro de um projeto que tem como objetivo investigar o uso do desenho como forma de significar a experiência de viver em ambientes urbanos. O cenário da pichção carioca forneceu interlocutores que me apresentaram suas perspectivas e interpretações do ambiente urbano tendo a pichção como norte. Observamos que diferentes níveis de envolvimento com a prática da pichção levam a diferentes mudanças na subjetividade e percepção do indivíduo e da forma como ele dialoga com a cidade. Baseado nesse enigma, vamos analisar fases de envolvimento do indivíduo com a pichção, observando de que forma ocorre o diálogo com a cidade em diferentes níveis de complexidade.

Palavras-chave: Pichção, Antropologia urbana, Antropologia visual, Rio de Janeiro

Abstract: This article is part of an ethnographic research conducted with groups of taggers operating in the suburbs of Rio de Janeiro. The research was conducted within a project that aims to investigate the use of drawing as a way of signifying the experience of living in urban environments. The scene of graffiti in Rio de Janeiro provided speakers who showed me their perspectives and interpretations on the urban environment with graffiti as a guide. At field, we have observed that different levels of involvement with the practice of graffiti lead to different changes in subjectivity and perception of the individual and the way he relates himself to the city. Based on this puzzle, we shall analyze the individual stages of involvement with graffiti, noting how dialogue occurs with the city, at different levels of complexity.

Keywords: Tagging, Urban Anthropology, Visual Anthropology, Rio de Janeiro

O excesso de informação presente nos ambientes urbanos faz com que os indivíduos desenvolvam formas de lidar com isso. Um processo de filtragem provoca a todo momento um exercício de qualificação daquilo que se vê; separando as coisas em o que é interessante olhar e o que não é. Isso faz com que o exercício visual em cidades grandes possa ser dividido em três níveis: ver, olhar e observar.

Quando estamos vendo um objeto estamos fazendo um simples exercício de passar os olhos sobre ele. É um exercício desprezioso; apenas uma impressão é suficiente. Olhar, por sua vez, é uma tarefa mais cuidadosa; quando estamos olhando para algo, estamos interessados em saber mais sobre o objeto em questão, buscar mais detalhes. Contudo, quando queremos compreender um objeto em sua totalidade é necessário a observação. Observar consiste em dispendir tempo analisando. A observação é um exercício visual que exige o pensamento e a reflexão.

Diferentes tipos de pessoas realizam esse processo de observação do ambiente urbano cotidianamente. Através dessa observação realizada por todos os indivíduos que ocupam esse espaço torna-se possível a construção de formas para lidar com esse excesso de informação existente nas cidades. Cria-se uma espécie de padrão (mesmo que fluído) de experiência visual nas cidades; um condicionamento do olhar. Contudo, é preciso atentar para o fato de que as pessoas não enxergam a cidade de uma forma homogênea e uniforme. Kuschner (2013) aponta para grupos de “desenhadores urbanos” que utilizam-se do desenho para significar a experiência de viver essa complexidade dos ambientes urbanos. Em seus desenhos, os “urban sketchers” ilustram suas experiências características de espaços urbanos e contribuem para a problematização de diversos conceitos e noções visuais que podem ser exploradas em diferentes áreas do conhecimento.

Para me auxiliar nesse processo de problematização da experiência visual em ambientes urbanos busquei por uma categoria de pessoas desse espaço que enxergasse a cidade sobre uma perspectiva diferente do habitual. Foi assim que decidi realizar uma pesquisa etnográfica com pichadores que se reúnem e atuam nos bairros de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Esta categoria de indivíduos, através deste tipo singular de grafismo (pichação, tag), significa e orienta parte da sua experiência nas cidades, iniciando um processo de ressignificação dos espaços urbanos.

Acompanhei grupos de pichadores de março a novembro de 2013, realizando observação participante, entrevistas, além de produção e coleta de material gráfico relativo ao tema. Esses grupos de pichadores encontram-se semanalmente em diferentes pontos da cidade. Existem encontros abertos que são livremente divulgados e ocorrem em espaços públicos geralmente, e encontros fechados, de coletivos, que marcam as reuniões em locais onde só convidados possuem conhecimento. Durante a realização dessa pesquisa, frequentei encontros abertos e fechados, a fim de estreitar relações com os interlocutores. Ao longo da experiência, os interlocutores aceitaram minha companhia na prática da pichação nas ruas da cidade, bem como colaboraram para elaboração do material de pesquisa participando das 23 entrevistas semiestruturadas realizadas. Estive concentrado especificamente nos pichadores que atuam e se encontram na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, nos bairros do Cachambi, Meier, Engenho Novo, Engenho de Dentro, Lins e Tijuca. Tive como ponto inicial a “REU (reunião) do Meier” (encontro semanal de pichadores).

A pichação é uma permissão e um convite para olhar a cidade sob novas perspectivas. Nessa prática, os indivíduos iniciam uma busca pelo respeito da comunidade da pichação, que está especialmente interessada em indivíduos capazes de realizar o máximo possível de

assinaturas nas paredes da cidade. Imersos nesse processo, os pichadores iniciam o que poderíamos chamar de uma *carreira desviante* dentro da pichação, nos termos de Becker (1963). O nível de envolvimento com essa carreira é, basicamente, um processo intenso de relativização dos conceitos visuais habituais em grandes cidades. A questão é observar como diferentes categorias do ambiente urbano significam um mesmo espaço de diferentes formas, transformando-o em um espaço fluído, passível a diferentes interpretações.

1. A carreira da pichação em etapas de (des)envolvimento

“A pichação é o esporte das ruas; o jogo da tinta! Eu gosto de ver por esse lado... A pichação faz com que a gente teste os nossos próprios limites. Para mim é até terapêutico.” Pichador, 23 anos.

Para analisar os dados da pesquisa decidi me orientar baseado no conceito de *desvio* trabalhado por autores como Gilberto Velho (1979) e Howard Becker (1963). Becker, em “Outsiders: estudos de sociologia do desvio”, apresenta o conceito de *carreira desviante*, que servirá como base para análise da pichação. Decidi apoiar-me nessas abordagens pois ambos autores trabalham o *desvio* não como algo patológico, mas como uma categoria de acusação; mostrando que o próprio conceito é fruto de acusações morais. Estamos buscando justamente fazer um exercício de relativização, daí a importância de utilizar conceitos que garantam esse tipo de liberdade intelectual.

A fim de organizar os conceitos nativos, separei a trajetória de uma carreira na pichação em quatro etapas: aproximação, aprofundamento, questionamento e consolidação. Cada mudança de etapa representa a absorção de novos conceitos e ressignificações obtidas através do conhecimento da linguagem da pichação. A fim de apreender essa linguagem e esse conjunto de ressignificações, vamos simular através desse texto uma passagem por essas quatro etapas da carreira, tendo como base as experiências que conheci através da realização da pesquisa etnográfica. Em cada etapa vamos explorar como o interlocutor dialoga com o ambiente urbano em diferentes intensidades, proporcionais ao nível de seu envolvimento com a carreira da pichação.

O tempo que cada indivíduo leva para percorrer as etapas da carreira é variável. A maioria dos entrevistados começa na pichação com aproximadamente 16 anos. Becker (1963) traça um modelo sequencial de desvio para explicar como os indivíduos chegam ao ponto de iniciar uma carreira considerada desviante. Neste artigo vou concentrar minhas análises a partir do momento que essa carreira começa, fazendo algumas breves considerações sobre como isso ocorre no campo da pichação.

Nesse contexto e campo específicos, entende-se por pichação a prática de pintar assinaturas (nomes) nos espaços disponíveis no ambiente urbano. Aqueles que compreendem a linguagem da pichação e sua lógica representam a comunidade do Xarpi, nome dado pelos interlocutores para categorizar tudo aquilo que diz respeito a pichação; Xarpi é “piXar”

(Oliveira, 2009) dito na linguagem “TTK”. Esse dialeto foi inventado pelas pessoas desse universo na cidade do Rio de Janeiro e funciona como um instrumento de comunicação próprio da comunidade. As palavras são pronunciadas silabicamente ao contrário. “TTK” vem da palavra Catete dita silabicamente ao contrário. Isso porque muitos interlocutores afirmam que essa linguagem foi inventada no bairro do Catete, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Todo pichador possui uma assinatura (um nome) que contém em média quatro letras. O principal objetivo na carreira é divulgar o seu nome o máximo possível através da pichção. Há uma disputa interna sobre quem possui mais assinaturas na cidade. Quanto mais assinaturas um determinado pichador possuir, maior será o respeito obtido dentro da comunidade.

Ocorrem diversas reuniões de pichadores em diferentes pontos da cidade. As mais conhecidas são reuniões que ocorrem em espaços públicos, onde diversos grupos de pichadores se encontram e debatem sobre suas produções, bem como sobre as produções de todos os pichadores conhecidos pela comunidade. Aqueles que estão produzindo de forma satisfatória são exaltados nas reuniões e ganham cada vez mais respeito do grupo. Aqueles que não executam pichções da maneira “adequada” também são lembrados nas reuniões, mas são difamados e perdem respeito na comunidade. Essas reuniões são, na maioria das vezes, realizadas em caráter de confraternização. Um espaço e tempo para discutir a respeito da prática, mas também para estreitar relações internas, estabelecer grupos e coletivos (siglas) que atuam de forma mais organizada, etc.

Os pichadores produzem para aqueles que compreendem a linguagem da pichção e suas simbologias; eles não possuem interesse de dialogar com outras categorias externas. O diálogo entre o pichador e a cidade citado neste contexto ocorre de maneira indireta. A cidade que dialoga com a categoria de pichador é representada, basicamente, por suas categorias antagônicas. Tratando-se de uma pesquisa etnográfica com pichadores, sou capaz de reproduzir somente suas perspectivas e a impressão que eles possuem sobre a perspectiva dos agentes antagônicos a pichção. Na maioria das vezes, esse diálogo ocorre em forma de conflitos causados por uma disputa sobre a utilização dos espaços da cidade. Esse conflito ocorre pois a pichção está orientada por uma interpretação desviante do espaço, isto é, que não é compartilhada pelo público em geral, externo à comunidade.

Quando apontamos para a fala da cidade, estamos generalizando as convenções morais, produzidas e reproduzidas cotidianamente pelas diversas categorias que ocupam este espaço. O diálogo que ocorre entre a pichção e a cidade inicia-se com o pichador ocupando os espaços de forma desviante (invadindo e pichando locais e muros). A cidade não responde o pichador de outra forma a não ser através da reação das categorias antagônicas ao pichador que também ocupam o espaço, contudo, dotados de uma lógica e interpretação de uso do espaço que segue padrões diferentes.

2. Etapa de aproximação

“Eu tacho mais nome no meu bairro mesmo, mas é só as vezes. Comecei pichando na

escola, escondido dos inspetores. Depois eu fui ficando animado e decidi ir pra ação de verdade... Eu assino Void que é o nome de um filme que eu gosto.” Pichador, 17 anos.

Não pretendo dar conta de analisar todos os diversos fatores possíveis que motivam um adolescente a ingressar na prática da pichação. Nos bairros do subúrbio carioca, variadas circunstâncias podem contribuir para que isso ocorra. Minha intenção não é responder porque o jovem inicia uma carreira na pichação, mas sim como se dá seu processo de aproximação com esse mundo, para assim compreender o que é alterado ao entrar nessa perspectiva. Conforme as teorias de Becker (1963) sobre carreira desviante, as entrevistas e a observação etnográfica mostram que o primeiro contato com a pichação se dá através de amigos que já eram pichadores. Esse contato ocorre geralmente no ambiente escolar ou no bairro. Através de uma conversa sobre o tema, o desviante torna visível para o indivíduo em etapa de aproximação como é possível obter prazer através da prática e do domínio da linguagem pichação.

As curiosidades a respeito da sensação provocada pela prática levam o indivíduo a realizar suas primeiras pichações. A maioria dos interlocutores afirmam que as primeiras assinaturas são sempre “obras do acaso” ou “aleatórias”. Também pouco pensam sobre o nome que será assinado na parede. Muitos lembram de apelidos de infância, nomes de personagens de ficção, etc. Quando solicitei que falassem um pouco sobre as primeiras vezes em que picharam, as circunstâncias apresentadas eram bem similares. A oportunidade de realizar uma pichação costuma surgir inesperadamente. O indivíduo nesta etapa não planeja o ato de pichar com antecedência. Esse “acaso” que o leva a pichar pode se repetir diversas vezes. O que faz diferença é se essa pichação vai se manter esporádica, ou se o indivíduo irá se interessar cada vez mais sobre o tema. Existem pichadores que permanecem na etapa de aproximação sem maiores pretensões durante muito tempo. Cada etapa da carreira possui momentos-chave que irão indicar sua progressão.

Na etapa inicial, um dos momentos mais importantes é quando o indivíduo decide começar a frequentar as reuniões de pichadores. Raramente o indivíduo possui contato com a comunidade da pichação antes de ser convidado a participar. Os conhecimentos que possui sobre o tema estão restritos aos comentários que ouviram dos amigos pichadores. Isso pouco afeta sua percepção sobre o ambiente urbano. O jovem iniciante só executa pichações de vez em quando e geralmente no bairro em que mora ou em bairros vizinhos. Alguns não vão adiante, pois não se sentem motivados e acabam encerrando sua carreira antes mesmo de começá-la efetivamente. No entanto, muitos indivíduos se interessam pela atividade e decidem começar a frequentar as reuniões para descobrir cada vez mais sobre a pichação. Estes são os indivíduos que seguem para a etapa que estamos denominando aqui de “aprofundamento” na carreira de pichador.

3. Etapa de aprofundamento

“Eu, particularmente, estou interessado em mídia. Eu quero saber de divulgação! Não estou interessado se fulano ou cicrano gostou que eu pichei o muro todinho. Eu nunca respeitei nada; eu picho escola, hospital, igreja. Quero mídia!” Pichador, 18 anos

Esta é, a meu ver, a etapa mais importante da carreira. É nesse momento em que o processo de construção da identidade do pichador se torna mais intenso. Agora, sabendo da existência de uma comunidade que detém a vivência e os conhecimentos sobre a linguagem da pichção, o indivíduo começa a ter um contato e adquirir as técnicas envolvidas. O domínio da linguagem da pichção representa a potencialização da prática. Através do contato com a comunidade, o indivíduo aprende a olhar, a avaliar o que é uma pichção “bela”, quais são os “bons lugares” para pichar, as técnicas para evitar o flagrante, etc. É neste momento que inicia-se um processo de alteração da subjetividade, portanto, uma mudança na perspectiva e na forma de interpretar os espaços da cidade.

O sucesso na carreira da pichção não é somente uma questão de quem possui mais pichções – é também uma disputa de quem picha “melhor”. Trata-se de uma comunidade com simbolismos próprios, que está sempre avaliando qualitativamente a ação de seus participantes. Assim, aprender a linguagem da pichção significa aprender também seus principais critérios de avaliação. São eles: o destaque visual da assinatura, a dificuldade de acesso ao local pichado e a durabilidade da assinatura no local escolhido. Para satisfazer esses três critérios, os pichadores iniciam um processo de pesquisa sobre a cidade para encontrar os espaços no ambiente urbano que atendam a esses critérios. Na etapa de aprofundamento, o pichador é levado a dominar as técnicas que levarão a uma potencialização de sua prática, como diz um pichador que foi ouvido na pesquisa:

“Tem que pichar nos locais certos senão você só gasta tinta à toa. Não adianta pichar onde vão apagar no outro dia. Não adianta pichar em rua que ninguém vai ver, não adianta picha em lugar escondido. Se for para cagar muro é melhor deixar espaço pra outro! Eu, antes de pichar, fico escoltando o pico mais de uma semana, vendo a hora em que o cara vai dormir, vendo se tem segurança no local. Tem que estar na atividade!” Pichador, 26 anos.

Sendo assim, além de conhecer as técnicas próprias da pichção, é necessário dominar o ambiente em que se atua. Ou seja, para uma carreira de sucesso na pichção é necessário conhecer a cidade.

“Quem não é visto não é lembrado.” Essa é uma das principais lógicas da pichção. Se na etapa de aproximação o pichador só atuava em seu próprio bairro, no aprofundamento da carreira isso é impraticável. A prática precisa passar a ser frequente e regular. O bairro já não é suficiente. É necessário atingir mais pessoas, sobretudo de outros bairros. Nesta etapa, o

envolvimento com a cidade é um ponto crucial, e é normal que a pichção seja praticada cerca de quatro vezes por semana. Em quanto mais bairros da cidade o pichador espalhar seu nome, maior será o seu prestígio junto à sua comunidade de pichadores. É preciso estar em sintonia com o fluxo de movimentação da cidade. Muitos se orientam para as principais ruas dos bairros, refazendo os trajetos das linhas de ônibus a pé para pichar. O objetivo é divulgar o nome o máximo possível. O destaque visual vem através da repetição da assinatura: “antes de querer atenção você tem que fazer com que olhem pra você.”, diz um pichador. É necessário fazer com que o nome fique conhecido através da divulgação massiva.

Em busca de maiores níveis de dificuldade, muitos pichadores optam por desafiar as alturas da cidade. Prédios, casas de diversos andares, marquises, postes etc. Tudo que pode ser escalado se torna um alvo em potencial. Quanto maior for a altura alcançada pelo pichador em uma escalada, maior será o respeito obtido perante a comunidade. Pichções que são realizadas em grandes alturas e ainda por cima em ruas famosas da cidade, isto é, com grande circulação de pessoas e veículos, são as mais aclamadas pelos pares. Quanto maior for o risco para o pichador, maior será a recompensa em termos de prestígio dentro do grupo.

Conseguir que as pichções realizadas fiquem expostas durante o máximo de tempo possível é outro dos grandes desafios dos pichadores. As pichções não são bem aceitas pela maioria dos indivíduos externos ao grupo. Como veremos adiante, muitos acham que a pichção degrada um local, o que faz com que elas sejam removidas com frequência. Portanto, cabe ao pichador identificar espaços “eternos”, como se diz no vocabulário nativo: paredes de pastilha, pedra, mármore e outras superfícies que tornam a remoção da pichção complicada. Fachadas de prédios antigos, grades de estabelecimentos, casas abandonadas e espaços públicos são também locais visados, pois raramente passam por manutenção, deixando que as pichções sejam expostas ali por longos períodos.

A etapa de aprofundamento é a fase em que o pichador está mais “dedicado” à carreira. Não há uma duração padrão, mas quanto mais tempo o pichador se mantém nesse ritmo de produção, maior será o seu reconhecimento pela comunidade. Sendo assim, pichadores que se aventuram em grandes alturas, realizam pichções regularmente e exploram ao máximo diferentes áreas da cidade ganham a admiração de grande parte da comunidade já nesta etapa da carreira. Porém, o reconhecimento da comunidade não aponta necessariamente para a consolidação da carreira. A maioria dos pichadores ouvidos atravessou um período de incerteza a respeito da continuidade da carreira. O momento-chave que marca o fim desta etapa de aprofundamento é quando o pichador começa a refletir sobre os riscos da prática, marcando assim a entrada na etapa que podemos chamar de “questionamento”. Geralmente, esta etapa se desencadeia por dois motivos mais comuns: contato com a morte (falecimento de amigos, experiências de “quase morte”) e/ou a necessidade de investir em outros projetos de vida, sobretudo naqueles que contam com maior aprovação das pessoas externas à comunidade da pichção.

4. Etapa de questionamento

“Eu fico pensando se a minha vida vale uma assinatura na parede. Porque eu posso morrer a qualquer momento fazendo isso. E se eu não morrer, provavelmente, vou perder bastante tempo nisso. É isso? Quando tudo se resume a isso, vale a pena?”
Pichador, 22 anos.

A prática da pichção é considerada crime. As acusações vão de destruição de patrimônio a crime ambiental. Este fato por si só contribui consideravelmente para que aqueles que são pichadores sejam acusados constantemente de desviantes (marginais). (Existem diversos outros fatores que contribuem para a pichção ser vista de forma negativa por quem não a pratica, mas não tenho como desenvolver esse debate neste artigo). Como toda prática que é vista como um “mal”, a pichção é combatida e repreendida. Sendo assim, diversos “empreendedores”, nos termos de Becker (1963), atuam contra os pichadores na cidade: policiais militares, seguranças particulares e guardas municipais se apresentam como responsáveis pela “manutenção da ordem”. Moradores e proprietários de locais pichados também atuam como agentes antagonísticos usando de diversas estratégias para combater os pichadores.

Também é elevado o número de interlocutores que conhecem um ou mais casos de pichadores assassinados por moradores e proprietários dos locais pichados. Na maioria das histórias ouvidas, o que ocorreu não foi o assassinato motivado pela danificação do patrimônio, mas sim pela suspeita de outros crimes moralmente mais condenáveis. Nos termos de Goffman (1988), a categoria pichador apresenta uma *identidade social estigmatizada*. Apesar de não possuir elementos visuais gritantes que apontam para o *estigma*; uma breve análise de contexto (roupas sujas, barulho de equipamentos, invasão de propriedade fora de horário comercial) remete ao pichador pego em flagra o potencial para crimes como sequestro, assalto a mão armada, etc. Isso faz com que o número de histórias de pichadores assassinados “confundidos com bandido” seja elevado no campo.

Para se proteger desse combate, os pichadores procuram executar suas assinaturas da forma mais furtiva possível. Eles realizam suas escaladas e invasões da forma mais simples possível, evitando chamar atenção. Raramente utilizam algum equipamento de segurança, mesmo para grandes alturas. Nesses casos, a pichção é uma prática extremamente perigosa: o número de fatalidades é alto. Não existem estatísticas exatas a respeito disso. Contudo, a maioria dos pichadores ouvidos conheciam algum caso diferente de morte.

Experiências que causam esse nível de stress acabam gerando um processo de reflexão sobre a prática a longo prazo. O pichador vê a morte de perto a todo momento. Muitos se desequilibram e caem de grandes alturas, são assassinados, sofrem experiências traumáticas quando pegos em flagra. Após algum tempo atuando em alta produtividade, os pichadores confrontam a si mesmos e questionam a continuidade na carreira.

Por ser uma prática criminalizada, muitos pichadores mantêm a carreira como uma atividade secreta (exceto entre seus pares, claro, uma vez que a fama e a notoriedade dentro do grupo é um de seus objetivos centrais). Contudo, pode ser uma tarefa muito complicada manter uma vida dupla nessas circunstâncias. Em geral na etapa de aprofundamento, a carreira na pichança chega ao conhecimento de familiares e de amigos mais próximos. Estes quase sempre procuram influenciar o interlocutor a pôr um fim na carreira desviante e a “começar a pensar em ter uma vida normal”. Esses personagens antagônicos, em sua maioria, enxergam o desvio da pichança como algo patológico. Muitos influenciam os pichadores a buscar a “cura” em instituições religiosas e a encerrarem sua carreira.

Esta etapa de questionamento pode durar um longo período tempo. É normal que o pichador tente parar de pichar e fracasse várias vezes. “É quase como tentar parar de fumar”, diz um pichador. Se comparado à etapa de aprofundamento, o ritmo de produção nesta fase mostra uma queda acentuada, e pichar deixa de ser uma prática tão agradável. É comum que a realização de uma pichança venha seguida de um sentimento de culpa. É nesta fase que muitos pichadores decidem encerrar a carreira para se dedicar a uma “profissão”, constituir uma família ou perseguir outros planos, mais próximos ao ideal de vida de sociedades industriais.

5. Etapa de consolidação

“Não existe isso (vida sem pichança)! Pra mim, pichar é a única coisa que faz sentido. Eu só estou sendo eu quando estou escalando algum pico. É disso que eu gosto! Meu emprego, minha profissão, tudo é só uma desculpa. Eu nunca vou parar de pichar; a pichança que vai se aposentar de mim quando ela achar que deve. Meu sangue virou tinta preto fosco! É o que eu sempre digo; a raposa velha perde os dentes mas não perde o hábito de caçar.”
Pichador, 35 anos

Nem todos os pichadores se rendem aos apelos da etapa que estou chamando de “questionamento”. Alguns deles superam as incertezas desta fase e mergulham em um novo processo de construção de identidade na carreira da pichança. A etapa de “consolidação” representa a superação da maioria dos questionamentos que travavam o desenvolvimento da carreira da pichança. Essa superação é possível através da adoção de diversas motivações ideológicas. A aprovação da comunidade sempre será importante, mas nessa fase já não é mais a motivação principal. Os pichadores passam a desenvolver suas próprias motivações e interpretações para a atividade.

Muitos dos pichadores que chegam a esta etapa ganham o status de “lenda” perante a comunidade. A pichança passa a ser encarada de diferentes formas: um processo de

autoconhecimento, de superação dos limites, um momento de liberdade. Nesta etapa, também ocorre a conciliação da carreira da pichação com uma “profissão normal”. A maioria dos entrevistados que estavam “consolidados” na época da pesquisa possuem mais de 25 anos de idade. Eles não cogitam parar de pichar. A pichação faz parte das suas vidas, do seu cotidiano. Parar de pichar seria perder uma parte significativa do sentido da própria vida.

A maioria dos pichadores nesta etapa da carreira pouco frequenta as reuniões abertas da comunidade. Muitos relatam que se sentem observados demais nesses eventos. Pichadores-lenda não estão mais presos às regras e técnicas iniciais da pichação. Experimentam e exploram suas habilidades, testando limites e criando inovações que posteriormente são absorvidas e reproduzidas pela comunidade.

Nesta etapa o pichador alcança um nível avançado de capacidade de observação do ambiente. Traçam rotas de entrada e saída de locais e sabem se camuflar no ambiente urbano. Ser pego em flagrante não pode mais ser uma possibilidade. A ambição da maioria dos pichadores nessa etapa é orientada no sentido de atribuir uma singularidade e originalidade ao seu nome. Muitos alegam querer possuir assinaturas, como me disse um deles: “no país inteiro, em todo lugar que eu pisar!”. A quantidade de informação que cada pichador nesta etapa da carreira pode fornecer é enorme, de tal forma que seria possível realizar um estudo focado somente nestes interlocutores.

6. As diversas cidades diferentes dentro do espaço urbano

Os dados dessa pesquisa também nos estimulam a pensar sobre o espaço. A cidade, tal como definida pelo nosso senso comum, precisa ser reavaliada. Uma placa, um prédio, um ônibus, um muro – esses elementos adquirem diferentes significados para as diversas pessoas que circulam à sua volta. A cidade não é um espaço físico e fixo. A carreira na pichação oferece um conjunto de novas interpretações sobre antigos elementos, deixando evidente a existência de diversas cidades dentro de uma só.

A linguagem da pichação, além de diversas outras contribuições para a reflexão, aponta para a complexidade dos ambientes urbanos. Os espaços da cidade são interpretados de diferentes formas e esse conflito ideológico gera diversas relações sociais como observamos no caso da pichação. O desafio do pichador de manter sua assinatura e sua carreira como uma constante atuando no espaço urbano vai diretamente de encontro com os interesses de suas categorias antagônicas, que atuam no combate a pichação: judicialmente, apagando assinaturas, castigando fisicamente, etc. Essa disputa ideológica sobre a utilização dos espaços atua diretamente na manutenção do cenário da pichação, dando continuidade a um movimento cíclico. São justamente os aspectos antagônicos presentes nesse contexto que criam as relações sociais e motivações necessários para a perpetuação do mesmo.

Como já afirmei, não optei por estudar a pichação para fazer uma análise moral sobre a validade da prática. Através da pichação, os indivíduos ganham motivação e objetivo para ir em locais da cidade que dificilmente pensariam em ir outrora. A pichação se apresenta como uma permissão/motivação para viver fora do conhecido e do habitual. Quando estou me locomovendo pela cidade, dedico grande parte do tempo que passo no transporte lendo as

pichações nas paredes. Fazendo isso vejo muitos detalhes que passavam despercebidos por mim. Eu simplesmente nem percebo que estou olhando para uma “casa”, um “poste”, uma “placa”. Não me preocupo com as informações que esses locais fornecem dentro de um olhar genérico. Nesse momento de leitura das pichações no transporte, estou *observando* as assinaturas, avaliando suas técnicas, alturas, pingos; identificando padrões e considerando as escolhas dos pichadores que as escreveram. Isso só deixa mais evidente como somos capazes de nos deixar levar por diversas perspectivas diferentes. Grande parte do processo de compreensão do outro é perceber que nossa própria perspectiva e a do outro são somente formas diferentes de compreender e orientar no mundo. 🌐

NOTAS

*Vinicius Moraes de Azevedo é graduando em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ. Integra o Laboratório de Antropologia Urbana nesta instituição, sob orientação da Professora Karina Kuschnir. Email: viniciusmoraes.az@gmail.com

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. 2008 [1963]. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- KUSCHNIR, Karina. **Desenhando cidades**. *Revista Sociologia & Antropologia*, v.2, n. 4, 2012, 295 –314
- OLIVEIRA, Gustavo Rebelo Coelho de. **PiXação: arte e pedagogia como crime**. 2009.
- VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

Recebido em 29/03/2014

Aceito em 31/07/2014

AS POLÍTICAS CRIMINAIS E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: DEBATES ATUAIS

THE CRIMINAL POLICIES AND NEOLIBERALISM IN BRASIL: CURRENT
DEBATES

*Kíssila Teixeira Mendes**

Cite este artigo: MENDES, Kíssila Teixeira. As políticas criminais e o neoliberalismo no Brasil: Debates atuais. **Revista Habitus:** Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.52-64, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: A presente pesquisa se baseia na análise bibliográfica a respeito do tema “criminalidade e segurança pública” e no uso de pesquisas quantitativas que permitam compreender a lógica neoliberal e sua inserção no contexto brasileiro, bem como a presença desta orientação política e ideológica nas políticas criminais e penais no país. O neoliberalismo pressupõe em sua lógica que a responsabilização pelos níveis de criminalidade na sociedade seja direcionada para a população pobre (criminalização da pobreza). É reproduzida também uma sensação de insegurança, que contribui para o individualismo e a segmentação entre as classes.

Palavras-chave: Segurança pública; Neoliberalismo; Violência; Brasil.

Abstract: This research is based on literature review on the topic "criminality and public safety" and the use of quantitative research to understand the neoliberal logic and its insertion in the Brazilian urban context and the presence of this political and ideological orientation in criminal and penal policies in the country. Neoliberalism its logic that assumes accountability for the levels of crime in society is directed to the poor (poverty criminalization). It also played a sense of insecurity, which contributes to individualism and segmentation between classes.

Keywords: Public Safety, Neoliberalism, Violence; Brazil.

O tema que situa este artigo tem como objetivo analisar, com ênfase para o contexto brasileiro, a influência da orientação neoliberal nas políticas criminais e penais que se caracterizam, sobretudo, através de uma política punitiva. Será apresentada, para um embasamento inicial, uma análise do neoliberalismo inserido no contexto brasileiro e, posteriormente, nas políticas de segurança pública. Foi realizada também uma busca de pesquisas e dados estatísticos, que compreendam um período posterior aos anos 2000, sobre a realidade carcerária e índices de segurança pública e criminalidade no Brasil que possam colaborar com a análise do caso.

No decorrer do trabalho é possível perceber que a política punitiva é apresentada como forma primordial de estabelecer a ordem, e serão trabalhados, portanto, os desfechos dela. É importante ressaltar que a escolha pelo estudo dos aspectos punitivos se deu pelos impactos destes na vida cotidiana, com a busca constante dos aparelhos estatais por uma limpeza urbana das classes ditas perigosas, e na influência de tais ações sobre os imaginários e representações sociais. É evidente, entretanto, que tal realidade não se explica somente pelos impactos (pois, como veremos, não é possível definir que houve no Brasil um governo neoliberal) de políticas neoliberais. O objetivo do trabalho é fazer um recorte que possibilite compreender parte do processo macrosocial. Também não serão tratadas de forma abrangente demais políticas neoliberais, como a das drogas que, embora mereçam atenção, não será ponto de debate neste artigo.

Para o debate teórico foi priorizada a busca por autores clássicos dos temas abordados, indicados sob orientação, e também a busca por artigos acadêmicos e periódicos virtuais consensuais ao objetivo proposto. A busca destes foi feita pelas palavras chave e também pelo cruzamento destas. Também foram utilizadas entrevistas recentes com estudiosos brasileiros e latino americanos renomados na área a fim de possibilitar uma visão atual, dinâmica e contextualizada sobre o tema. Os dados estatísticos foram pesquisados virtualmente em fontes oficiais e órgãos que realizam pesquisas periódicas sobre a situação brasileira na área de segurança pública.

O trabalho se torna relevante ao abordar o assunto da violência e da segurança pública, sobretudo no contexto brasileiro, questões sociais tão debatidas na atualidade, em uma esfera macrosocial que seja capaz de mostrar sua intrínseca relação com as ideologias políticas e formas de governo, no caso estudado o neoliberalismo. Assim, visa desnaturalizar questões arraigadas e aprofundar o estudo na área da segurança pública, podendo contribuir não só para a compreensão teórica, mas também para as formas de atuação na área de políticas públicas.

1. Lógica Neoliberal e sua inserção no contexto brasileiro: breve histórico

A fim de melhor contextualizar a temática será apresentada uma breve análise do neoliberalismo inserido no contexto brasileiro. Reconstituir tal histórico em poucas páginas pode dar margem a simplificações. Por isso, deve ficar claro ao leitor que a pretensão é realizar uma reconstituição acessível que visa dar suporte ao tema trabalhado. Temos como ponto de partida a crise do Estado de Bem Estar Social em meados de 1970, momento em que, segundo Mauriel (2006), surge uma nova concepção de Estado que aponta para subordinação à globalização financeira, privatizações, centralização no Executivo e para fortes críticas a elementos de proteção social e de direitos de participação que interfiram no interesse da economia: o neoliberalismo. Ou seja, busca limitar o poder do Estado e também o de participação política da sociedade civil. Assim, de acordo com Sader (2013), o neoliberalismo é o marco da passagem de um mundo bilateral para um unilateral e “representa o projeto de realização máxima do capitalismo, na medida em que visa a mercantilização de todos os espaços das formações sociais.” (SADER, 2013: 135).

Segundo Soares (1999), se nos países centrais a discussão centrava-se em não permitir mecanismos de gerenciamento do Estado na economia, nos países periféricos, como o Brasil, os esforços se concentraram em inviabilizar políticas de cunho social. Na América Latina o ajuste neoliberal se consolidou através do Consenso de Washington (modelo criado pelo Banco Mundial e pelo FMI), prevendo reformas estruturais, que variaram em ritmo e intensidade de acordo com o país, e podem ser resumidas em: abertura comercial, liberalização financeira, desregulamentação dos fluxos financeiros, reforma administrativa, tentativas de estabilização da inflação e em redução de regulações estatais, sobretudo na área de políticas públicas e patrimônio público.

No Brasil, segundo Sader (2013), foi possível ao governo militar, em um primeiro momento, fortalecer economicamente o Estado e expandir a economia, embora mediante ao ingresso do capital estrangeiro. Segundo Miranda, Miranda e Veríssimo (2008), após o período desenvolvimentista vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, observa-se, mais exatamente a partir de 1990, um ajustamento aos modelos descritos no Consenso de Washington, com o aprisionamento do Estado voltado para um equilíbrio econômico, o que levou o país a reduzidos investimentos na área de políticas públicas. Tais características, somadas ao baixo crescimento interno, gerou a ampliação da desigualdade social. A Carta Magna de 1988, de fato, caracterizou conquistas sociais e de direitos e igualdade. Porém, como alega Sader (2013), já no governo Sarney, a Constituição encontrou adversários, sob o argumento de que tais garantias, se de fato atribuída aos cidadãos, impediriam o avanço econômico e transformariam o Estado em “ingovernável”.

Dessa forma, com o fracasso do governo Sarney e posterior eleição de Collor, a transição democrática não foi capaz de democratizar o poder econômico, os meios de comunicação e a propriedade de terras, por exemplo, consolidando a posição do Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. Com o impeachment de Collor, que atrasou o projeto neoliberal no Brasil, tivemos com Fernando Henrique Cardoso (no governo Itamar Franco e em seus dois mandatos) dois fenômenos primordiais: “financeirização da economia” e “precarização das relações de trabalho” (SADER, 2013: 138). Nessa perspectiva, “o Estado se tornou refém do capital” (SADER, 2013: 138), ao mesmo tempo em que as relações de trabalho foram informalizadas, o que contribuiu para a exclusão social dos trabalhadores. Entretanto, para Miranda, Miranda e Veríssimo (2008) foi possível, sobretudo com a instituição da Reforma Gerencial de 1995, melhor observar um caráter de adesão do governo brasileiro aos ideais liberais, que definiu no contexto brasileiro objetivos globais que visaram aumentar a eficiência do aparelho do Estado reduzindo as ações deste e transferindo competências regionais para estados, municípios e agências privadas.

Segundo Fiori (2013), após o fim da Guerra Fria, na década de 1990, a maior parte dos governos sul americanos alinharam-se ao projeto liberal, o que, posteriormente foi responsável pelas grandes crises cambiais, sociais e políticas sofridas por esses países (no Brasil, em 2001). Tal fato, para Fiori (2013), foi decisivo para a chamada “virada à esquerda” nos governos, modificando os projetos políticos do continente (desenvolvimentistas ou socialistas), que se

uniram em grandes blocos ideológicos e de poder. Porém, “o declínio do projeto conservador não havia cedido lugar a um novo ‘modelo de desenvolvimento’, no sentido abrangente que essa expressão teve no passado.” (GARCIA, 2013: 56). Tal afirmação, como veremos, se confirma, sobretudo na área de segurança pública. Isso se explica boa parte porque:

“No caso do Brasil falta uma certa coragem em assumir o discurso de deslegitimação do Estado Penal, porque o desejo de punir instaurado se ancora em permanências históricas nas quais se imbricam a colonização genocida, a escravidão e a cultura inquisitorial ibérica.” (BATISTA, 2012, p. 6)

Dessa forma, a perspectiva neoliberal, segundo Mauriel (2006), desvaloriza questões estruturais e, em contrapartida, as coloca como individuais e de desvantagem de capacidades de cada membro da sociedade em particular. Assim, as políticas públicas, se baseadas neste paradigma, servem como meio de possibilitar capacidades através da “liberdade” desses indivíduos conquistarem bens materiais, e não como mudanças na estrutura de renda e direitos.

2. Neoliberalismo e segurança pública: relações e controvérsias nas políticas criminais e penais

É no que tange o campo de políticas criminais que o modelo político e econômico neoliberal se mostra mais agressivo. Segundo Santos (2007), podemos localizar na criminologia tradicional, que tem como forte raiz as classificações de biótipos criminosos de Lombroso e Enri Ferri, a origem das ideias compartilhadas até atualmente de erradicação do crime e identificação precoce de criminosos a partir de características físicas, visando o indivíduo e não seu ato. De acordo com Dornelles (2003), a partir de um discurso de promoção de bem estar coletivo, tais políticas acabam por legitimar ações repressoras e de controle social do próprio Estado. Parte-se então para um modelo de “lei e ordem”, muito forte nos Estados Unidos da América, onde é criado um estereótipo de inimigo comum da sociedade, responsabilizado por todos os problemas estruturais da nação. Segundo Miranda (2009), tal modelo foi iniciado principalmente em combate à rebelião de movimentos negros e levou a um processo de leis mais severas em todos os países que aplicaram os seus princípios. Porém, na verdade, conduziu a um processo racista e discriminatório de incapacitação de um grande contingente de indivíduos. Indivíduos estes que, segundo Dornelles (2003), são os vulneráveis, que são os principais culpados por sua situação. Tal fato caracteriza ainda a tentativa do Estado de retirar sua responsabilidade pela situação social, havendo uma transferência de responsabilidades do papel estatal para o âmbito privado, característica dos processos neoliberalizantes.

Em entrevista concedida à revista Caros Amigos em agosto de 2003[1], o advogado Nilo Batista diz ser “chocante” o fato dos discursos políticos, independente de posições partidárias e ideológicas, serem exatamente os mesmos quando se trata da questão criminal. Dessa forma, o medo é utilizado como recurso estratégico, o que leva à criminalização também das relações sociais, em consonância com uma pauta econômica que favorece uma política genocida em diversas partes do mundo. Raúl Eugenio Zaffaroni[2] reforça a posição de que as políticas criminais e penais da América Latina são decisões políticas fortemente influenciadas por

modelos europeus e norte americanos de crescimento da repressão pautadas no discurso de “monopólios midiáticos que criam pânico social”. Portanto, para ele, a prisão não passa de mera reprodutora de comportamentos desviantes.

Desta forma, Karam (1996) atenta que também o interesse da esquerda pela segurança pública, que se voltou para um pragmatismo político (e eleitoral) no sentido de ampliação de um discurso de repressão e punição a aproxima da lógica neoliberal. Tal comportamento acaba por perpetuar a concentração de julgamento do sistema penal em classes subalternas e deixar intactas situações de dominação e a divisão social em classes, construindo a imagem de que um bom sistema penal é aquele que pune severamente, seja a quem for. O clamor contra a impunidade e contra a corrupção acaba por legitimar ações cada vez mais reacionárias, rompendo tanto com conquistas da própria esquerda, como com princípios do Estado de Direito. Tal pedido é em vão, pois o verdadeiro papel da repressão não é o de justiça social, e sim a manutenção das estruturas de poder. Além disso, “solidifica a autoridade do sistema penal, ocultando as suas próprias contradições” (MARTINI, 2007: 1). Assim, desvios pessoais de certas categorias da sociedade são tidos como o problema, impedindo a população e os governantes de buscarem uma compreensão mais profunda da realidade e de vêem que a violência e a criminalidade são subprodutos necessários ao capitalismo e que as penas são “em essência, pura e simples manifestação de poder” (KARAM, 1996: 81).

Wacquant (2008), autor referência na discussão da criminalização da pobreza, ao escrever sobre o estado penal norte americano, salienta o aumento de cinco vezes no potencial punitivo, comparando estatísticas de 1975 e 1999. Tal fato, segundo o autor, ocorre não por conta de uma reestruturação aos moldes capitalistas, nem tampouco pode ser caracterizado como uma guerra contra o crime em geral. Se retornarmos à história dos Estados Unidos, veremos que no século XIX, com a expansão do Novo Mundo, a população prisional era composta de imigrantes e pobres, o que não difere da função atual das penitenciárias que, segundo Wacquant (2008), é a de administração e de regulação da pobreza, do gueto e do trabalho desqualificado. O crescimento expressivo da população carcerária teve como consequência gastos maiores dos que os alocados para políticas sociais e, em 1998, as cadeias e as penitenciárias eram a terceira maior fonte de empregos no país, sendo proporcional ao aumento das privatizações deste setor. Além disso, o cárcere em massa contribui para o crescimento da economia informal, favorecendo empregos temporários e abaixo da linha da pobreza. Para Nilo Batista[3], no capitalismo, o trabalho exploratório dentro das prisões é uma espécie de “sonho”, já que a exploração da mão de obra é elevada ao máximo de sua potência, e até mesmo porque as próprias fábricas apresentam configurações muito parecidas com as prisões.

Logo, para que serve a prisão no século XXI? A partir desta indagação Wacquant (2003) traça uma reflexão política do sentido da pena se afastando de uma análise dos objetivos da pena em si. Assim, busca as relações entre o que nomeia de Estado Penal e as características oriundas da liberalização econômica, mostrando os caminhos como o modelo punitivo de encarceramento em massa surge nos Estados Unidos e como a insegurança gerada pela menor

intervenção estatal se propaga para países da Europa e América Latina. Dessa forma, examina detalhadamente o caso americano mostrando como o recuo da ação do Estado nas políticas de proteção social converteu a luta contra a pobreza em uma luta contra os pobres, onde a responsabilidade individual surge como principal movimento. Em resposta ao dismantelamento da rede de assistências antes prestadas pelo Estado, surgem como substitutas formas disciplinares com a transformação, como assinala Wacquant (2003), dos mecanismos de serviço social em instrumentos de vigilância e controle, com a fixação da população que utiliza tais serviços nos guetos. Entretanto, a face mais dura desse processo é o encarceramento que, segundo o autor, não é direcionada para os criminosos perigosos, e sim para a juventude dos guetos, principalmente envolvida com o tráfico varejista que drogas. Wacquant (2003) classifica o gueto como local do controle da força de trabalho e manutenção das distâncias sociais. Entretanto, o que observa é que a prisão parece estar tomando o seu lugar.

“A nova demanda por ordem vai exigir o controle do tempo livre. A prisão não é mais lucrativa pelo trabalho dos presos, mas pela sua gestão, a ser terceirizada e privatizada, pela sua simbiose com as periferias urbanas e pelo seu capital simbólico. A indústria do controle do crime vai gerar uma nova economia, com seus medos, suas blindagens, suas câmeras, suas vigilâncias, sua arquitetura. A segurança privada vai substituir a construção civil como grande absorvedora de mão de obra desqualificada.” (BATISTA, 2012: 8).

Segundo dados de julho de 2013[4], os países com maior população, em ordem decrescente, são: China, Índia, Estados Unidos da América, Indonésia e Brasil. Em contrapartida, quando se trata de população carcerária, os números não correspondem a essa ordem; o país com maior população carcerária do mundo é os Estados Unidos da América (2,2 milhões), confirmando a tese de Wacquant, seguido por China (1,6 milhões), Rússia (700 mil) e Brasil (514.582 mil)[5]. Porém, não é somente a lógica de proporção populacional que conduz a tais dados: segundo pesquisa divulgada pela Federation of American Scientists[6], em um período de 30 anos a população carcerária em penitenciárias federais nos estados norte-americanos teve um aumento de 25 mil para 219 mil pessoas, o que representa praticamente 780% de aumento. Esses números se devem principalmente às mudanças no sistema penal federal, que passou a ser mais rígido mesmo com crimes considerados não violentos, além de um aumento gradual na quantidade de presos menores de 18 anos e maiores de 64 anos. No Brasil, em um período de 20 anos, a população carcerária cresceu cerca de 350%[7].

Wacquant (2001) também se preocupa com a globalização das políticas de “tolerância zero” e como estas transferem o problema da criminalidade para o âmbito moral, retirando a responsabilidade das desigualdades geradas pelo capitalismo. Assim, a lógica neoliberal utiliza da necessidade da intervenção do Estado somente para que os indivíduos tomem decisões no mercado. Porém, estas escolhas, para os pobres, são restritas ao trabalho precário. Assim, as políticas de tolerância zero não correspondem a um aumento real da criminalidade, e sim a uma necessidade de controle das classes pobres. Para Dornelles (2003), a responsabilização pelos níveis alarmantes de criminalidade é direcionada para a população pobre, sem acesso aos bens prometidos pela democracia em que vive, punida e detida em instituições sem grandes

investimentos reabilitativos, onde as chances de reprodução do ciclo de violência se ampliam por mais uma geração. É reproduzida também uma cultura de medo, que torna privados os bens públicos e contribui para o individualismo e a segmentação, sobretudo entre as classes. Na visão dominante atual, segundo Silva (2004), a conduta criminosa é explicada pela anomia da justiça e as análises tendem a cair sobre o aparelho repressivo. Um problema fundamental de tal análise é o de que, a partir do momento que o crime passa a ser fruto da ineficácia dos modelos de controle estatais, sua solução é encontrada exatamente na manutenção de tais mecanismos, sendo subjugadas diversas outras variáveis. Eis o crescimento do eficientismo penal (DORNELES, 2003), onde a política criminal é apresentada como única forma de estabelecer a ordem.

3. Impactos neoliberais na segurança pública brasileira

Embora no Brasil não seja observada uma condução meramente punitiva em seu Código Penal, “os objetivos tradicionais das políticas de segurança são manter a lei e a ordem, preservar a vida, a liberdade e segurança das pessoas” (NETO, 2006: 189). Wacquant (2003), na obra “Punir os pobres”, apresenta dados sistematizados da realidade dos Estados Unidos para uma profunda análise de seu sistema punitivo. Análise semelhante não foi realizada no Brasil. Entretanto, certamente vários dos recursos utilizados pelo neoliberalismo também estão presentes aqui. No tópico a seguir são apresentados dados que tentam ilustrar a realidade brasileira.

Para Souza (2012), diversas são as fontes que nos dizem que, ainda com os mecanismos de participação estabelecidos no Brasil pela Constituição de 1988, o passado autoritário da ditadura militar não se rompeu, sobretudo no interior das instituições policiais. Dessa forma, com afirma Motta (2003), o discurso neoliberal se diz contrário aos antigos autoritarismos, mas, na verdade, traz consigo uma essência repressora-recessiva, onde o aumento da abertura econômica, pressuposta pela implementação das políticas neoliberais, se mostra inversamente proporcional aos ganhos na área social. Um exemplo da ampliação do poder punitivo do Estado nos é dado pelo relatório anual dos direitos humanos elaborado pela Anistia Internacional [8] referente ao ano de 2011. O número de execuções legais em vinte países com pena de morte (exceto a China, que não divulga os dados) foi de, no total, 676. No Brasil, onde a pena capital não existe legalmente, o número de mortes em ações policiais, grande parte fruto dos chamados “autos de resistência” (confrontos com criminosos), nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo foi de 961, 41,16% a mais do que em todo o planeta.

O país também não rompeu com a tradição oligárquica pré-ditadura, que compactua com o elitismo e onde a burguesia exige um Estado que “pague contas” a ela. Neder (1996) afirma ainda que a nossa formação socioeconômica colonial nos levou a um controle social absoluto oriundo da cultura Ibérica. Além disso, de acordo com Dornelles (2003), desde o primeiro momento de colonização, o Brasil é submetido a uma cultura de extermínio. Essas chagas do passado não foram vencidas pela tardia democratização do país e, pelo contrário, segundo Pastana (2009), na nova República, constituída nos anos 1980, se viu emergir políticas sociais voltadas para o assistencialismo e as relações com o Estado de forma arbitrária e ilegal, o

que também é observado na Justiça Penal, que trata com descaso a Constituição de 1988. Ou seja, os impactos neoliberais veem aprofundar traços de exclusão e marginalização dos pobres já existentes em nosso legado histórico que criou uma espécie de barreira à participação da sociedade civil na política e na organização de movimentos sociais de fiscalização e na identificação de problemas do Estado e Judiciário. Então, o que o neoliberalismo traz de novo?

Wermuth (2011) afirma que as raízes históricas e o passado escravagista brasileiro, por si só, tornaram o sistema punitivo brasileiro um meio de controle social que visa uma administração das classes perigosas. Entretanto, afirma que a implementação das reformas neoliberais no Brasil incrementou à seletividade o fator econômico e do trabalho. Isso porque um grande contingente se tornou disfuncional para o sistema produtivo por conta de sua falta de capacitação ou pela mão de obra se tornar desnecessária. As reformas neoliberais são marcadas, como já mostramos anteriormente, por privatizações, cortes de gastos nas áreas sociais e privilégios aos setores financeiros. Assim, os ganhos na produtividade surgem a partir da degradação do trabalho, gerando como consequência as marginalidades econômicas e sociais. Dessa forma, “para esses contingentes populacionais só resta a segregação, tanto pela via da marginalização social e espacial, quanto por meio do encarceramento em massa e da eliminação pura e simples a partir da intervenção violenta do sistema punitivo” (WERMUTH, 2011: 9). Entretanto, antes do extermínio, cria-se um discurso que o legitime: o neoliberal, que torna o Estado penal um potente motor cultural e promove um deslocamento do social para o penal. (BATISTA, 2012).

Segundo a socióloga Vera Malaguti Batista (2013), em entrevista concedida em julho de 2013[9], ações violentas em favelas e periferias demonstram a incapacidade de ação do aparato policial e a expansão do “Estado Policial”, antagônico ao estado de direito, que credita à polícia e às ações repressivas o sucesso das políticas de segurança pública. Dessa forma, a polícia brasileira atua com o objetivo de conquistar territórios inimigos, apoiados pela mídia e pela opinião pública. Chacinas em favelas, invasão de domicílios, abordagens ostensivas e proibição de ações cotidianas são toleradas e aplaudidas em nome de uma suposta ordem e é o que ocorre no caso recente da implantação das UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro que, na verdade, promovem uma militarização da vida dos pobres: “a UPP é uma gestão policial da vida dos pobres. Transforma a polícia como principal política pública, acima de todas as outras”, afirma a socióloga. Ações semelhantes, se realizadas em bairros nobres, por exemplo, seriam consideradas como estado de sítio. Batista (2003) afirma que a política criminal é a única política pública que o neoliberalismo agencia para a manutenção do jogo mercadológico. Isso porque, a precarização do trabalho faz com que a criminalização surja como o ato do governo para administrar os conflitos que ele criou e a população que ele marginalizou.

Graças a um imaginário social compartilhado de insegurança, segundo Pastana (2009) tem se tornado comum as críticas ao sistema penal, que cobram deste mais autoridade e mais poder de punição. Tais anseios populares, entretanto, são um contraponto à recente reforma democrática brasileira e atende aos ideais liberais. A “democracia tutelada”, caracterizada por um desmanche estatal traz em seu âmago problemas estruturais como o desemprego e a falta de

acesso a bens essenciais. Estes, por consequência, não são problemas visados pelo Estado e auxiliam no aumento da criminalidade que, agora sim, vira questão emergencial e espetacularizada, tratada de forma autoritária no Estado brasileiro. Assim, a obsessão pelo tema da violência, para Wacquant, é utilizado como estratégia de fortalecimento das ações punitivas do Estado (BATISTA, 2012).

Tal sentimento de insegurança e transformação da questão da violência em uma indústria se transfigura em um significativo aumento da procura pela segurança privada, o que reflete também a descrença da eficiência dos serviços estatais pela população. Segundo o Primeiro Estudo SESVSP [10], em maio de 2011 o Brasil possuía 1.498 empresas de segurança privada autorizadas, que empregavam cerca de 540 mil vigilantes. Desse total de empresas, 429 atuavam no estado de São Paulo (29%). Também é observado um aumento vertiginoso no número de empresas do segmento [11]: no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, houve um saldo de 495 novas empresas. A análise por região nos indica que o maior saldo se encontra na região nordeste (132), seguida pelas regiões: sul (115), sudeste (106), centro-oeste (97) e norte (45). Nesse sentido, segundo Batista (2012), a obsessão por segurança, como mostrada nos dados anteriores, e a demanda por punição e castigo, representam uma simbiose entre o mercado para a segurança e a segurança para o mercado, preconizadas pelo discurso neoliberal.

Apesar das diferentes posições governamentais que ocuparam o poder desde a redemocratização brasileira, os principais investimentos em segurança pública ainda se concentram na repressão, para construção de penitenciárias e na capacitação de recursos penais [12]. Dados estatísticos comparados dos anos de 2008 e 2009 coletados do DEPEN (Departamento de Execução Penal), vinculado ao Ministério da Justiça, confirmam o avanço no número da população carcerária e de penitenciárias em todo o Brasil. A análise da população prisional por 100.000 habitantes dos estados nos anos de 2008 e 2009 afirma gradativo aumento em todos os estados (exceto Amapá, Mato Grosso do Sul, Ceará e Paraíba). A população carcerária que mais cresceu, em totais brutos, foi a do estado de São Paulo. Ainda no período de um ano, no Brasil, houve um total de 28.407 novos presos nos estabelecimentos penais. Estes, por sua vez, também tiveram um aumento vertiginoso em breves períodos de tempo: de acordo com o Ministério da Justiça (2011), no período de 2007 a 2009, surgiram 105 novos estabelecimentos penais no Brasil. Se no capitalismo industrial a administração da pobreza se dava a partir dos altos e baixos da economia, Wacquant, de acordo com Batista (2012), acredita que o neoliberalismo impôs mudanças à essa lógica e a alternância foi substituída por uma constante (e enorme) expansão do aparelho prisional.

A pesquisa “Brasil atrás das grades”, divulgada em dezembro de 2012 traça uma série de características do nosso sistema penal. A título de ilustração devemos apresentá-las: o Brasil foi o país que mais criou vagas no sistema carcerário nos últimos 20 anos, passando de 60 mil vagas para 306 mil vagas. Ainda assim, há um déficit de 208.085 vagas no sistema prisional. Desses presos, 30% não foram devidamente condenados, o que corresponde a 173 mil presos provisórios. A maioria dos presos é condenado a penas de 4 a 8 anos e os crimes responsáveis

por grande parte dos aprisionamentos (94%) são apenas nove, o que indica uma espécie de “processo seletivo” sobre o que deve ser, de fato, criminalizado. São eles: tráfico de entorpecentes, furto, quadrilha, receptação, porte de armas, estupro, homicídio, roubo e latrocínio. Além disso, 93,5% dos presos são homens, com mais de 50% com somente o ensino fundamental completo e cerca de 75% entre a faixa etária de 18 a 34 anos [13].

O próprio nascimento da norma penal, segundo Martini (2007), já aponta para a defesa dos interesses de grupos dominantes. Exemplo claro disso é o tratamento distinto entre crimes públicos e crimes privados, onde o roubo tem punições e penas mais severas do que o crime de sonegação fiscal, que são muito mais abrangentes em termos de valores e consequências para o restante da população. Tal fato demonstra não só valores neoliberais e individualistas, como também o interesse público voltado para determinadas classes, classes essas que “financiam as campanhas eleitorais dos parlamentares, que fazem lobbys para a aprovação de leis que os beneficiam e que legitimam seus interesses minoritários através dos meios de comunicação” (MARTINI, 2007: 2).

Atualmente, segundo Pastana (2009), a grande maioria dos projetos de lei voltados à criminalidade pelo legislativo brasileiro em um período de 4 anos (cerca de 97%) foram no sentido de tornar a legislação mais autoritária, confirmando a relação entre o ideário neoliberal e as políticas de segurança, que negligencia questões estruturantes e aprofundam o Estado penal. Os crimes de colarinho branco praticamente não são discutidos. Com isso, temos vivenciado modificações e decretos de leis severas que afrontam a consolidação democrática. Sendo assim, a Justiça Brasileira, sob um discurso de defesa da democracia, atua em contradição com os princípios de sua consolidação, pois “nosso discurso penal hegemônico congrega elementos absolutamente contraditórios, como repressão severa e penas alternativas, leis duras e garantias processuais, encarceramento em massa e proteção aos direitos humanos” (PASTANA, 2009: 127).

Considerações finais

A partir da análise histórico social do Brasil é possível observar a reprodução de um Estado punitivo que visa o encarceramento e o controle, fundamentalmente das classes excluídas dos meios de produção (criminalização da pobreza), colaborando para a criação de um estereótipo de inimigo comum para a sociedade (que, de forma contraditória, é também a mais vitimada pela dita violência urbana): pobre, negro, jovem e do sexo masculino. Embora seja consensual que a herança ibérica e escravagista brasileira faça ser reproduzida no Brasil uma realidade de exclusão onde as políticas criminais são vistas como forma de controle social para as classes ditas perigosas, a lógica neoliberal incorporou a essa realidade os mecanismos econômicos que aprofundaram tais disparidades. As reformas neoliberais, marcadas pela degradação do trabalho, fizeram com que grande contingente da população fosse marginalizada economicamente e socialmente.

Assim, a prisão no século XXI surge em um movimento de tomada do lugar do gueto, que foi historicamente o local do controle da força de trabalho e das distâncias sociais. Com o recuo neoliberal do Estado, as políticas de proteção social se converteram em uma luta contra os

pobres. Dessa forma, a política criminal focada na repressão é a única política pública agenciada pelo neoliberalismo, transformando os problemas sociais em penais. Assim, as prisões tornaram-se meios eficazes não só de controle do tempo livre, mas também por gerar uma nova economia de manutenção do medo. Tal imaginário compartilhado faz reproduzir na população uma sensação de insegurança no contexto urbano, o que colabora para a manutenção, legitimação e reprodução não só do preconceito, da segregação e da própria violência, mas também na busca de meios de segurança privada e cobrança de aumento punitivo dos mecanismos estatais (havendo uma perfeita simbiose entre a política repressiva e o ideário neoliberal), como mostrado nos dados quantitativos no decorrer do trabalho.

O neoliberalismo não foi capaz de suprir a demanda social nem de satisfazer as necessidades do nosso país e vem sofrendo profundas crises nos países aonde vigora. Isso porque suas contradições fizeram crescer a necessidade de um governo que visasse, por exemplo, programas de distribuição de renda e inclusão social por parte do Estado. Dessa forma, na segurança pública, estão em embate os discursos que ditam pela manutenção da ordem em contraponto ao paradigma da transformação social. O Brasil é um país rico e ocupa o quinto maior país industrial do mundo. Em contradição, a concentração da propriedade de terra é a maior do mundo. Estamos então em um embate onde entram em jogo os interesses entre minorias e majorias, onde os vencedores, se é que eles existem, dependerão, fundamentalmente, da forma de governo desta e das próximas gerações. 🌐

NOTAS

*A autora, à época da submissão, cursava o 9º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)/ Faculdade Machado Sobrinho (FMS), sob orientação dos professores Dr. Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Dr^a. Márcia Mathias de Miranda (FMS), pertencentes a linha de pesquisa Violências e Criminalidade.

[1] Disponível no site: www.pdt-rj.org.br

[2] Em entrevista publicada no site: <http://www.brasildefato.com.br>

[3] Em entrevista publicada no site: www.pdt-rj.org.br

[4] Dados retirados do site: <https://www.cia.gov>

[5] Pesquisa disponível no site: <http://www.direitodireto.com>

[6] Pesquisa retirada do site: <http://fas.org.com>

[7] Dado retirado do site: <http://www.direitodireto.com>

[8] Dados retirados do site: <http://anistia.org.br>

[9] Em entrevista publicada no site: <http://www.cartacapital.com.br>

[10] Dados retirados do site: <http://www.sesvesp.com.br>

[11] Dados retirados do site: <http://www.fenavist.org.br>

[12] Dados retirados do site: <http://portal.mj.gov.br>

[13] Dados retirados do site: <http://www.direitodireto.com>

REFERÊNCIAS

- ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório anual dos direitos humanos de 2011. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://anistia.org.br/direitos-humanos/relat%C3%B3rios>>. Acesso em: 25 julho 2013.
- BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, "Revista Especial", 8º Seminário Internacional, nº 42. São Paulo: RT, 2003.
- BATISTA, Nilo. Todo crime é político. **Caros Amigos**, São Paulo, agosto 2003. Disponível em: <<http://www.pdtrj.org.br/docs/Entrevista%20de%20Nilo%20Batista%20para%20a%20Revista%20Caro%20Amigos.doc>>. Acesso em: 4 julho 2013.
- BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BATISTA, Vera Malaguti. “Uma guerra particular”. **Carta Capital**, São Paulo, 8 de julho de 2013. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/uma-guerra-particular-8733.html>>. Acesso em: 8 julho 2013.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Penitenciário no Brasil - Dados Consolidados. Brasília, DF, 2011. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJC4D50E_DBPTBRNN.htm>. Acesso em: 24 abril 2011.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-worldfactbook/rankorder/2119rank.html?countryName=Vietnam&countryCode=vm®ionCode=eas&rank=14#vm>>. Acesso em 26 julho 2013.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DIREITO DIRETO. **O Brasil atrás das grades**. São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.diretodireto.com/prisoos-infografico-brasil/>>. Acesso em: 26 junho 2013.
- DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança: entre pombos e falcões**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2003.
- FEDERATION OF AMERICA SCIENTISTS. **The Federal Prison Population Buildup: Overview, Policy Changes, Issues, and Options**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/misc/R42937.pdf>>. Acesso em 25 julho 2013.
- FENAVIST. Movimentação das Empresas do Segmento. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.fenavist.org.br/downloads/Boletim_Estat%C3%ADstico_Janeiro_2013.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2013.
- FIORI, José Luís. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- KARAM, Maria Lúcia. A Esquerda Punitiva. In: **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**. [S.l.: s.n]. , 1996.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. **Liberalismo e Justiça Social**. São Paulo: Ed. IBRASA, 1995.
- MARTINI, Márcia. A seletividade punitiva como instrumento de controle das classes perigosas. In: **MPMJ Jurídico**. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.
- MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à pobreza e (des) proteção Social: dilemas teóricos das novas políticas sociais. In: **Estudos de Política e Teoria Social. nº14 e 15**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

MIRANDA, Aline Barbosa de; MIRANDA, Gilberto José; VERÍSSIMO, Michele Polline. Ajuste neoliberal e a crise do Estado: necessidade de se retomar a autonomia dos Estados nacionais. Uberlândia: anais do IV Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, 2008.

MIRANDA, Márcia Mathias. Dor e incapacitação: a política atual de tratamento ao criminoso. In: _____. A reabilitação do criminoso no discurso norte-americano: uma proposta alternativa ao cárcere duro. 2009. **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.** p. 68-85.

MOTTA, Célia Maria da. Ricos discursos (e miseráveis efeitos) da política neoliberal. In: **Revista Lutas Sociais.** v. 8. São Paulo. PUC-SP: 2003.

NEDER, G. Absolutismo e punição. In: **Instituto Carioca de Criminologia Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade.** Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1996.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O Neoliberalismo na Redemocratização Brasileira. **Lutas Sociais**, nº 1. São Paulo: NEILS/PUC-SP, 1996.

PASTANA, Débora. Justiça Penal Autoritária e Consolidação do Estado Punitivo na Brasil. In: **Revista Sociologia Política.** Curitiba: [s.n.], 2009.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

SANTOS, Rogério Dultra dos. Criminologia crítica e violência: o sistema penal como ultima ratio. In: **Centro de Estudos Direito e Sociedade.** [S.l.: s.n.], 2007.

SESVESP. Primeiro Estudo sobre o segmento prestador de serviços de segurança privada. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.sesvesp.com.br/fckeditor/arquivos/I%20Estudo%20SESVES-versII.pdf>>. Acesso em: 13 fevereiro 2013.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado, Brasília:** [s.n.], 2004. 19 v.

SOUSA, Diogo Tourino. A Comissão da Verdade e a Democracia no Brasil. In: **Revista Sociologia.** São Paulo: Ed Escala, 2012.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1999.

SUDBRACK, Umberto G., **O extermínio de meninos de rua no Brasil,** [S.l.: s.n.], 2004.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. In: **Revista Novos Estudos.** [S.l: s.n.]: 2008.

WEMUTH, Maiquel Ângelo. O racismo-biologicista tupiniquim e a criminalização da pobreza: a imposição do medo do direito penal como instrumento de manutenção da “ordem” rumo ao “progresso” brasileiro. In: **Revista da ABraSP.** Porto Alegre: 2011.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. “Cada país tem o número de presos que decide politicamente ter”. **Brasil de Fato,** São Paulo, 29 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/14487#.UfbOPrR8QkI.facebook>>. Acesso em: 30 julho 2013.

Recebido em 20/03/2014

Aceito em 19/06/2014

O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA E A INTERPRETAÇÃO CRÍTICA EM MARIÁTEGUI

THE METHOD OF POLITICAL ECONOMY AND CRITICAL INTERPRETACION IN MARIÁTEGUI

Marcus Bernardes de Oliveira Silveira*

Cite este artigo: SILVEIRA, Marcus Bernardes de Oliveira. O método da economia política e a interpretação crítica em Mariátegui. **Revista Habitus:** Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.65-72, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: O presente artigo, em uma forma mais ensaística, busca traçar conexões entre a proposta metodológica de Marx e a interpretação da realidade peruana de Mariátegui. O autor dos *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, considerado como o primeiro pensador marxista original da América Latina, tem o seu pioneirismo embasado na percepção de que o próprio método dialético necessita ser aplicado tendo em vista que cada momento histórico possui suas próprias contradições e conflitos. O método da economia política, ou melhor, a crítica e a proposta de um modelo analítico, percebido em Marx, pode se atrelar ao desenvolvimento esboçado por Mariátegui sobre o povo incaico.

Palavras-chave: Marxismo Latino-Americano, José Carlos Mariátegui, Dialética.

Abstract: This article, in a more essayistic way, seeks to trace connections between the methodological approach of Marx and Mariátegui's interpretation of the peruvian reality. The author of *7 Ensayos of Interpretación de la Realidad Peruana*, regarded as the first original Marxist thinker in Latin America, has his pioneering grounded in the perception that the dialectical method itself needs to be applied concerning that each historical moment has its own contradictions and conflicts. The method of political economy, rather, the criticism and the proposed of an analytical model, perceived in Marx, may tow to the development outlined by Mariátegui about the Inca people.

Keywords: Latin American Marxism, José Carlos Mariátegui, Dialectic.

Em 1849, Marx publica uma conferência dirigida aos operários na Alemanha intitulada de *Trabalho Assalariado e Capital*. Neste livro estão presentes algumas categorias econômicas que desencadearia um estudo maior sobre a Economia Política. Neste mesmo ano, muda-se para a Inglaterra e aprofunda seus estudos durante anos. Em 1859 publica parte das suas pesquisas em um livro intitulado *Contribuição à Crítica da Economia Política*. A importância deste livro para o presente trabalho está justamente ligado à

análise do método da economia política em um de seus capítulos, um dos poucos textos de Marx dedicado às questões metodológicas.

Contribuição à Crítica da Economia Política apresenta aspectos básicos para a proposta posterior de compreender o mundo social como um todo complexo desenvolvido por Marx sobre o capital e seus desdobramentos; críticas em relação à Escola Econômica Clássica, no qual se problematiza o capitalismo, mostrando suas limitações e crises e o caracterizando como uma fase histórica da sociedade humana. Destacam-se aqui, a partir do seu famoso *Prefácio*, três pontos centrais que implicam pensar que as questões metodológicas em sua obra possuem uma importância fundamental para as ciências sociais. Primeiro de que as relações jurídicas e as formas do Estado devem ser entendidas a partir das condições materiais de existência em sua totalidade, ou seja, existe uma interdependência entre as estruturas sociais. Segundo que a anatomia da sociedade burguesa deve ser compreendida através da Economia Política e esta é a principal justificativa que compõe a crítica do livro e seu ponto de partida para desenvolver sua obra de maior expressão: *O Capital*. Terceiro, seria a afirmação da necessidade do entendimento dialético nos processos sociais, já que é preciso explicar a sociedade pelas contradições da vida material, pelos conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção. Na *Introdução* do referido livro (*Contribuição à Crítica da Economia Política*), Florestan Fernandes destaca importantes consequências do método proposto por Marx. A ideia de que as generalizações de leis sociais e econômicas só possuem inteligibilidade para sociedades particulares e em um determinado tempo histórico. A noção de que a história é feita pelos homens, mas não como estes querem, mas a partir de certas condições materiais; a noção de interdependência dos fatos sociais bem como das relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura.

Karl Heinrich Marx nasceu em cinco de maio de 1818, na cidade de Trier, na região da Renânia que pertencia a Prússia e hoje é parte da Alemanha. Sua família possuía origem judaica, mas como forma de conter as restrições que a família recebia, seu pai se converteu ao protestantismo. Após os estudos secundários no Liceu de Tréveris, Marx passa por três universidades, obtendo o título de doutor em filosofia pela Universidade de Iena em 1841. No ano seguinte assume a direção da Gazeta Renana, onde escreve diversos textos que são censurados, um ano depois se muda para a França. Entre os anos de 1844 e 1848 publica várias das suas mais famosas obras (*A Sagrada Família, Teses sobre Feuerbach, A Ideologia Alemã, Miséria da Filosofia, Manifesto do Partido Comunista*), muitas em parceria com Friederich Engels, desenvolvendo uma ampla atividade política também. Marx morre no ano de 1883, contudo seu pensamento é um estrondo nas concepções das ciências ditas históricas em desenvolvimento na Europa e sua herança intelectual é fundamental para compreender diversas atividades, tanto no âmbito político quanto intelectual, que a América Latina começa a sofrer já nos primeiros anos do século XX. Destarte é na figura de um intelectual peruano que o presente ensaio busca compreender a herança de Marx no pensamento marxista latino-americano.

Nas primeiras décadas do século XX, José Carlos Mariátegui (nascido em Moquegua, Peru em 1894) começa a se interessar pelas ideias socialistas, se aproximando do movimento comunista e estudando o marxismo na Europa. Em 1924, de volta ao Peru, participa da Aliança

Popular Revolucionária Americana (APRA) que inicialmente tinha uma proposta antiimperialista. Quatro anos depois rompe com a APRA e funda o Partido Socialista do Peru, filiado à Internacional Comunista. Mariátegui é o primeiro autor original marxista da América Latina, pensando um marxismo partindo da realidade singular latino americana. Sua principal tese concerne em defender a tradição comunitária dos indígenas como forma de transformação social e revolução. Assim como na Europa o proletariado era a antítese da burguesia, tendo como síntese a sociedade comunista organizada pelos trabalhadores; na América Latina, especificamente no Peru em um escopo mariateguista, a escravização dos indígenas peruanos seria a antítese da organização colonial espanhola, logo o comunismo incaico a síntese de todo esse processo histórico. Em 1930, Mariátegui morre, o Partido Socialista do Peru transforma-se em Partido Comunista do Peru.

Tais breves notas sobre a vida dos dois autores servem apenas como uma ínfima contextualização das suas ideias e prática política. É importante ressaltar a singularidade de cada realidade social vivida, sendo justamente esse dado tão caro à construção de um pensamento crítico latino-americano de fato.

1. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana

No mesmo ano em que rompe com a APRA e é fundado o Partido Socialista Peruano, Mariátegui, em 1928, publica os 7 *Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. O autor não se limitou a reproduzir o marxismo que conheceu na Europa, procurou utilizando as ferramentas metodológicas das obras de Marx e marxistas (russos, alemães, italianos), elaborar uma análise original da realidade latino americana. Dos sete ensaios, os três primeiros (*Esquema da Evolução Econômica*, *O problema do índio*, *O problema terra*) constituem importância central para o presente trabalho que busca relacionar a metodologia em Marx com a análise ligada às questões econômicas e agrárias abordadas por Mariátegui. Os quatro ensaios ulteriores (*O processo da educação pública*, *O fator religioso*, *Regionalismo e centralismo*, *O processo da literatura*) trazem uma análise da superestrutura peruana, já que esboça sobre os aspectos jurídicos, perpassando pela educação, religião e arte. Os sete ensaios, neste sentido, visto como um todo é uma análise dialética, estabelecendo relações de interdependência entre a infraestrutura e a superestrutura, tendo como crítica constante a organização colonial espanhola e o sistema político republicano que excluiu e oprimiu o índio de todo o processo (embora os ensaios tenham sido escritos em momentos distintos e sem a intencionalidade de publicação em um livro). O socialismo indo-americano não pode se afastar da figura indígena, já que o comunismo incaico seria a base desta nova sociedade. Os caminhos a serem trilhados era a de análise da realidade peruana, tendo em vista os povos oprimidos trabalhadores, camponeses e indígenas para a formação de um partido socialista.

Antes da organização do Império Inca, os indígenas peruanos viviam em um regime de comunismo agrário. Mesmo com um império despótico e centralizador, o *ayllu* (a forma incaica de comunidade e ressignificada na colonização espanhola) existia como principal estrutura econômica. A chegada dos espanhóis, para Mariátegui, desestruturou a economia agrária inca, sendo substituída por uma colonização de exploração que visava maior produtividade. Através

das *encomiendas*, *mitas*, *ponguaje*, os índios são escravizados e os grandes latifúndios se sobrepõem às antigas comunidades. Contudo, determinados fatores culturais indígenas não são perdidos neste processo, o espírito coletivista, de cooperação está presente nestes povos, constituindo sua principal força revolucionária. Diferentemente das visões ortodoxas de que na América Latina deveria se desenvolver primeiro o capitalismo que formaria um proletariado para uma futura revolução, Mariátegui investigou a peculiaridade histórica da América Latina, construindo uma força antiimperialista e revolucionária a partir destes povos:

Creemos que, entre as populações “atrasadas”, nenhuma reúne, como a população indígena inca, condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e no profundo espírito coletivista, transforme-se, sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista. (MARIÁTEGUI, 2005, 144).

A problemática da terra relaciona-se inteiramente com a questão indígena em sua análise da realidade peruana. Aliando a reivindicação indígena à reforma agrária, Mariátegui abre espaço para todo um debate econômico que relaciona diferentes sujeitos (os espanhóis, os *criollos*, os indígenas) e civilizações (a Espanha, colonialista e católica e o Império Inca, colonizado, com uma religiosidade própria, *Tawatinsuyo*) que inevitavelmente abarca fatores políticos, sociais, culturais e religiosos. Verifica-se então que a partir do problema da terra e da questão indígena, o autor perpassa por diferentes categorias de análise, sendo uma aproximação metodológica com o exemplo da categoria população utilizada por Marx no método da economia política.

2. Os métodos

Como forma de exposição sobre o método em Marx é interessante pensar a partir do seu conceito de classe social. A construção do conceito de classe social não se resume à interpretação marxista e, nem foi uma criação da mesma. Ao longo da História Ocidental – desde os pensadores gregos aos economistas clássicos da Inglaterra – o conceito de classe social variou em função dos interesses e do contexto histórico em que estavam inseridos. A peculiaridade de Marx foi conferir um caráter científico ao conceito e, introjetar a classe social como base *sine qua non* da sociedade; de forma sistemática e progressiva no decorrer de suas investigações. Para compreender o conceito de classe social para Marx, é fundamental inseri-lo na lógica da dialética materialista. O método analítico abstrai do todo econômico, categorias (conceitos) que são elementos simples e universais. Este método era utilizado pelos economistas clássicos, porém eles não situavam historicamente tais categorias. O método sintético faz o movimento de retorno, através da investigação lógica e histórica, Marx estabelece as categorias e as situa historicamente; este é o método histórico e dialético. As diversas conceitualizações de classe social nas obras de Marx podem ser planos distintos de um mesmo processo analítico sintetizante. Partindo desta análise teórica inserida no plano abstrato, determina-se o conceito de classe segundo seus diversos níveis abstratos.

O primeiro nível de abstração é a análise do modo de produção. Este seria o resultado/síntese, grosso modo, das forças produtivas (meios de produção agregado ao conhecimento tecnológico e o ambiente físico da produção) e das relações sociais de produção em um determinado contexto histórico. Estes elementos adquirem um aspecto contraditório quando se baseiam na propriedade privada, transformando as classes sociais em agentes antagônicos do funcionamento da sociedade. Neste ínterim, a luta de classes é um fator essencial na compreensão do conceito de classe social. A luta de classes, para Marx, é o motor da história, se integrando ao conceito de consciência de classe. Este conceito não pode ser estudado de modo isolado das *formas históricas concretas de produção*. Esta ideia está presente na análise contida em o *Manifesto do Partido Comunista*, no qual se divide a sociedade em duas grandes classes dicotômicas: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção, ou seja, opressores e oprimidos. O segundo nível, a estrutura social, está situado no processo de concreção progressiva. A análise deve determinar o universo físico e histórico das relações de classes em sua dinâmica social. A consciência de classe relaciona-se às condições específicas e interesses sociais definidos teoricamente sob uma estrutura social particular. Como terceiro nível encontra-se a situação social que se aproxima da descrição de uma sociedade concreta. O último nível é a conjuntura. O estudo das classes sociais torna-se mais profundo quando analisado em uma conjuntura específica. Assim em *O Capital*, são apresentadas três classes sociais em função da investigação econômica e política de Marx: os capitalistas, os proprietários de terra e os trabalhadores assalariados (SANTOS; 1982).

O exemplo da população como ponto de partida dos estudos da Economia Política, propõe três momentos de investigação, segundo Marx. No primeiro momento (concreto pensado) a população é uma representação caótica do todo; no segundo momento (abstração das abstrações) mediante várias análises se chega a categorias mais simples, do concreto representado a determinações mais simples. O terceiro momento (retorno para o real) é o movimento de volta para a categoria de população, porém esta não é mais uma representação caótica do todo, mas uma *rica totalidade* de determinação e *relações diversas*. Em Marx, o concreto aparece no pensamento como resultado, síntese. Elevar-se do abstrato ao concreto é apenas um meio de se apropriar do real pelo pensamento. Outra concepção metodológica é a de que o simples pode ser explicado através do complexo, Marx exemplifica relacionando a anatomia do homem como ponto de partida para entender a anatomia do macaco. Estruturalmente isso equivale a dizer que a economia burguesa é a chave de resposta das economias antigas, embora se devam levar em consideração as diferenças históricas. Só através da crítica de si mesma, que o estudo da economia burguesa levará a respostas para compreender a economia feudal, antiga. O dinheiro, neste sentido, sendo uma categoria simples, existiu historicamente antes da categoria mais concreta e complexa (o capital), mas não pode existir em seu pleno desenvolvimento. Apesar da taxionomia – simples e complexas – para as sociedades, mostrando influências das correntes evolucionistas de sua época; Marx aponta perspectivas históricas singulares como formas de relativização, no qual até as categorias abstratas são produtos de condições históricas específicas:

Doutro lado, pode-se dizer há formas de sociedade muito desenvolvidas, embora historicamente não tenham atingido ainda sua maturidade, nas quais se encontram as formas mais elevadas da economia, tais como a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, sem que exista nelas o dinheiro; o Peru, por exemplo. (MARX, 2008, 261).

É justamente levando em consideração estas realidades específicas que Mariátegui constrói uma análise original sobre o Peru. A observação de Marx sobre a cooperação como uma forma de trabalho desenvolvida é o espírito coletivista do comunismo incaico apontado por Mariátegui como uma condição histórica do Peru para desenvolver a luta socialista no país.

Mariátegui aborda o problema do índio atrelado a uma questão econômica, mas especificamente agrária, e, não em termos humanistas liberais que, no caso brasileiro, estes defendiam a abolição da escravidão africana para ampliação de um mercado consumidor. É preciso desmistificar (ou seja, analisar indo além da aparência) que a questão indígena no Peru não é um problema de ordem administrativa, pedagógica, étnico ou moral, mas um problema da terra. E isto se conecta à liquidação do feudalismo que se expressam no latifúndio e servidão. Para o autor o regime da propriedade da terra determina a política da nação, no qual a revolução de independência não extinguiu as bases de servidão do período colonial. O regime colonial espanhol desorganizou a economia incaica. O povo incaico era estruturalmente uma civilização agrária, a propriedade coletiva da terra e a cooperação no trabalho eram suas principais características. Contudo, o esquema colonial mostrou-se materialmente ineficaz no sentido de assegurar a subsistência da população; com suas práticas de extermínio do povo indígena, onde a solução apresentada foi a importação de escravos. O trabalho nas minas tornou o índio escravo.

No período colonial os jesuítas utilizavam o comunismo indígena para fins de catequização mantendo a propriedade comunitária. As *Leis das Índias* amparavam teoricamente a propriedade indígena que sobrevivia dentro de um sistema de cobranças de tributos e servidão para as figuras dos *encomenderos*, que eram os grandes latifundiários. O liberalismo da república nega o amparo formal à comunidade, adotando uma nova política que defendia o latifúndio e atacava a propriedade indígena. Na prática, continua a servidão e a situação dos índios piora. Mariátegui aponta o paradoxo de que o governo republicano era uma estrutura política de princípios burgueses e liberais, mas que na prática imperavam-se os interesses dos grandes proprietários de terras. Assim a comunidade indígena foi a única propriedade a sofrer as consequências desse *liberalismo deformado*. A análise de Mariátegui, portanto, utiliza da dialética para perceber todo este processo histórico de contradições e assim, compreender a situação indígena presente no Peru em que o autor vivia.

Considerações Finais

O presente artigo, em uma forma mais ensaística, buscou traçar conexões entre a proposta metodológica de Marx e a interpretação da realidade peruana de Mariátegui. Dada à complexidade do assunto e dos autores, este é apenas um esforço teórico inicial para se aprofundar sobre o pensamento marxista latino-americano. O autor dos *7 Ensayos de*

Interpretación de la Realidad Peruana, considerado como o primeiro pensador marxista original da América Latina, tem o seu pioneirismo embasado na percepção de que o próprio método dialético necessita ser aplicado tendo em vista que cada momento histórico possui suas próprias contradições e conflitos. O método da economia política, ou melhor, a crítica e a proposta de um modelo analítico, percebido em Marx, pode se atrelar ao desenvolvimento esboçado por Mariátegui sobre o povo incaico. Para Marx um estudo sobre economia deve começar a partir de algo concreto e real, a população. Os sete ensaios de Mariátegui, trazendo os aspectos econômicos, políticos, religiosos e culturais da realidade peruana é um método de análise para compreender a questão indígena historicamente. O conceito de população em si, é apenas uma abstração se ignorado as classes e, estas, são vazias sem compreender as bases materiais e as contradições em que as mesmas se erigem.

Para se compreender a discussão entre dialética e Ciências Sociais é fundamental entender o pensamento de Marx; e o pensamento de Marx é sobretudo uma reflexão sobre o capitalismo. A sua ativa participação política nos debates de sua época e sua extensa pesquisa histórica são outras características essenciais. A realidade, neste íterim, é apreendida como movimento, transformação (IANNI; 1989). Mariátegui é um autor em que se pode perceber esta apreensão da realidade, no qual o pesquisador necessita refletir profunda e demoradamente sobre o real. 🌐

NOTAS

*Marcus Bernardes de Oliveira Silveira é graduando em Ciência Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Realiza pesquisas em cultura popular e patrimônio. E-mail: marcus.bernardes@hotmail.com.br

REFERÊNCIAS

- IANNI, Octávio. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. V. 1, N. 1, pp. 7-27, 1 sem., 1989.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um Socialismo Indo-Americano: Ensaio** escolhidos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, Clacso, 2010.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx: Ciência e revolução**. São Paulo: Moderna, 2000.
- SANTOS, Theotonio. **Conceito de Classes Sociais**. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1982.

Recebido em 09/03/2014

Aprovado em 12/11/2014

A LUTA CAMPONESA E A REPRESSÃO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964 – 1985)

THE PEASANT STRUGGLE AND REPRESSION THROUGHOUT THE CORPORATE-MILITARY DICTATORSHIP (1964 – 1985)

Ricardo José Braga Amaral de Brito*

Cite este artigo: BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus:** Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015. Semestral. Disponível em <habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho 2015.

Resumo: O presente artigo pretende reatualizar a experiência de militância dos trabalhadores rurais, bem como a repressão sofrida, durante a Ditadura empresarial-militar (1964 - 1985). Para tal foram analisadas as experiências históricas da Revolução de 1930, das Ligas Camponesas e as formas de subjugação econômica e política praticadas ao longo do período analisado, mobilizando bibliografia do tema e relatos de trabalhadores, com ênfase para João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e Manoel da Conceição Santos.

Palavras-chave: Lutas camponesas; Ditadura empresarial-militar (1964 – 1985); repressão; militância rural.

Abstract: This article aims to revitalize the experience of militancy by peasants, as well as the repression suffered during the corporate-military dictatorship (1964-1985). We analyzed the historical experiences of the 1930 Revolution, the *Ligas Camponesas* and forms of economic and political subjugation practiced over the analyzed period, also mobilizing the bibliography of the theme and reports of workers, with emphasis on João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira and Manoel da Conceição Santos.

Keywords: Peasant struggles; corporate-military dictatorship (1964 - 1985); repression; rural militancy.

"Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. (...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (MARX, 2013 [1867], pp. 573-574).

"a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta

pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão” (OLIVEIRA, 2003 [1972], p. 119).

O principal objetivo deste trabalho é oferecer espaço para o debate e a memória sobre o que foi a repressão da Ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais. Para isso foi usado bibliografia sobre o período e sobre a atuação de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como livros que trouxessem relatos de trabalhadores rurais, em especial o livro de Ana Carneiro e Marta Cioccarì, *Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962 - 1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, que traz um resumo do período e um importante trabalho de renovação do debate sobre o que foi e o que continua sendo a repressão no campo. Nas palavras das autoras:

Uma repressão política que expressa uma violência de dupla face, uma comandada diretamente pelo Estado, pela ação das forças policiais e do exército, e, outra, privada, expressa pela ação de milícias e jagunços a mando de latifundiários. Um imbricamento que expressa a singularidade da repressão política no campo, e que não deixa dúvida de que a resistência dos camponeses, na sua luta por terra e por direitos, trazia em si toda a energia da luta pelas transformações democráticas do campo e do país (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010, p. 10).

A obra de Carneiro e Cioccarì é um esforço para fazer ecoar a voz destes trabalhadores reprimidos, torturados, exilados e mortos, de forma a romper a espessura do silêncio e tecer uma rede de solidariedades, trazendo relatos de militantes das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Ação Popular (AP), ligados à Igreja Católica, bem como inúmeros trabalhadores que não eram ligados a nenhuma organização, mas que se viram empurrados para uma luta por dignidade e pelo uso da própria terra.

Trazer à tona o debate e a memória dos atos de repressão praticados tanto pelo Estado quanto por grandes fazendeiros e seus mandatários é reatualizar o passado de lutas que se perpetua no presente. Este mapeamento da violência política no campo contra a luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores é revelador para entendermos as formas que os trabalhadores assumiram para resistir e conquistar na lei e na prática os seus direitos. É importante fazer eco à luta política, de classes, entre a expropriação (da terra e da força de trabalho) e as formas de resistência (legais, ilegais e clandestinas).

É importante frisar que a repressão no campo atingiu todos os estados brasileiros e que não se restringe aos anos da Ditadura empresarial-militar (1964-1985), tendo começado bem antes do período, perpetuando até nossas datas mais próximas. Pela abrangência do espectro repressivo no Brasil, decidimos recortar a análise para a região do Nordeste, espaço de lutas e formação de grandes resistências no período ditatorial. Utilizaremos como exemplos as militâncias de João Pedro Teixeira, morto no ano de 1962, e Elizabeth Teixeira. Apesar de João Pedro ter sido morto antes da Ditadura sua luta foi um marco para o movimento camponês.

Também analisaremos a trajetória do maranhense Manoel da Conceição Santos, cuja militância compreende o período militar. Essas trajetórias e lideranças foram escolhidas pela importância e também pela facilidade de acesso às suas informações. É preciso, contudo, tecer alguns comentários sobre a formação das relações no campo, precisando passar pela Revolução de 1930 e pela formação das Ligas Camponesas.

1. Revolução de 1930: o rearranjo do pacto de poder

A crise agrária dos anos 20 do século XX e a formação de uma incipiente classe trabalhadora, além de uma parcela da classe média que adentrava nos levantes tenentistas trouxe à tona a necessidade de abrir o pacto de governança que se havia formado entre São Paulo e Minas Gerais, ainda na Primeira República. Dentro de uma crise de hegemonia (AZEVEDO, 1982; WEFFORT, 1977) da oligarquia cafeeira, que não havia conseguido conter as novas classes sociais emergentes, o Estado precisou assumir uma autonomia relativa às classes dominantes - as oligarquias regionais e a ainda pequena burguesia industrial. O Estado varguista preservou a ordem capitalista por meio de uma forte burocracia, incorporando de forma controlada as massas trabalhadoras: leis sociais, sindicalismo corporativista e repressão político-social.

Por meio da chamada via prussiana ou modernização conservadora o Estado varguista irá estabelecer uma nova forma de prática política: o Estado de compromisso (WEFFORT, 1977), assumindo uma harmonia entre o proletariado, a burguesia e as oligarquias cafeeiras. O rearranjo oligárquico promovido pela Revolução de 30 não alterou de imediato a mudança de eixo da economia brasileira. É produzida uma ideologia nacionalista que se traduz no projeto de industrialização financiado pelo Estado, porém, assumindo alguma expressão das classes populares enquanto massa política, ainda que de forma condicionada, assumindo o eixo urbano-industrial (MENDONÇA, 2002).

As relações produtivas no campo, contudo, se mantiveram iguais: latifúndios e relações de trabalho não capitalistas, com ausência de legislação sindical e trabalhista. Se o modelo de tutela sindical fora adotado pelo Estado para os trabalhadores urbanos como forma de regular a cidadania e desmobilizar o movimento operário, no campo isto tampouco foi reconhecido, mantendo-se uma estrutura extremamente arcaica e com altos níveis de exploração do trabalho. Após a Constituição de 1937 e o Decreto da Lei de Segurança Nacional de 1935 (MATTOS, 2009) o Estado Novo fica oficialmente decretado e o modelo sindicalista corporativista é consolidado, estabelecendo dispositivos que proibiam as greves e assumiam a submissão dos sindicatos e dos trabalhadores ao Estado. A propaganda e o personalismo de Vargas foram de suma importância para a criação de uma memória operária esvaziada das suas lutas anteriores.

A manutenção das relações de exploração máxima no campo não foi, e não é, uma contradição do capitalismo no Brasil. O subdesenvolvimento é uma produção do desenvolvimento capitalista e diz respeito, também, à composição interna do jogo de classes. Em sua crítica ao modelo cepalino, Francisco de Oliveira (1972) aponta para um novo modo de

acumulação capitalista após a Revolução de 30, priorizando a formação de um mercado interno, institucionalizando o salário mínimo como salário de subsistência e estimulando a formação de um exército industrial de reserva. O Estado reorienta a economia para a produção de bens industrializados, criando a base da acumulação capitalista, diminuindo, lentamente, o investimento na agricultura.

Contudo, a agricultura teve um importantíssimo papel na mudança do modo de acumulação: sua função era a de não elevar os preços da alimentação das massas urbanas, não gerando modificação dos salários e, portanto, dos lucros. A ausência de justiça trabalhista no campo permitiu a expropriação do excedente de produção agrário através da alta exploração da força de trabalho rural. O setor rural também oferecia novos operários para incrementarem o exército industrial de reserva, mantendo os níveis salariais urbanos baixos. Francisco de Oliveira, criticando o dualismo cepalino (moderno/primitivo; desenvolvido/subdesenvolvido), irá apontar para uma integração dialética entre a modernização urbana e a manutenção da superexploração do trabalho arcaico no campo, ambas necessárias para a acumulação capitalista, harmonizadas na política populista instaurada após a Revolução de 30: um novo pacto de poder que manteve a estrutura desigual, admitindo a participação das classes subalternas de forma mediada.

2. Ligas Camponesas e a organização da luta camponesa

As consequências deste modelo de desenvolvimento econômico são claras: aumento da repressão e da superexploração das classes trabalhadoras, resultando numa violenta, e esperada, luta de classes. Francisco Azevêdo (1982) aponta para a crescente proletarianização do trabalhador rural, aumentando a expropriação do mais-valor, forçando a venda da força de trabalho em um ambiente de ausência de direitos trabalhistas, incapacidade e/ou dificuldade de formar sindicatos e baixos salários. O movimento camponês que surge na década de 50 une a luta contra a expropriação da terra e contra a superexploração do trabalho, reivindicando os direitos trabalhistas e o direito a terra.

E, ao assim acontecer, as classes dominadas do campo não têm outro caminho a não ser o de enfrentar, e negar, uma via de desenvolvimento capitalista que se apoia na conciliação entre os grupos dominantes urbanos e agrários, a partir da manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarianização irremediável (AZEVEDO, 1982, p. 28).

Devido à imensa dificuldade de abertura de um sindicato rural - precisando da aprovação do Estado -, as primeiras Ligas Camponesas nascem em 1945 como forma de associação civil sob iniciativa do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB). A formação das Ligas foi uma tentativa de estabelecer uma aliança entre proletários e camponeses contra o latifúndio e o imperialismo. A proposição do PCB era a de um inicial pacto entre operários, camponeses e burguesia nacional a fim de superar o feudalismo existente no campo,

para então poder estabelecer uma luta contra o capitalismo e a sua superação via o comunismo. O PCB absorve as reivindicações rurais e consegue mobilizar as massas camponesas, ampliando a sua presença no campo até o ano de 1947, quando entra novamente na ilegalidade, sendo as Ligas desarticuladas e extintas após forte repressão.

Entre os anos de 1948 e 1954 os conflitos se mantiveram de forma constante e cotidiana, consolidando a luta de classes a experiência de classe camponesa, levando a existência de associações ligadas ou não ao PCB (então na ilegalidade) e ocorrendo também congressos rurais, que iniciavam timidamente um retorno às mobilizações e criavam um vocabulário comum de luta e práticas de resistência. Em 1955 a Liga Camponesa renasce com a mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB em Pernambuco. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia conseguem ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que inicia com o aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião consegue a legalização da Liga e passa a denunciar publicamente a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão com o uso da imprensa, tornando público que as questões camponesas e agrárias ainda eram tratadas como problema policial.

A desapropriação de Galileia em 1959 expandiu a Liga Camponesa por todo o Brasil, causando um intenso temor nas oligarquias rurais e na burguesia. Justamente pela expropriação ter sido legalizada - como tentativa de impedir um levante ainda maior dos camponeses - o Estado passa a exercer medidas impositivas à forma de reapropriação dos camponeses, nascendo uma nova motivação: a organização camponesa e a reforma agrária radical. Transformava-se o movimento camponês, graças à intensidade deste, em questão social e política. A aproximação com a experiência de reforma agrária de Cuba acabou por afastar as Ligas do PCB, por aquela julgar as táticas do PCB lenientes demais com a exploração capitalista ao adotar a desapropriação legal e a modernização do minifúndio, expressão do etapismo.

Entre 1960 e 1962 com os mandatos de Cid Sampaio (governador de PE) e Miguel Arraes (prefeito de Recife/PE), mais sensíveis à participação da Liga no cenário político, a atuação do movimento camponês se expande, assumindo resistências físicas aos confrontos e despejos, além de invasões de engenhos e fazendas. Em 1962 o governo de João Goulart estimula a sindicalização em massa no campo como forma de expandir o pacto populista ao meio rural, reduzindo os conflitos sociais ao inserir militantes do PCB e membros dos setores mais conservadores da Igreja Católica na liderança dos sindicatos assistidos.

Neste momento, não apenas com as Ligas Camponesas, mas também com organizações ligadas ao PCB e à igreja católica, convergem na identificação e denúncia da situação de miséria e exploração e na necessidade de alteração deste quadro. A reivindicação do acesso a terra é tornada pública com congressos, como debate no Congresso Nacional e nas organizações patronais, com forte resistência da classe patronal. O desejo dos patrões de ver a modernização do campo foi adiado com a regulamentação da sindicalização em 1962 e do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Porém, foram precisos apenas alguns meses após o golpe militar

para que uma proposta de reforma agrária fosse finalmente promulgada, permitindo a modernização no campo com fortes incentivos fiscais, além da desapropriação em áreas de conflito social, contudo, uma lei que não previa nenhuma forma de participação dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2014).

3. João Pedro Teixeira e a repressão pré-64

A história de João Pedro Teixeira e sua esposa Elizabeth Teixeira ficou famosa pelo filme de Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado Pra Morrer*, que começou a ser produzido em 1964. Interrompido pela Ditadura o filme volta a ser produzido na década de 80 após a anistia política de 1979. A ideia inicial do filme, produzido pelo Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC – UNE), era a de contar a história do assassinato de João Pedro Teixeira, assassinado a mando de latifundiários. O filme retoma mais de uma década depois entrevistando Elizabeth Teixeira, seus filhos e alguns dos moradores e militantes da Liga Camponesa de Sapé, Paraíba, formada em 1958.

João Pedro Teixeira trabalhou até 1954 como operário, tendo lá convivido com a luta pelos direitos trabalhistas. Neste ano vai ao campo trabalhar na propriedade de seu sogro e em 1958 funda a Liga Camponesa de Sapé. A Liga e seus trabalhadores sofreram inúmeros ataques, prisões e torturas, mas a denúncia e os protestos aumentavam enormemente. Ciente do perigo que corria, João Pedro costumava dizer à esposa: “Vão tirar a minha vida, minha filha, mas a reforma agrária vai ser implantada em nosso país para que a vida do homem do campo melhore, para que eles tenham o direito de criar seus filhos” (CARNEIRO e CIOCCARI, p. 78). Foi emboscado em 02/04/1962 e morto com balas de fuzil por dois soldados da polícia militar e um vaqueiro. Elizabeth Teixeira, após a morte do marido, assume a luta pela reforma agrária e pela melhoria de vida do camponês.

A contínua luta de Elizabeth é emocionante e revigorante. Mesmo vivendo escondida, com identidade falsa e longe dos filhos até a anistia de 1979, Elizabeth continuou ativa, incentivando trabalhadores e camponeses. Teve alguns filhos mortos pela Ditadura e uma filha que se suicidou ao achar que haviam matado Elizabeth.

No momento do enterro de João Pedro, frente ao monumento que os camponeses haviam construído em sua memória, e que foi destruído pela Ditadura em 01/05/1964, o deputado estadual Raimundo Asfora, apoiador das Ligas, disse: “Não vamos enterrar um homem; vamos plantá-lo. Pararam o teu coração. Surgirão novos camponeses revoltados, outros João Pedro, numerosos lutadores. Julgaram que desapareceste. Estás agora em toda a parte!” (*idem*, p. 78).

4. A Ditadura: repressão política e econômica

Ao início da Ditadura empresarial-militar, apesar da recessão econômica que tem início anterior ao golpe (1962 - 1967), a "resolução das contradições entre relações de produção e nível

de desenvolvimento das forças produtivas é 'resolvida' pelo aprofundamento da exploração do trabalho" (OLIVEIRA, 1972, p. 105). Duas formas que se apresentaram em interdependência marcaram o período do "Milagre econômico" (1967 - 1973): a repressão e a expansão econômica.

O objetivo do Golpe de 64 é a consolidação do modelo de acumulação capitalista estabelecido nos anos 50 com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Enquanto o Estado assumia uma enorme dívida interna e externa de forma a garantir as condições de superacumulação do empresariado brasileiro, a reprodução do capital era intensificada pela exploração do trabalho; pelo uso de novas tecnologias, provenientes do investimento do capital estrangeiro, reduzindo o tempo necessário de produção e aumentando o exército industrial de reserva; e pelo arrocho salarial, reduzindo o real poder aquisitivo do salário e a capacidade de reprodução social do trabalhador [1].

O Estado participou de outras formas que não o fortalecimento do empresariado por meios "puramente" (ou que assim se tentam passar) econômicos. Mas consolidou uma legislação sindical que reprimia a organização dos trabalhadores e privava os sindicatos de poder de barganha, submetendo-os ao padrão de salário e reajustes do governo (tanto urbano-industriais quanto ao setor rural, cujos sindicatos são então institucionalizados), além de aumentar a rotatividade do emprego e a alta exploração com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído em 1966 e com a finalidade de repassar os custos da demissão do trabalhador para o Estado, retirando o ônus do patrão). Medidas de cunho político que visavam o enfraquecimento e a desmobilização das classes trabalhadoras.

Com o Golpe Militar de 1964 o movimento sindical sofre inúmeras derrotas, não apenas na sua forma burocrática e institucional, mas também com o assassinato de dirigentes sindicais, lideranças trabalhistas e trabalhadores e trabalhadoras, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968, que previa a tortura, a cassação de direitos políticos e civis a opositores do regime militar, a desmobilização dos movimentos sociais por meio da criminalização dos mesmos, suspensão do *habeas corpus*, entre outros (CARVALHO, 2013 [2001]).

Frente à impossibilidade de manter o regime por meio da intensa exploração econômica dos trabalhadores e do uso da repressão, o governo militar apresenta o início de uma abertura política com o governo do general Ernesto Geisel (1974 - 1979). É neste momento que o movimento sindical reencontra a possibilidade de se reorganizar, mobilizando a luta salarial e o direito de greve.

Apesar do movimento dos trabalhadores rurais ter sofrido uma forte repressão, semelhante à repressão sofrida pelos trabalhadores urbanos, é preciso analisar algumas especificidades, principalmente no que toca às formas de resistência. Antônio Torres Montenegro (2011) utilizou o caso da chacina de Matapiruma, ocorrido em 05/10/1972, onde os irmãos José, Luiz e João Inocêncio Barreto foram atacados por agentes do DOPS-PE. José morre na hora. João é baleado com oito tiros e hospitalizado, sendo preso ao sair do hospital.

Luiz consegue fugir. O ataque, que ocorre na cidade de Escada, Pernambuco, é motivado por conta de uma ação trabalhista que os irmãos haviam movido contra José Metódico Pereira, grande fazendeiro, dono das terras em que os irmãos trabalhavam. O caso ficou famoso pela divulgação no jornal *O Estado de São Paulo* quatro dias depois do atentado. A notícia detalha as vítimas, os mandantes e autores do crime, mostrando fotos e relatos, revelando também o medo e o silêncio dos moradores e trabalhadores do engenho. A publicação se dá em plena censura, evidenciando uma ampla rede de informações, controle e repressão pelas autoridades estaduais e federais em conluio com os interesses de grandes produtores e donos de terra.

Os inúmeros relatos mostrados no livro de Carneiro e Ciocari (2010) evidenciam alguns argumentos usados para a repressão e perseguição de trabalhadores rurais. Semelhante ao ocorrido nos perímetros urbanos, a acusação de “subversivo” e “comunista” eram as mais utilizadas pelo Estado militarizado. Não era preciso nenhuma ligação com partidos políticos para ser taxado de comunista, bastava a luta pela terra ou pelos limitados direitos trabalhistas e sindicais garantidos na constituição de 1969. Um trabalhador militante já era considerado uma ameaça à segurança nacional. Além dos irmãos Inocêncio Barreto moverem esta ação contra um grande latifundiário eles também organizavam reuniões de trabalhadores, criando uma solidariedade combativa às expropriações e explorações que eram submetidos. A mudança radical da relação entre trabalhador rural e patrão quebrou uma relação não apenas de trabalho, mas um pacto paternalista com valor simbólico e material. O patrão era visto, também, como aquele que ajuda na hora da necessidade, para comprar remédios, para ajudar em demais problemas pessoais. Deve-se, para isso, compreender a fazenda como um microcosmo e uma sociedade em si, especialmente nos anos 40 e 50, ainda bastante fechada em si mesma, mas que começa a ser paulatinamente modificada pela entrada de uma nova racionalidade, a do capital. Como dito anteriormente, frente à ruptura das formas de associação tradicionais, camponeses começam a se mobilizar contra discursos e práticas que perpetuam relações sociais de exploração e dominação.

A maior parte dos relatos do Nordeste (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010) é de indivíduos ligados ao PCB ou, pelo menos, aos sindicatos rurais e Ligas Camponesas. As lutas mais comuns eram pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas (salários, férias pagas, descanso semanal, respeito, etc.) e pela reforma agrária. Muitas das lutas camponesas se iniciam antes da instalação da ditadura militar, já sendo combatidas com ou sem o uso da polícia e consideradas subversivas. Muitas lideranças foram perseguidas, reprimidas e mortas. Os relatos de tortura são impressionantes e revoltantes: choques, espancamentos – privados e públicos -, pau de arara, inanição, ameaças, torturas psicológicas e uma prática sem nome, mas que se resumia a ter o corpo coberto de mel e ser exposto a animais, principalmente vacas, que ao lambe o corpo o deixavam cheio de marcas e mordidas, ou outra em que o corpo permanecia submerso em uma vala cheia de água por dois ou três dias. Se a tortura por si só já é um evento traumático, o retorno à vida “normal” se torna ainda mais problemático. A saúde debilitada, os casos de depressão, a dificuldade de arranjar emprego, que também são expressas nos silêncios e nas

dificuldades de contar o período de sofrimento, presente nas entrevistas realizadas por Carneiro e Cioccarì.

As chacinas, como a de Matapiruma, são comuns, causadas pela tentativa de posse ilegal de terras camponesas por grandes proprietários de terra, armados com jagunços, pistoleiros, polícia militar, exército, guarda rural e DOPS. O confronto era comum e as mortes sempre penderam mais para o lado dos trabalhadores, armados, normalmente, apenas com os instrumentos de trabalho (foices, enxadas, facões, machados) e às vezes alguma arma de fogo. Os relatos de sofrimento, da necessidade de trabalho desde criança, da exploração no campo, os perigos constantes e o terror psicológico são comuns nos relatos. Contudo, é interessante analisar, como fez Montenegro, a forma como a história é construída pelo próprio ator analisado/entrevistado: as suas lutas, o trabalho, as mortes lembradas e a resistência estabelecida, analisando os fatos mobilizados e as associações feitas.

Como explicitado por Maria Lygia (2013), a lembrança e o passado se constituem em associação com o presente, com o que é possível e permitido lembrar. Os indivíduos que passaram por uma experiência traumática selecionarão as lembranças e as formas pelas quais as contarão ou omitirão. Todo relato deve ser compreendido não apenas com a experiência vivida, mas a forma de abordagem e as experiências presentes, e tem como maior motivação o fato de ser o último recurso dos vencidos para deixar o próprio ponto de vista. Frente à amnésia pública provocada pela censura do Estado que ao “sumir com o corpo para apagar o crime equivale ao duplo assassinato: matar o vivo e tentar matar a lembrança” (*idem*, p. 164), trazer à tona relatos que não podem e não devem ser esquecidos, respeitando a dimensão da privacidade dos torturados e vilipendiados, para assim produzir diálogo e modificação das práticas terroristas ainda presentes no Estado. O luto pelos mortos pela Ditadura não pode se tornar esquecimento e nem apatia. As vítimas do Estado devem ser lembradas, e os seus algozes julgados.

5. O camponês insubmisso

José de Souza Martins (1983) defende a ideia de um campesinato brasileiro insubmisso: primeiro contra fazendeiros e coronéis, depois contra grandes latifundiários, empresários e o Estado, garantidor do modelo de exploração econômica e social que subjuga o campo e a cidade, seja com o uso dos aparelhos repressivos, seja com o uso de incentivos fiscais e da legislação. A partir dos anos 50 o campo se acende em uma luta de classes por respeito aos direitos sociais e trabalhistas, pelo uso da terra e pela valorização dos produtos agrícolas, existindo também uma disputa pela hegemonia das lutas camponesas entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja. Martins é profundamente crítico do historicismo etapista e do economicismo desenvolvimentista que compreendem no desenvolvimento das forças produtivas a supressão do campo. A questão agrária é uma das expressões da contradição do capital: “a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo” (MARTINS, 1983, p. 18).

O campesinato deve ser entendido como uma classe social, designando uma posição relativa na estrutura de classe – e na luta de classes – e fechando um destino histórico e suas condições de possibilidade de existência, apenas modificadas por meio da luta política. As insurreições políticas camponesas se iniciam com o messianismo e com o banditismo social, com a luta contra grandes fazendeiros e coronéis: a terra, nesse século XX, torna-se a principal disputa do campo, apresentando a partir da década de 1950 novas formas de resistência: as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais.

Os setores conservadores da sociedade brasileira tinham receio e medo de uma revolução camponesa que abalasse a estrutura fundiária. Antes do golpe, empresários realizavam no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organismo da intelectualidade burguesa e que realizou os projetos econômicos e sociais da ditadura, mas também com importante atuação no período anterior à ditadura, contribuindo para o enfraquecimento do governo de João Goulart, através do financiamento de campanhas políticas, da organização de movimentos sociais contrários às esquerdas e da formulação de propagandas políticas (DREIFUSS, 1981). Um desses estudos sobre a situação fundiária originaria a lei de reforma agrária da Ditadura, o Estatuto da Terra de 1964, e a formação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, cujas bases eram a modernização do campo, a concentração fundiária e a formação de grandes empresas no campo, permitindo a redistribuição de terras em locais onde a tensão fosse um perigo à segurança nacional (leia-se: à estabilidade do regime). O objetivo foi tornar os minifúndios em empresas rurais, desmobilizar os camponeses e incentivar a concentração fundiária a partir do padrão empresarial, cuja tributação era mais onerosa ao pequeno produtor do que ao grande latifundiário. Nos anos 70 são estabelecidos estímulos fiscais voltados para a colonização da Amazônia, portanto subsidiados pelos contribuintes, aumentando a concentração fundiária e gerando cada vez mais conflitos. As atuais políticas desenvolvimentistas e de expansão da produção de commodities do século XXI não ficam atrás da geração de concentração fundiária e conflito que tomam conta do campo a mais de um século.

Antes de entrarmos no caso de Manoel da Conceição Santos, preso nove vezes e torturado em inúmeras ocasiões, é interessante falarmos algumas palavras da sujeição da renda da terra ao capital. A relação capitalista penetra no campo estabelecendo a transição do camponês para o trabalhador livre, desapropriado da terra e dos demais meios de realização da propriedade, submetido a vender a própria força de trabalho. É, então, apropriada a capacidade de criar valor do trabalhador pelo capitalista. A relação salário-lucro deve aparecer de forma jurídica e moralmente igualitária e equitativa, escondendo as desigualdades na produção e da reprodução por salário e por mais-valor:

A ilusão de igualdade e equivalência que permeia essa relação de troca desigual, fazendo com o que é produto do trabalho apareça como produto do capital, faz com que o trabalhador se defronte com a riqueza que ele mesmo produz, e que cresce sob a forma de capital, como se ela fosse estranho a ele, alienada dele. Como ele não tem alternativa senão a de vender a sua capacidade de trabalho ao capital, vende-a, na verdade, àquilo que ele mesmo produziu e agora se ergue diante

dele como algo que não lhe pertence, como uma potência que lhe é estranha e que subordina a sua capacidade de trabalho (idem, p. 156).

O capital é produto do trabalho não pago (trabalho excedente), porém é enxergado de forma contrária: como se o trabalho fosse dependente do capital.

Existe, contudo, uma diferença entre a terra e o capital: a terra não é capital, é uma forma diferente de meio de produção ao mesmo tempo em que é força de trabalho potencial. O capitalista deve pagar uma renda, tal qual o salário, pelo uso da terra, renda esta que é inferior ao valor produzido nela. A renda aparece como forma de superação ao obstáculo que a terra significava à expansão do capitalismo, tendo no pagamento da renda a distribuição de mais-valor. São formadas três classes: o proprietário da terra e o capitalista (que podem se confundir no mesmo indivíduo), separados do trabalhador, subjuguando-o. O capital se assenhora do modo de trabalho, da capacidade de planejamento. A subsunção real do trabalhador ao capitalismo, que no espectro urbano se consolida com a grande indústria e a sua partição em pedaços de um trabalhador coletivo, no campo o que existe é a sujeição da renda da terra ao capital: submissão da produção agrícola às necessidades do capital: produção de mercadoria e de trabalho excedente, conseqüentemente, mais-valor. A sujeição da renda da terra é sujeição do trabalhador rural. A luta pela terra é contra o capital, contra a expropriação e a exploração essenciais do capitalismo.

6. Manoel da Conceição Santos, o “Submisso indomável”

No livro de Carneiro e Ciocari a figura de Manoel da Conceição Santos é de extrema relevância, apresentando um dos maiores relatos e confissões do livro, e o maior da região Nordeste. Além do conjunto de relatos organizados pelas autoras, o livro de Manoel da Conceição Santos (2010) oferece o relato de sua vida e da experiência camponesa enquanto constituição política da classe [2]. Este maranhense foi preso nove vezes e torturado inúmeras outras, tendo perdido uma das pernas por conta de ferimentos causados por um ataque da polícia.

É comum o apontamento de um *“turning point”*, um ponto de virada, na vida dos militantes rurais, o momento que estes mobilizam para explicar a sua entrada na luta política, estabelecendo um marco decisório em suas vidas. Majoritariamente é a vivência de uma situação de desigualdade, seja de exploração e/ou de expulsão da terra, ambas associadas a momentos de tensão e violência: existe a percepção de que a vida no campo se apresenta como uma constante sobrevivência.

A revolta de Manoel surge com a experiência de ser expulso da terra em que morava e de assistir à morte de inúmeros conhecidos pela polícia e por latifundiários, ainda criança, na década de 50. Apesar do ódio e da vivência de inúmeros atentados, assistindo a morte de dezenas de companheiros devido à simples organização trabalhista, envolve-se com o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado aos setores mais progressivos da igreja católica,

envolvendo-se com as discussões políticas, sindicais e cooperativistas: criaram 28 escolas de alfabetização, inclusive de trabalhadores rurais, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim em 1963. Foi com em contato com o trabalho político do MEB que Manoel percebe que a situação vivida por ele e seus conhecidos era, na verdade, a situação vivida por muitos camponeses brasileiros.

A politização promovida pelo trabalho do MEB apreende a sua experiência em um contexto amplo e coletivo, alargando a sua perspectiva política e o seu trabalho junto a outros camponeses. Já com o sindicato os trabalhadores se organizam para resolver o problema do gado invadindo as roças camponesas, comendo e destruindo as plantações. Após denúncias ao prefeito e com a criação de uma lei que proibia essa prática, mas que não vingou, Manoel e outros trabalhadores mataram o gado que destruía a plantação e dividiram a carne entre as famílias. Em resposta à organização dos trabalhadores os latifundiários organizam milícias, que iriam funcionar até 1969, para retaliar e reprimir estes projetos e trabalhadores.

Com o golpe, o fechamento do sindicato e a prisão de lideranças e as dificuldades do MEB, Manoel ingressa na Ação Popular (AP). A partir de então se associa à luta comunista, antes negada por ele. Considera esta a sua entrada na luta política e a sua passagem de um simples subversivo e revoltado para um militante. Em 1968, quando já era integrante da AP e realizava reuniões clandestinas de trabalhadores, a polícia intervém em uma destas reuniões e dispara tiros na direção dos trabalhadores. Manoel é baleado com dois tiros de fuzil no pé. É preso e passa seis dias na cadeia sem tratamento médico, que apenas veio após manifestações de trabalhadores e estudantes que exigiam o seu tratamento. Como consequência teve a perna amputada e apenas após muita força de vontade e apoio voltou a andar e à luta política, tendo inclusive obtido treinamento de guerrilha na China, mas foi preso na volta, em 1972. Ficou detido no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro por oito meses, e mesmo depois das torturas desafia a justiça num depoimento onde revelava a sua luta e os abusos sofridos pela classe trabalhadora: “Quero saber qual foi a casa que incendiei, qual foi o banco que assaltei. Eu apenas tenho uma luta em defesa de um povo, e eu faço parte dele. E a gente quer terra, quer direitos, quer saúde, quer trabalho, quer liberdade. E se isso é negado, a gente tem de ser contra. Mas, se isso é crime, sou criminoso mesmo” (CARNEIRO e CIOCCARI, p. 120).

Uma cena ficou famosa na vida de Manoel. Dentro de um hospital em São Luiz (MA), em julho de 1968, recuperando-se da operação de amputação de sua perna direita, o então governador do estado, José Sarney, envia um representante para lhe apresentar um pedido formal de desculpas e oferecer uma perna mecânica, uma casa, um carro e um emprego em troca do apoio político do líder sindical. Manoel ressalta que foi a polícia de Sarney que atirou nos trabalhadores e nele mesmo, respondendo: “Não quero nada disso. Eu considero que sou um camponês mutilado e perdi essa perna numa luta e os camponeses podem me dar uma perna. (...) De agora em diante, considero que minha perna é minha classe!” (*idem*, p. 121).

Manoel trás muitos relatos das formas de tortura que sofreu: espancamentos, afogamentos, a tortura psicológica e moral por meio da nudez forçada, da violação corporal, da presença de corpos mutilados, mortos, em deterioração ou ainda vivos na mesma cela; condições insalubres nas celas; os choques elétricos. Manoel chegou a ser amarrado no pau de arara pelos testículos. Chegou a ter, também, o pênis pregado em uma tábua. Tudo como forma de tortura, a maior parte realizada no DOI-CODI do Rio de Janeiro em 1972. Pela sua luta foi condenado a três anos de prisão e sete meses de prisão. Solto em 1975 é preso mais uma vez ao chegar a São Paulo na saída do DOI-CODI.

A importância da sua atuação foi compreendida não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente, intensificando a solidariedade de outros países com o Brasil. O então presidente militar Garrastazu Médici foi pressionado por entidades como o *British Comitee Against The Dictatorship in Brazil*, a Associação de Agricultores Suíços, manifestações na Albânia, França, Itália e Alemanha, além da forte atuação da igreja católica, com uma carta do Papa João Paulo VI e através da Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e também da igreja protestante. Apenas assim foi liberto, sob a condição de deixar o país, exilando-se na Suíça. Neste país havia sido criado o Comitê Internacional Manoel da Conceição, pela luta dos direitos humanos. Chegando à Suíça, Manoel pediu para mudarem o nome para Comitê de Solidariedade ao Povo Brasileiro, e dali passou a denunciar a ditadura militar brasileira e a lutar pelas liberdades democráticas e também pela anistia. Participou também da formação do Partido do Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), primeiro ainda no exílio, e após a Lei de Anistia, em 1979, passa a consolidar as bases no Brasil, comprometendo-se a criar órgãos de classe não atrelados ao governo, mas à sua classe, produzindo pressão por suas reivindicações.

Dessa luta nasce também o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), que visava à formação de novas lideranças sindicais que surgissem dentro da própria luta, abraçando a reforma agrária como lema. Esta ONG serviria de auxílio ao sindicato, atuando como uma entidade de educação. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), é criado o Centru/MA, constituído em diversos estados, tendo sido o Centru/PB presidida por Margarida Maria Alves, liderança camponesa brutalmente assassinada em 1983 em Alagoa Grande, aonde presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Centru/MA tinha três eixos principais de atuação: luta pela terra, luta sindical e organização da produção a partir da proposta da empresa cooperativa. Destas ações foram acontecendo inúmeras ocupações de terra, apoiando também a atuação do MST no Maranhão, entre as décadas de 1980 e 1990, conquistando inúmeras fazendas. A essa luta Mané, como chamado pelos amigos, somou a conservação ambiental e a produção sustentável a partir de cooperativas e do agro-extratativismo, com base na produção familiar, com especial atenção para a participação ativa das mulheres. Mané continua vivo e atuante na política, conforme os seus limites físicos de octogenário, criticando abertamente as relações existente entre o PT e as oligarquias do Nordeste, em especial a de seu conhecido algoz, José Sarney.

Considerações finais

O que se pretendeu com este trabalho, ainda que de forma preliminar, é reativar a importância da vontade e potência de classe do trabalhador rural, que entrou em confronto direto com o Estado (via polícias militar, civil e ambiental e forças armadas) e com latifundiários, grandes produtores e empresários. Esta luta se constituiu enquanto tal com um longo histórico que remonta ao messianismo, às resistências ao coronelismo, ao banditismo social e às mais recentes formas de sindicalização e expropriação de terra, das quais o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e as resistências de aldeias e lideranças indígenas e quilombolas são de suma importância, mas também os movimentos de afirmação de uma alternativa camponesa para a produção e vivência da terra, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e tantos outros. Tentou-se captar o sentido da fala dos agentes, compreendendo que os agentes sociais têm a capacidade de interpretar o mundo em que vivem e compreender e mobilizar as relações em que o poder passa e as diferentes formas de estabelecer uma relação mais simétrica como, por exemplo, a luta sindical via legalização, ou as práticas mais radicais. Contudo, devemos ter sempre em mente que a repressão do Estado e de grandes proprietários e empresários é maior e mais repressiva, mobilizando armas, leis, estatutos e torturas diversas.

As últimas palavras de Elizabeth Teixeira no filme-documentário *Cabra Marcado para Morrer* são importantes para a reatualização do debate, considerando que foram proferidas na década de 80, mas que mantém muito da sua atualidade:

A luta que não para. A mesma necessidade de 64 está colocada, ela não fugiu um milímetro. A mesma necessidade na fisionomia do operário, do campo e do estudante. A luta que não pode parar. Enquanto se diz que tem fome e salário de miséria, o povo tem que lutar. (...) Eu como venho sofrendo, eu tenho que lutar. É preciso mudar o regime, é preciso. Porque enquanto tiver esse regime, essa democracia aí... [sinal de negativo com os dedos] Democracia sem liberdade? Democracia com salário de miséria e de fome? Democracia com o filho do operário e do camponês sem direito de estudar?

A fala de Elizabeth constitui o que Manoel da Conceição Santos diz quando se lembra dos casos de espancamentos e morte de companheiros no campo, ativando uma revolta que é “de compromisso com a luta” (SANTOS, 2010, p. 105). É preciso que não se reforce o fatalismo: apesar do intenso ataque aos trabalhadores e trabalhadoras no imediato pós-golpe, como evidenciado pelos recentes trabalhos realizados pelas diversas Comissões Estaduais da Verdade e pela Comissão Nacional da Verdade, as lutas no chão-de-fábrica e nas fazendas se mantiveram, de forma menos articulada e intensa, porém combativas o bastante para atualizar uma inquietação presente nestas classes e também uma reação dentro dos governos militares, que enxergaram a necessidade de ampliar o autoritarismo e a violência do regime. Lutas estas que não foram espontâneas, mas que “guardam continuidade com lutas que envolveram um processo de mobilização política extremamente complexo como foi o dos anos 1955-64. O mais correto seria, talvez, acompanhando a sugestão de Rosa Luxemburg ao analisar uma situação

histórica diversa, falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo” (PALMEIRA, 2009, p. 198), dos embates cotidianos entre trabalhadores e patrões.

Desta forma, podemos concordar com Leonilde Medeiros (2014, p. 229) quando diz que a ênfase na produtividade e modernização do campo deu como resultado que, “mesmo com a ocorrência de diversas desapropriações e assentamentos, a concentração fundiária permanece, não mais em mãos de latifundiários tradicionais, mas sim de empresários nacionais e estrangeiros que, ao mesmo tempo, buscam constantemente novas terras para expandir seus negócios, reproduzindo o ciclo de expropriação e violência que marcou nossa história. Dessa forma, permanecem também as condições para a reprodução dos conflitos”.

Permanece em jogo a luta pela significação da terra, naquilo que José de Souza Martins (1986) chamou de valor moral da terra (seu valor de uso enquanto modo de vida, experimentação e objeto de mediação e mobilização social dos camponeses) e de valor de mercado da terra (o valor de troca, a sujeição da terra pelo capital, ou seja, o estranhamento causado ao trabalhador pela apropriação privada da sua força de trabalho, produção e do uso da terra). Permanecem, portanto, os conflitos enquanto permanecem a luta de classes e o caráter classista do Estado, acentuado seja por uma estrutura autoritária ou por uma estrutura democrática. 🌐

NOTAS

*O Autor, à época da submissão, cursava o 7º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Professora Elina Pessanha, pertencente a linha de pesquisa Justiça Autoritária? (LADIH/FND - UFRJ).

[1] "A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental". (MATTOS, 2009, p. 101)

[2] O livro citado é *Chão de minha utopia*, uma reedição ampliada do livro de Manoel da Conceição Santos e da socióloga Ana Galano, chamado *Esta terra é nossa*, fruto de uma longa entrevista, quando ambos estavam no exílio, e publicado em 1979. A nova edição conta com nova introdução, uma entrevista mais recente, fotos de Manoel e ainda duas falas suas em contextos de palestras.

REFERÊNCIAS

AZEVÊDO, Francisco Antônio. As ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962 - 1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/campo.pdf>>. Último acesso em: 26 de Novembro de 2013.

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [2013, 16ª edição].
- DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.
- _____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, M. Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar". In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. (pp. 195-229).
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. São Paulo: Editora GRAAL, 2002, 3ª edição.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar*. *Revista Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 228-249. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2013.pdf>. Último acesso em: 26 de Novembro de 2013.
- PALMEIRA, Moacir. "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana". In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, vol. 1. *O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. (pp. 171-200)
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SANTOS, Manoel da Conceição (SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti [Orgs.]). *Chão de minha utopia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. In: *Brasil: Tempos Modernos*. Org.: FURTADO, Celso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [2ª edição].

Enviado em 19/03/2014

Aceito em 28/06/2015

AUTORITARISMO COMPETITIVO NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO PERU SOB O GOVERNO ALBERTO FUJIMORI (1990-2000)

COMPETITIVE AUTHORITARIANISM IN LATIN AMERICA: THE PERU'S CASE UNDER ALBERTO FUJIMORI'S GOVERNMENT (1990-2000)

*Jean Lucas Macedo Fernandes**

Cite este artigo: FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Autoritarismo competitivo na América Latina: o caso do Peru sob o governo Alberto Fujimori (1990-2000). **Revista Habitus:** Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.88-101, 15 julho 2015. Semestral. Disponível em <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho de 2015.

Resumo: Utilizando as classificações e os indicadores trazidos pela literatura sobre regimes políticos, este artigo tem por objetivo compreender o regime peruano durante o governo Fujimori (1990-2000) a partir do conceito de regime híbrido. Além do suporte teórico oferecido pela bibliografia sobre regimes políticos, são apresentados alguns dados eleitorais que ilustram a dinâmica política do Peru no período. Conclui-se que o regime peruano dos anos 1990 se situa no chamado “autoritarismo competitivo”. Trata-se de um subtipo de regime híbrido, caracterizado pela manutenção das eleições e das instituições, porém com o constante enfraquecimento e deslegitimação de ambas, por conta de medidas autoritárias do governo.

Palavras-chave: Peru; regime político; governo Fujimori.

Abstract: Using classifications brought by the literature about political regimes, this article aims to comprehend the Peruvian regime during Fujimori government (1990-2000) as from the concept of hybrid regime. We use the theoretical support offered by the bibliography about political regimes and also some electoral data that show the political dynamic at Peru in 90's. We conclude that the Peruvian regime in the 90's can be a case of “competitive authoritarianism”. It is about a subtype of hybrid regime, characterized by the maintenance of elections and institutions, but with constant impairment and deslegitimization of both, because of authoritarian attitudes practiced by the government.

Keywords: Peru; political regime; Fujimori government.

O presente trabalho procura articular os referenciais teóricos acerca dos regimes políticos – em especial, da democracia e do autoritarismo competitivo – a um caso concreto, qual seja: o governo Alberto Fujimori no Peru dos anos 1990. Para tal, o artigo se encontra estruturado da seguinte maneira: primeiramente, esclareço brevemente o contexto político e social em que ascende Fujimori, no final dos anos 1980 e início dos anos

1990. Na sequência, apresento os referenciais teóricos apontados pela literatura e que servirão de base para a compreensão do caso peruano enquanto um regime híbrido e, mais especificamente, autoritário competitivo. Em terceiro lugar, mostro como este regime se manifestou no Peru, sobretudo a partir de 1992, e a posterior crise do governo, em meados de 2000. Por fim, a conclusão sumariza as relações feitas ao longo do texto e que corroboram para a atribuição do Peru sob o governo Fujimori enquanto um caso de autoritarismo competitivo.

1. A ascensão de Fujimori e a crise institucional

A ascensão de Fujimori à presidência da República em 1990 está associada a um contexto de crise político-institucional que vinha se desenvolvendo no Peru desde a queda do regime militar (1968-1980) (SOLDEVILLA, 1994; DORIA, 1996; MONTERO, 2001). O processo de transição democrática peruano acumulou muitos problemas nos dois governos que se seguiram - Fernando Belaúnde Terry (1980-1985) e Alan García (1985-1990). A crise econômica se aprofundou ao longo dos anos 1980, sobretudo devido ao crescimento da inflação e à desestabilização macroeconômica. Ao mesmo tempo, a violência política aumentava por conta do surgimento do MRTA (Movimiento Revolucionario Túpac Amaru) e das ações de Sendero Luminoso [1]; as forças de segurança do Estado não conseguiram desenvolver estratégias efetivas que diminuíssem os ataques. Tanto o governo Belaúnde Terry quanto o de Alan García terminaram seus mandatos politicamente desgastados, assim como os seus respectivos partidos, AP (Ação Popular) e APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana).

Segundo MONTERO (2001), a situação de instabilidade a que chegou o Peru é resultado de um processo nacional de desintegração política, que ocorreu principalmente devido à incapacidade dos dois governos democráticos de solucionar os principais problemas do país, sobretudo aqueles relacionados à violência e à economia. Os partidos políticos perderam a capacidade representativa perante a população, que passou a rejeitar a classe política tradicional e a se simpatizar por candidatos que não pertencessem a esse grupo [2]. O escritor Mario Vargas Llosa, por exemplo, quando decidiu, em um primeiro momento, abandonar sua candidatura às eleições de 1990 e se desvinculou dos políticos da AP e do PPC (Partido Popular Cristiano), obteve significativo respaldo popular, com incrementos de 35% a 50% nas intenções de voto pela sua possível candidatura “independente” (DORIA, 1996: 53). Ainda que sua disputa “independente” não tenha se concretizado, uma vez que Vargas Llosa se aliou à Frente Democrática (Fredemo) para concorrer às eleições, este acontecimento foi um indicativo de como a opinião pública peruana se encontrava simpática a candidatos antipartidos. No Peru do final dos anos 1980, aliado à crise econômica, nota-se um processo de afastamento da sociedade civil em relação aos representantes tradicionais do Estado, gerando uma situação geral de descrença no papel das instituições representativas e um aumento na tendência da população às candidaturas antipartidárias.

Um dos resultados possíveis em meio a este cenário de crise política é o surgimento de *outsiders*, representantes de valores antipartidários e antipolíticos. MONTERO (2001: 52) os define como “ajenos y contrários a la clase política, a la que culpan de los males que sufre la población, y buscan una *vinculación directa com el electorado*” (grifos meus). É neste contexto

de antipartidarismo e apatia pelo fazer político tradicional que surge Alberto Fujimori, que se tornou o principal opositor de Vargas Llosa nas eleições de 1990. Fujimori foi um exemplo de *outsider*, na medida em que se colocava como o candidato das massas em contraposição a Vargas Llosa, associado às classes políticas tradicionais e às elites. Fujimori também condenava a representação institucional por meio dos partidos políticos, em prol de uma relação direta com o eleitor, que é outra característica dos *outsiders*. Estes pregam pela independência política, livre de constrangimentos institucionais e que é capaz de se ligar diretamente ao povo.

Apesar do quadro de apatia política e de crise institucional, o regime peruano apresentava certa regularidade. Baseando-se nas discussões teóricas e conceituais de democracia, pode-se dizer que nas três eleições peruanas para a presidência da República (1980, 1985 e 1990) o jogo democrático cumpriu minimamente as regras [3]. Seguindo a tradição schumpeteriana, HUNTINGTON (1994: 16) afirma que “o procedimento central da democracia é a seleção de líderes, através de eleições competitivas, pelo povo que governam”. Além de competitivas, as eleições devem ser periódicas, imparciais e limpas; os candidatos, por sua vez, devem concorrer livremente pelos votos. Nesse sentido, incluem-se mais dois aspectos essenciais ao processo democrático: a contestação e a participação (DAHL, 1981; HUNTINGTON, 1994). Deve existir espaço para críticas ao atual governo e para a inclusão de novas propostas. O povo deve ter direito a informações sobre os candidatos e de se organizar. Assim, a existência das liberdades de expressão, publicação, reunião e organização são fundamentais para o andamento das campanhas eleitorais e para os debates políticos (HUNTINGTON, 1994). Nessas campanhas, imprevisibilidade e competitividade são dois elementos centrais (O’DONNELL, 2011). Por fim, cabe destacar que

a democracia é um sistema em que os partidos políticos perdem eleições. Há partidos, divisão de interesses, valores e opiniões. Há competição organizada por meio de regras. E periodicamente há ganhadores e perdedores (PRZEWORSKI, 1998 *apud* O’DONNELL, 2011: 25).

Todos os aspectos apontados acima pela literatura estavam presentes no contexto institucional peruano dos anos 1980. Em todos os pleitos, pelo menos duas forças políticas se mostraram aptas a vencer as eleições; ou seja, não havia o controle de um único partido sobre o processo eleitoral. Pelo contrário, muitos partidos lançaram seus candidatos, o que demonstra certo pluralismo político na dinâmica eleitoral [4]. Não houve grandes casos de fraudes eleitorais e os partidos perdedores reconheceram as vitórias das oposições em todos os pleitos. A imprevisibilidade dos resultados, sobretudo nas eleições de 1990 [5], demonstra certa competitividade nas disputas eleitorais. A forte campanha de oposição promovida por Vargas Llosa e as suas críticas diretas ao governo são um exemplo de mobilização e organização de setores oposicionistas, que aparentemente não sofreram punições ou perseguições pelo governo Alan García.

Portanto, o colapso do sistema político tradicional peruano emergiu em um contexto onde as regras do jogo e as dinâmicas democráticas eram respeitadas minimamente. Fujimori não ascendeu ao poder por meio de um golpe de Estado, mas sim através de eleições aparentemente limpas, competitivas e que vinham acontecendo regularmente desde 1980.

Entretanto, as eleições de 1990 expressavam uma mudança de comportamento e de preferências dos eleitores, o que resultou em transformações significativas no regime do país nos anos 1990.

2. Discutindo regimes autoritários: elementos para a análise do caso peruano

Em um estudo sobre a proliferação de regimes híbridos no pós Guerra Fria (1945-1989), LEVITSKY e WAY (2004) combatem a tese predominante na literatura de regimes políticos [6], que trata os regimes híbridos como formas incompletas de democracia ou como regimes em transição democrática. Segundo essa literatura, os regimes mistos (semi-democráticos ou pseudo-democracias) caminhariam inevitavelmente para uma *direção democrática*, ignorando as dimensões fundamentais de cada contexto político [7]. O Peru é um exemplo que contraria esta argumentação e reforça as teses de Levitsky e Way. A transição democrática peruana de 1980, apesar de ter levado ao jogo democrático regular, não consolidou a democracia no país, que passou por uma crise político-institucional ao final da década de 1980 e que culminou no governo autoritário de Fujimori.

LEVITSKY e WAY (2004) trazem importantes contribuições para se pensar um tipo específico de regime híbrido: o autoritarismo competitivo, que é o caso do Peru dos anos 1990. Trata-se, primeiramente, de uma “forma moderada de autoritarismo” (LEVITSKY e WAY, 2004: 161). Neste tipo de regime, a obtenção e o exercício da autoridade política se fazem por meio das instituições democráticas formais, ainda que haja violação constante das regras do jogo pelos governantes. As regras do jogo democrático são aqui definidas de acordo com os moldes apresentados por O’DONNELL (2011): eleições razoavelmente competitivas, livres, justas [8], decisivas e inclusivas; com ampla proteção dos direitos políticos e das liberdades civis; e, por fim, os governantes devem gozar de autoridade real para que possam governar, sem controle do exército ou líderes religiosos, por exemplo [9]. Por outro lado, sob a perspectiva schumpeteriana da democracia instrumental, tem-se como procedimento central a seleção de líderes através de eleições competitivas, honestas e imparciais, em que os candidatos possam concorrer livremente pelos votos (HUNTINGTON, 1994). Pode-se dizer, então, que os regimes autoritários competitivos violam certas dimensões desse procedimento central, como a liberdade dos candidatos em suas campanhas e a imparcialidade e honestidade do processo eleitoral. Geralmente, há perseguição aos membros da oposição e ataques e boicotes do governo autoritário nas campanhas eleitorais.

Apesar das restrições que colocam, os regimes autoritários competitivos não eliminam as eleições (LEVITSKY e WAY, 2004). Pelo contrário, os regimes híbridos de modo geral possuem pelo menos uma fachada democrática e são internacionalmente pseudo-democráticos, no sentido de que existem instituições políticas formalmente democráticas responsáveis por ocultar (e muitas vezes, por legitimar) a dominação autoritária (DIAMOND, 2004). Entre as instituições, pode-se citar o Congresso, a Justiça Eleitoral e os partidos políticos. Essas instituições existem nos regimes autoritários competitivos, mas se encontram debilitadas e fragilizadas pela ação do governo e seus aliados. Mesmo assim, a persistência das instituições faz

com que elas se tornem um espaço importante de exercício da oposição, ainda que moderada, ao regime autoritário competitivo (LEVITSKY e WAY, 2004).

DIAMOND (2004) observa na ascensão dos regimes autoritários nos anos 1990 a expressão do esgotamento da terceira onda de democratização [10], iniciada em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal. O crescimento dos regimes híbridos estaria associado às crises econômicas e sobretudo políticas pelas quais as democracias passaram ao longo dos anos 1970 e 1980. O autor traz, por fim, elementos para se avaliar os regimes autoritários. Primeiramente, é importante identificar se a violência política é organizada clara e amplamente pelo Estado (ou pelo partido governante) como um mecanismo para se perseguir, castigar e desmoralizar a oposição. Em segundo lugar, uma consideração crucial é se a justiça eleitoral de fato atua no combate às fraudes eleitorais, ou se ela é apenas mais um instrumento do autoritarismo. Terceiro, o tempo de permanência na presidência e a quantidade de votos recebida pelo candidato do governo indicam o grau de fechamento do regime autoritário.

LINZ (1978) também traz contribuições significativas para se pensar os regimes autoritários, destacando suas principais características: o pluralismo político limitado; a carência de uma ideologia elaborada e amplamente difundida; as baixas taxas de mobilização popular; e o controle político do líder (ou de um pequeno grupo) sobre o processo eleitoral. Evidentemente, tais características assumem formas distintas entre os países, o que leva à necessidade de caracterizar os regimes autoritários em subtipos. Para o presente artigo, será observado como essas características se manifestaram no Peru durante o governo Fujimori, que é considerado um caso de autoritarismo competitivo [11] (DIAMOND, 2004: 132).

Uma segunda contribuição de LINZ (1978) para a teoria dos regimes autoritários se refere à falta de ideologia nos mesmos, o que não deixa de afetá-los politicamente. A capacidade de mobilização das massas e do apoio popular é limitada, pois não há uma identificação emocional e psicológica forte do povo para com o governo, como ocorre nos regimes totalitários. Em Estados totalitários, há um esforço constante que procura mobilizar e inserir a sociedade civil dentro de uma ideologia bem definida e declarada. Já nos Estados autoritários, esta ideologia não é explicitada e a promoção da participação política não é fundamental. Nesse sentido, a alienação de intelectuais, estudantes e grupos religiosos do processo político pode explicar, em parte, a debilidade da ideologia nestes regimes. A principal consequência da ausência de uma ideologia consistente é a baixa participação política da população em assuntos do governo. Por fim, vale destacar que nos regimes autoritários existe uma semi-oposição, que se caracteriza por grupos que não são dominantes e não possuem representação no governo, mas que fazem críticas pontuais e almejam o poder, sem contestar fundamentalmente o regime. Aceitam, ainda que minimamente, a sua legitimidade.

3. O estabelecimento do autoritarismo competitivo (1992 – 2000)

Os resultados do segundo turno das eleições presidenciais, realizado em Junho de 1990, deram a vitória para Fujimori e o seu partido, Cambio 90, com 62,4% dos votos válidos, ante os 37,6% obtidos por Vargas Llosa e a Fredemo (SOLDEVILLA, 1994: 149).

No plano político, o governo Fujimori permaneceu com as críticas à política tradicional e às instituições, resultando em desrespeito à Constituição, entre 1990 e 1992. Neste período, as primeiras medidas autoritárias do governo foram estabelecidas, tais como: a usurpação de funções do Judiciário pelo Executivo e criação de um órgão com poderes que prescindiam do Parlamento e dos ministros do Executivo para legislar (MONTERO, 2001). A implantação dessas medidas indica que Fujimori tinha por intenção concentrar poderes no Executivo e, ao mesmo tempo, enfraquecer a atuação das instituições, de modo a estabelecer uma relação direta com o povo.

Os êxitos do governo no combate à hiperinflação e à violência política generalizada de Sendero Luminoso e do MRTA fizeram com que Fujimori mantivesse o apoio popular e a legitimação necessária para o autogolpe, em abril de 1992 (BALBI e PALMER, 2001; MONTERO, 2001). O autogolpe obteve também o apoio das Forças Armadas, com as quais Fujimori procurou manter relações próximas a partir de 1990.

Com o autogolpe, Fujimori pretendia consolidar seu projeto de “salvar o Estado” e estabelecer um contato direto com a população (SÁNCHEZ, 2000). Para isso, foi necessário a eliminação dos poderes formalmente constituídos e o rompimento com as suas responsabilidades anteriores enquanto chefe de um Estado democrático. Em meio a este processo, a desarticulação do Cambio 90 ocorreu rapidamente. Ao mesmo tempo, Fujimori rompeu com seus antigos aliados e buscou novas alianças entre aqueles que possuíam capacidades executivas reais (forças armadas, grandes empresários, capital estrangeiro e FMI) (SÁNCHEZ, 2000; MONTERO, 2001). A consolidação da aliança cívico-militar veio com a captura de Abimael Guzmán, principal líder do Sendero Luminoso, ainda em 1992. Esta ação contribuiu também para o fortalecimento da legitimidade de Fujimori perante a população.

As primeiras medidas autoritárias vieram logo após o anúncio do autogolpe. O Congresso Nacional, o Tribunal de Garantias Constitucionais, o Conselho Nacional da Magistratura e a Procuradoria Geral foram dissolvidos. Em seguida, os membros da Suprema Corte, do Júri Nacional de Eleições e outros 150 juízes foram destituídos de seus cargos (MONTERO, 2001: 69). Os principais organismos responsáveis pela vigilância eleitoral, como o Conselho Eleitoral Nacional e o Escritório Nacional de Processos Eleitorais, foram também colocados nas mãos de partidários do regime (BALBI e PALMER, 2001). As considerações de DIAMOND (2004) sobre o lugar das instituições no regime autoritário indicam que, para o caso peruano, a justiça eleitoral atuou como mais um instrumento do governo, na medida em que foi tomada por pessoas indicadas por Fujimori. Essas instituições não foram abolidas, mas sim enfraquecidas, a fim de se manter pelo menos uma fachada democrática. Do enfraquecimento das instituições, sobretudo aquelas com funções eleitorais, resultou-se “um aparato estatal que só era democrático no nome” (BALBI e PALMER, 2001: 55, tradução minha). Essa nova configuração das instituições sob o regime autoritário de Fujimori foi assegurada por uma nova Constituição. Segundo MONTERO (2001), a nova Constituição peruana foi um instrumento mediante o qual Fujimori almejava a recuperação da institucionalidade do regime. Foi aprovada

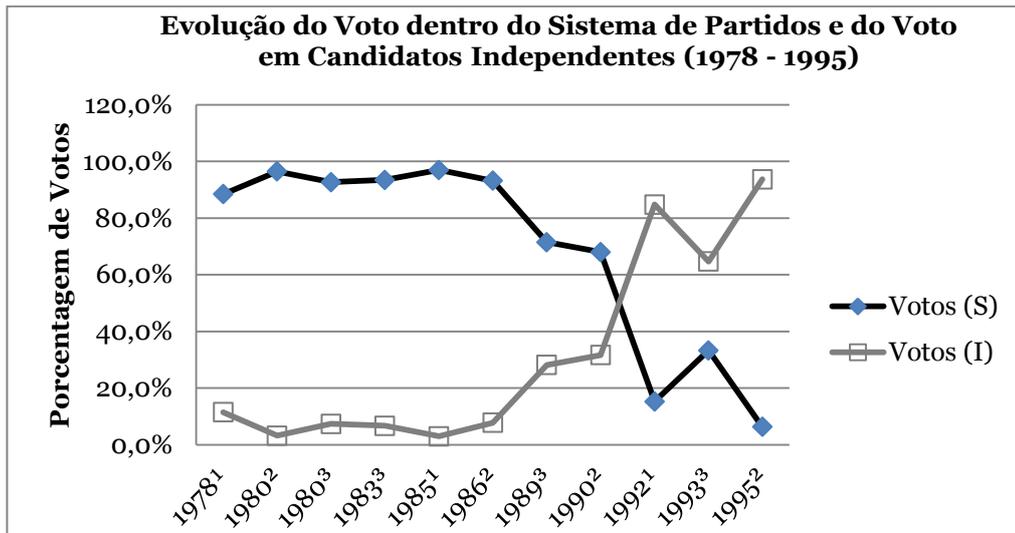
pelo Congresso Constituinte Democrático e ratificada popularmente através de um referendo realizado em 1993, cuja honestidade e imparcialidade foram colocadas em dúvida.

Com a Constituição de 1993, novamente as instituições tiveram seus poderes diminuídos. O Executivo ampliou suas atribuições, concentrando recursos públicos (BALBI e PALMER, 2001) e limitando as funções do Legislativo, que foi reduzido a uma única Câmara. As obrigações do Estado para com os cidadãos, em termos de direitos econômicos e sociais, foram diminuídas devido ao alinhamento do governo aos princípios neoliberais.

A campanha para as eleições presidenciais de 1995 foi curta, de baixa intensidade e questionada. O Serviço Nacional de Inteligência (SNI) promoveu boicotes contra os rivais, sabotando suas campanhas (MONTERO, 2001). LEVITSKY e WAY (2004) afirmam a permanência das eleições em regimes autoritários competitivos, porém ressaltam que elas são fraudadas e manipuladas por membros do próprio regime, tal como se observou no Peru em 1995. Outro aspecto apontado pela literatura e que pode ser encontrado no caso peruano é a existência de uma candidatura de oposição e de um pluralismo limitado, que são características presentes nos autoritarismos competitivos (LINZ, 1978). O pluralismo no Peru foi limitado porque houve interferências do governo Fujimori na dinâmica das eleições, ao mesmo tempo em que a oposição promovida por Javier Pérez encontrou restrições impostas pelo SNI.

Javier Pérez coordenava uma coalizão heterogênea em sua candidatura pela UPP (Unión Por el Perú), o que refletia suas características inclusivas e democráticas. Entretanto, segundo MONTERO (2001) o ecletismo fez com que os peruanos duvidassem da viabilidade de um governo com essa organização. Houve, também, a associação da candidatura de Pérez às antigas forças políticas, em um momento onde a identificação dos eleitores com candidatos independentes era muito alta. Os dados apresentados abaixo confirmam a debilidade do sistema partidário e o crescimento da identificação com o voto independente e antipartidário:

Gráfico I



Fonte: Tanaka (1998: 55). Dados obtidos em MONTERO, 2001: 72.

Legenda: **1)** Assembleia Constituinte: eleições para formar o Congresso Constituinte Democrático. **2)** Eleição Presidencial. **3)** Eleição Municipal.

(S): Soma dos votos dos principais partidos do sistema. Inclui AP, PPC, APRA e Izquierdas.

(I): Voto em candidatos independentes.

O resultado das eleições conferiu a vitória a Fujimori, que obteve 64,8% dos votos. O apoio significativo da população às candidaturas independentes contribuiu para o agravamento da crise do sistema partidário peruano. Após as eleições de 1995, o sistema partidário entrou em colapso, uma vez que os principais partidos do sistema político até 1990 não alcançaram 5% dos votos e perderam os registros na Justiça Eleitoral (MONTERO, 2001).

As medidas autoritárias do regime continuaram se manifestando durante o segundo mandato de Fujimori. A atuação da oposição no Congresso foi boicotada, especialmente quando se propôs, em agosto de 1996, um projeto que investigasse Vladimiro Montesinos, chefe do SNI e braço-direito de Fujimori. Um segundo projeto, que exigia explicações dos ministros acerca do papel de Montesinos no SNI, também foi rejeitado (MONTERO, 2001). Na sequência, a intervenção do governo se expandiu para as mídias, que são um dos alvos principais de governos autoritários (LEVITSKY e WAY, 2004). Em abril de 1997, o canal *Frecuencia Latina* emitiu denúncia de tortura de uma agente do SNI, resultando na negação da nacionalidade peruana para o dono da emissora e na transferência do controle sobre o canal para acionistas minoritários, ligados ao governo. De acordo com a literatura, o controle exercido pelos governos autoritários sobre a mídia se dá de maneira sutil, permitindo inclusive a existência de órgãos de oposição. Levitsky e Way (2004) identificam essa característica dos regimes autoritários competitivos, em contraposição aos regimes autoritários mais fechados, onde as mídias estão sob total censura ou se encontram nas mãos do Estado. Os autores inclusive citam o caso peruano, onde revistas e periódicos como *La Republica*, *El Comercio* e *Síy Caretas* funcionaram

livremente durante os anos 1990, ao mesmo tempo em que denunciavam os abusos cometidos pelas autoridades. Por outro lado, não deixam de reconhecer que existem mecanismos de cooptação utilizados pelo governo a fim de limitarem a atuação dos meios de comunicação.

MONTERO (2001) destaca esses mecanismos, feitos principalmente por meio de pressões tributárias e ameaças judiciais. Como resultado, estabeleceu-se a censura de notícias desfavoráveis ao regime, a manipulação de informações e a veiculação de notícias falsas que melhoravam a imagem do governo perante o povo. As denúncias de sequestros, torturas e assassinatos muitas vezes eram atenuadas e desmentidas rapidamente na imprensa. Observa-se, portanto, que o autoritarismo competitivo no Peru apresentou uma das características principais apontadas pela literatura de regimes políticos: o estabelecimento de restrições à liberdade de expressão dos meios de comunicação, conferindo-lhes certa autonomia, mas também manipulando informações a favor do governo.

A partir da dinâmica política peruana descrita acima, pode-se inferir que o Peru dos anos 1990 reuniu em seu quadro político-institucional uma série de aspectos indicados pela literatura de regimes políticos. As eleições não deixaram de acontecer regularmente, mas foram submetidas a uma série de restrições e de fraudes: as regras do jogo democrático foram constantemente violadas. Ademais, a fachada democrática foi mantida não só pela existência das eleições, mas também devido à permanência das demais instituições: Poder Judiciário, Justiça Eleitoral e imprensa são os principais exemplos. Associa-se a esse quadro de aparente democracia uma constante violação dos direitos, principalmente daqueles ligados à liberdade expressão e de associação. Com isso, o pluralismo político se limitou, diminuindo os incentivos para a participação política da população. Por fim, cabe destacar que a repressão política de funcionários estatais que discordavam das atitudes e posições tomadas pelo governo também foi bastante presente, o que contribuiu ainda mais para a classificação do período Fujimori como um caso de regime autoritário competitivo.

4. A crise do regime autoritário e a transição democrática (1999 – 2001)

No final de 1999, Fujimori baixou um decreto convocando eleições gerais para abril de 2000 e, logo em seguida, anunciou a sua candidatura, pela sigla *Perú 2000*. Para Balbi e Palmer (2001), o anúncio da terceira candidatura de Fujimori foi o marco inicial de seu colapso. O Parlamento peruano aprovou a indicação à reeleição, o que gerou conflitos com o Tribunal Constitucional, pois este alegou que o Legislativo havia interferido em assuntos judiciais. Três juízes que votaram contra a terceira candidatura de Fujimori foram censurados e destituídos de seus cargos pelo Parlamento. A campanha fujimorista, a partir de então, passou a ser marcada por denúncias de abusos e arbitrariedades, comprometendo a legitimidade das atitudes do presidente e dos resultados das eleições.

Os dois primeiros candidatos da oposição a se apresentar foram o prefeito de Lima, Alberto Andrade, pelo partido *Somos Perú*, e o ex-presidente do Instituto Peruano de Seguridade Social, Luis Lossio, pelo *Partido de Solidariedad Nacional*. Ambos tiveram suas campanhas boicotadas pelo regime de Fujimori. A imprensa financiada pelo SNI e as estações de

TV nacionais divulgavam notícias que desprestigiavam os candidatos; os comícios eram surpreendidos com “cortes de energia” e a publicidade das campanhas na televisão era proibida de ser comprada pelos dois partidos (MONTERO, 2001; BALBI e PALMER, 2001). Como resultado, ambos os candidatos tiveram quedas expressivas nas intenções de voto ao longo dos primeiros meses do ano 2000.

No último mês das campanhas, foi anunciada a entrada do economista Alejandro Toledo na competição, pelo partido *Perú Posible*. Apesar das tentativas de Fujimori em deslegitimar o candidato, naquela altura da campanha essa estratégia já se encontrava desgastada, o que não surtiu os mesmos efeitos que nos dois outros opositoristas. A campanha de Toledo obteve apoio significativo da população, porém não se tratava de um apoio sólido: a oposição era “flutuante”, no sentido de que o apoio oscilava ao longo da campanha (BALBI e PALMER, 2001). Essa característica “flutuante” do eleitorado demonstrou que a ausência de adesão aos partidos ainda era alta, mas ao mesmo tempo indicava a corrosão das bases até então sólidas de Fujimori.

Novos casos de fraudes eleitorais promovidos pelo governo Fujimori foram surgindo até o dia das eleições. Descobriu-se, por exemplo, que um milhão de assinaturas registradas para a fundação de seu novo partido eram falsas. Somam-se a estes fatos a falta de neutralidade dos funcionários públicos e o uso indevido dos recursos estatais, tanto financeiros quanto humanos. (MONTERO, 2001). Os boicotes, as irregularidades e as intervenções arbitrárias promovidas pelo governo expressam o caráter autoritário e competitivo do regime, debatido pela literatura (LINZ, 1978; DIAMOND, 2004; LEVITSKY e WAY, 2004): não houve a eliminação do pleito, como se observa em regimes autoritários hegemônicos e mais fechados politicamente, mas sim interferências pontuais na dinâmica das campanhas, de modo a sabotar os candidatos da oposição e assim vencer a eleição minimamente de acordo com as regras do jogo.

Diante dos casos evidentes de boicotes e fraudes, alguns atores estrangeiros foram ao Peru para observar de perto o processo eleitoral. A Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Europeia (UE) e o Centro Carter, juntamente a observadores locais como a Transparência, instalaram-se nos postos de votação e realizaram fiscalizações durante a contagem dos votos. Contudo, a vinda desses organismos não foi suficiente para garantir eleições limpas. As irregularidades estiveram presentes até mesmo no dia da votação, que ao seu término conferiu 49,8% dos votos a Fujimori e 40,3% a Toledo (BALBI e PALMER, 2001). Diante do resultado, as eleições foram para o segundo turno. Entretanto, devido à incapacidade da OEA e dos demais órgãos fiscalizadores de assegurarem a transparência das votações, Toledo renunciou a sua candidatura para o segundo turno. A vitória, portanto, foi dada a Fujimori, com 51,2% dos votos (MONTERO, 2001). Porém seu novo governo obteve uma legitimidade duvidosa, tanto nacional quanto internacionalmente, dada a forma como se ganhou a eleição. Outro fator que contribuiu para a queda na legitimidade de Fujimori foi a crescente desigualdade sócio-econômica. O Peru vinha apresentando bons indicadores econômicos, principalmente por conta da estabilização dos índices macroeconômicos e da reinserção do país na economia internacional. Porém tais indicadores não se traduziam em melhorias no bem-estar da

população, o que diminui o respaldo popular de Fujimori. O estopim da crise veio com a revelação de uma rede tráfico de armas, controladas por agentes do governo e cujo destino eram as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Outras denúncias de corrupção foram surgindo, inclusive o caso de suborno a um congressista [12], o que “desarmou a fachada democrática que o governo Fujimori havia construído” (BALBI; PALMER, 2001: 57).

Para tentar controlar a situação, o governo expulsou os agentes acusados, ao mesmo tempo em que anunciava a convocação de novas eleições para 2001, das quais Fujimori não participaria como candidato. Com isso, ocorreu a primeira ação no sentido da democratização, que consiste nos processos de aplicação e expansão das regras e procedimentos da cidadania às instituições políticas que eram governadas por outros princípios (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988). De acordo com Balbi e Palmer (2001), essas atitudes indicam que Fujimori tinha por objetivo controlar a transição [13] para o próximo governo. Fazendo uso da terminologia de Huntington (1994: 128), pode-se dizer que, inicialmente, os planos de Fujimori eram realizar uma abertura do tipo *Transformação*. Em casos como este, os detentores do poder no regime autoritário é que desempenham o papel principal, acabando com o regime e transformando-o em um sistema democrático. O governo Fujimori dava claros sinais de que queria controlar o processo de transição e impor suas condições: houve uma proposta de anistia geral para o exército e para os civis que apoiaram o regime. Esta era a condição colocada pelo governo para que a transição prosseguisse. Todavia, diante de tais articulações políticas a oposição abandonou as negociações e a rejeição popular voltou a crescer, o que contribuiu para o crescimento da crise política.

Com o abandono das negociações com a oposição, as chances de se realizar uma transição do tipo transtituição [14] também foram eliminadas. A situação voltou a se complicar quando Montesinos retornou secretamente ao Peru, o que levou à renúncia do vice-presidente, Francisco Tudela, em sinal de protesto. A autoridade de Fujimori novamente foi abalada. Por fim, durante uma viagem a Brunei em novembro de 2000, Fujimori anunciou sua renúncia. Balbi e Palmer (2001: 61) identificam dois motivos principais que o levaram a tomar essa decisão: primeiramente, pelo fato de ele ter perdido a capacidade de manipular as regras do jogo e assim controlar a transição e, em segundo lugar, para escapar das acusações de corrupção.

Considerações finais

O regime instaurado no Peru a partir de 1990 se insere no que DIAMOND (2004) nomeia de regime híbrido. Dentro desta classificação mais ampla, o caso peruano se encontra em um subtipo, denominado autoritarismo competitivo. É caracterizado, de maneira geral, pela manutenção das eleições e das instituições, porém ambas são constantemente enfraquecidas e deslegitimadas por medidas arbitrárias do governo. A partir do autogolpe em 1992, Fujimori estabeleceu de fato o autoritarismo competitivo no Peru. As violações das regras eleitorais foram um importante mecanismo para a manutenção do poder de Fujimori, que inclusive conseguiu a reeleição em 1995. Entretanto, outros fatores também foram cruciais para a permanência de seu governo, como a relativa melhoria da economia e o combate efetivo à violência política. Tais

resultados trouxeram respaldo popular, permitindo a continuidade da violação das normas institucionais e o estabelecimento de um governo com características autoritárias visíveis.

A mudança introduzida no país a partir de 1990 é produto de uma crise institucional que vinha se constituindo ao longo dos anos 1980. O colapso do regime e a sua transição, por outro lado, estão associados a problemas de ordem interna ao governo, como a baixa legitimidade e o desgaste político, por conta das medidas repressivas que ganharam notoriedade na opinião pública. Pode-se concluir que o governo Fujimori representou uma mudança significativa na dinâmica política e institucional peruana, desmontando o regime democrático que vinha se regularizando desde 1980 e introduzindo uma nova forma de governo que comprometeu o papel das instituições no país. 🌐

NOTAS

*Jean Lucas Macedo Fernandes é bolsista de iniciação científica pela FAPESP. Agradece à Prof^a Dr^a Rachel Meneguello (IFCH/UNICAMP) pelas orientações, e aos pareceristas da Revista *Habitus* pelas valiosas sugestões e contribuições, as quais incorporou ao artigo.

[1] Sendero Luminoso foi um grupo político de orientação maoísta que surgiu no Peru em maio de 1980. Suas principais formas de ação eram a utilização de práticas autoritárias e da violência política por meio do terrorismo. O grupo teve forte atuação ao longo dos anos 1980, atingindo o auge no início dos anos 1990. Após a captura de Abimael Guzmán, líder do grupo, e de outros dirigentes do comitê central em 1992, o Sendero Luminoso teve seu poder enfraquecido e sua ação política amplamente prejudicada (ESCÁRZAGA, 2001).

[2] Em uma pesquisa realizada em Agosto de 1989, 54% dos entrevistados se diziam “independentes ou não simpatizantes com nenhum grupo político” (DORIA, 1996: 60).

[3] Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001: 648-650) sintetizam as dimensões mínimas da democracia: o Legislativo e o chefe do Executivo devem ser escolhidos por meio de eleições competitivas livres e limpas; o direito de voto deve ser extensivo à maioria adulta da população; deve existir proteção às liberdades civis e direitos políticos mínimos (de expressão, de organização, de imprensa etc.); por fim, as autoridades eleitas devem deter o poder de governar de fato.

[4] Os três pleitos do período (1980, 1985 e 1990) tiveram pelo menos cinco candidatos à presidência da República (SOLDEVILLA, 1994).

[5] As intenções de voto às vésperas do segundo turno, disputado entre Vargas Llosa (Fredemo) e Fujimori (Cambio 90) eram bastante divergentes entre os institutos de pesquisa:

	Fredemo	Cambio 90
Apoyo S.A.	39,0%	41,0%
Peruana de Opinión Pública (POP)	41,6%	42,3%
Datum	50,8%	49,2%
Compañía Peruana de Investigación de Mercados (CPI)	46,9%	53,1%
Bites y Bites	34,7%	42,3%

Fonte: Revista *Sí* (12.06.1990). Dados obtidos em DORIA, 1996: 117.

[6] Por regime político, entende-se “o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1986: 1081).

[7] SMITH e ZIEGLER (2009) também combatem essa perspectiva teleológica das transições na América Latina. Através de dados e correlações estatísticas, os autores provam que essa concepção corre “um risco substancial de erro empírico” (p. 366). Desde o final dos anos 1970, a maioria das transições conduziu a regimes distintos da democracia plena (p. 374).

[8] As eleições livres acontecem quando há liberdade substancial para que os candidatos de todos os partidos possam fazer suas campanhas e conseguir votos; quando os eleitores não são submetidos à coerção no exercício do direito de voto e quando os obstáculos para a entrada na arena política são mínimos (DIAMOND, 2004: 127).

[9] Evidentemente, as regras do jogo democrático acima apresentadas convergem com a própria definição de democracia de O’DONNELL (2011), que não deixa de reconhecer que na democracia também é fundamental que os partidos percam eleições e aceitem este resultado. Cabe destacar nesta definição, por fim, que as eleições devem ser institucionalizadas, no sentido de que os atores políticos devem presumir que elas continuarão a acontecer regularmente no futuro.

[10] Segundo HUNTINGTON (1994: 23), “uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período”.

[11] O Peru em 1995, no auge do governo Fujimori, recebeu a nota 4,5 da Freedom House. Geralmente, segundo Diamond (2004), os regimes autoritários competitivos estão entre 4 e 6, numa escala que vai de 1 a 7 (quanto mais próximo do 1, mais democrático; quanto mais próximo de 7, mais autoritário e politicamente fechado).

[12] Levitsky e Way (2004) afirmam que os subornos ocorrem de maneira sutil nos regimes autoritários competitivos. Mas quando tais casos ganham repercussão na mídia, os custos políticos para o governo são altos. Este foi, de fato, o que aconteceu com o governo Fujimori em meados de 2000. Vale lembrar que outros casos de suborno foram denunciados no mesmo período, desta vez relacionados a juízes.

[13] A transição é entendida como o intervalo entre um regime político e outro. Ela é delimitada, por um lado, pelo *início da liquidação de um regime autoritário*, e por outro, pelo *estabelecimento de algum outro regime* (seja uma democracia, um novo tipo de autoritarismo ou um regime revolucionário) (O’DONNELL e SCHMITTER, 1988).

[14] Neste caso, há pactos e negociações entre membros do governo e da oposição, a fim de se produzir a democratização (HUNTINGTON, 1994: 152).

REFERÊNCIAS

BALBI, Carmen Rosa; PALMER, David Scott. Reconstruyendo la democracia en Perú: crisis y transición en la caída de Fujimori. **Iconos, Revista de Ciencias Sociales**, Flacso-Ecuador, n. 12, novembro de 2001.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Regime Político. In: _____. **Dicionário de Política**, Ed. Universidade de Brasília, 1986.

DAHL, Robert. Regimes Políticos: populares e hegemônicos. In: **Análise Política Moderna**. Brasília: Editora UnB, 1981.

DIAMOND, Larry. Elecciones sin democracia: a proposito de los regímenes híbridos. In: **Estudios Políticos**, nº 24, Medellín, 2004.

DORIA, W. J. C. **O fenômeno Fujimori: a conjuntura que construiu um presidente – a experiência eleitoral peruana de 1990**. Dissertação de Mestrado. 1996, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

ESCÁRZAGA, Fabíola. Auge y caída de Sendero Luminoso. **Bajo el Volcán**, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, año/vol. 2, n. 3, pp. 75-97, 2001.

FREEDOM HOUSE. Dados disponíveis em: <http://www.freedomhouse.org/country/peru>. Acessado em 19/10/2012.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: A democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

LEÓN, Eduardo Bueno. El fenómeno Fujimori y la crisis política en el Perú. In: **América Latina Hoy**, n. 3, pp. 25-34, 1992.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Elecciones sin democracia: el surgimiento del autoritarismo competitivo. In: **Estudios Políticos**, Medellín, n. 24, pp. 159-176, 2004.

LINZ, Juan J. **Una interpretación de los regímenes autoritarios**. In: **Papers: Revista de Sociología**, Madrid, n. 8, 1978.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945 – 1999. **Dados**, RJ, vol. 44, n. 4, pp. 645-687, 2001.

MONTERO, Mercedes García. La década de Fujimori: ascenso, mantenimiento y caída de un líder antipolítico. **América Latina Hoy**, n. 28, pp. 49-86, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: Teoria com intenção comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____; SCHMITTER, Philippe. **Transições do Regime Autoritário. Volume: Primeiras Conclusões** (capítulos 1, 2, 5 e 7). São Paulo: Vértice, 1988.

ROSE, Richard. Medidas de democracia em surveys. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 8, n. 1, pp. 1-29, 2002.

SÁNCHEZ, Juan Martín. El discurso en la estrategia autoritaria de Alberto Fujimori. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Universidad Nacional Autónoma de México, año/vol. 44, n. 180, pp. 193-226, 2000.

SMITH, Peter H.; ZIEGLER, Melissa R.. Democracias liberal e iliberal na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, n. 2, pp.356-385, 2009.

SOLDEVILLA, Fernando Tuesta. **Perú Político En Cifras**. Lima, Peru: Fundación Friedrich Ebert, 1994.

TANAKA, Martín. **Los espejimos de la democracia. El colapso del sistema de partidos en Perú**. Lima: IEP, 1998.

Recebido em 20/08/2014

Aceito em 01/12/2014

RESENHA DO LIVRO ENTRE SOCIÓLOGOS: VERSÕES CONFLITIVAS DA 'CONDIÇÃO DE SOCIÓLOGO' NA USP DOS ANOS 1950-1960

BOOK REVIEW
"ENTRE SOCIÓLOGOS: VERSÕES CONFLITIVAS DA
'CONDIÇÃO DE SOCIÓLOGO' NA USP DOS ANOS 1950-1960

*Denizar Amorim Azevedo**

Referência completa da obra resenhada: PULICI, Carolina. Entre Sociólogos: **Versões conflitivas da 'Condição de Sociólogo' na USP dos anos 1950-1960**. São Paulo, SP, Brasil: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2008.

O livro “Entre Sociólogos: Versões conflitivas da ‘condição de sociólogo’ na USP dos anos 1950-1960”, da socióloga Carolina Pulici (2008), é resultado de sua dissertação de mestrado realizada no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em 2004 e publicada no ano de 2008 pela editora da mesma universidade. Seu texto reconstrói as relações sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP) das Cadeiras de Sociologia nas décadas de 1950 e 1960.

A obra apresenta ao público a construção social do paradigma da sociologia como disciplina científica, realizada com finalidades objetivas nas transformações que a sociedade brasileira vivenciava no período, iniciado em 1930, da industrialização. A figura de Florestan Fernandes é tida como referência nesse período, ele era líder do grupo que hoje é nomeado de “Escola Paulista de Sociologia”. A especificidade da obra de Pulici (2008), sobre as primeiras décadas de institucionalização da sociologia realizada na USP, está em explicar como eram os conflitos existentes entre dois paradigmas: de um lado, a sociologia científica e de outro a sociologia da estética e da cultura.

Vemos a obra de Pulici (2008) como uma oportuna possibilidade de ter contato com outras formas de realizar a sociologia, bem como de compreensão dos processos iniciais na formação da hegemonia do grupo de Florestan Fernandes construída com resistência de outros colegas da esfera institucional da USP. Com esse objetivo, Pulici (2008) realiza, ao longo de sua obra, inúmeras comparações entre as Cadeiras de Sociologia, o que torna seu livro interessantíssimo, visto que seu trabalho é construído por meio de contrastes que evidenciam as singularidades de cada Cadeira.

Durante as duas décadas que abrange a pesquisa de Pulici (2008), a Cadeira de Sociologia I teve Florestan Fernandes (1954-1969) como único cátedra e a Cadeira de Sociologia II teve duas fases, que se justificam não só pelas mudanças ocorridas, com a saída de Fernando de Azevedo (1943-1963) e a entrada de Ruy Galvão de Andrada Coelho (1963-1969), mas, fundamentalmente, pelas alterações relativas aos direcionamentos das pesquisas sociológicas. Os pesquisadores da primeira fase na Cadeira de Sociologia II compreendiam que a sociologia deveria ter como principais referências os antigos mestres franceses, como Roger Bastide, ao

trabalhar temas sociológicos que abarcassem literatura e estética. Nesse sentido, Pulici (2008) traz o apogeu e declínio de uma sociologia que articulava literatura, estética, arte, cinema e teatro na USP, bem como o início de uma sociologia que se intitulava como “sociologia científica” comprometida com o desenvolvimento da ordem social competitiva na modernidade, paradigma que, diversas vezes, tentou ser expandido, sem sucesso, por Florestan Fernandes para a Cadeira de Sociologia II, mas que foi relativamente implantado com a formação da segunda fase de pesquisadores na própria Cadeira de Sociologia II. Assim, a condução das pesquisas entre a Cadeira de Sociologia I e os membros na primeira fase da Cadeira de Sociologia II seguiu direções opostas.

A continuidade na primeira fase da Cadeira de Sociologia II em relação aos antigos mestres franceses fazia-se sentir nas referências às suas obras, como “Arte e Sociedade”, de Roger Bastide, cuja influência pode ser observada nos trabalhos “No Tempo Petrônio e Páginas Latinas: Pequena História da Literatura Romana”, de Fernando de Azevedo; “Funções Sociais do Teatro Francês nos Fins do Século XIX”, de Maria Isaura Pereira de Queiroz; e “O Espírito das Roupas: A moda no Século Dezenove”, de Gilda de Mello e Souza. Tais autores dão a tonalidade da continuidade do empreendimento francês no grupo da Cadeira de Sociologia II (PULICI, 2008).

Os integrantes da primeira fase na Cadeira de Sociologia II, que estavam ligados também à revista *Clima*, realizaram cursos sobre “‘Emergência da Ficção em Prosa nas Literaturas das Diferentes Sociedades’, ‘A Estrutura Social da Inglaterra no Século XIX Vistas pelos Romancistas’ e ‘Ordem Social, Papéis Sociais, Personalidade e Tábuas de Valores de Jane Austen, Emily Brontë, George Elliot e Virginia Woolf’” (PULICI, 2008: 99), apresentando, desta forma, o direcionamento para o campo da sociologia da estética e da cultura.

Na Cadeira de Sociologia II, havia grupos de pesquisas, como o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), o Centro de Estudos Rurais, que se desdobrou no Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), e o Centro de Estudos e Cultura Africana, que posteriormente se tornou o Centro de Estudos Africanos (CEA). Tais centros eram em parte financiados pelo Ministério da Educação, devido às ligações políticas de Fernando de Azevedo. Foram produzidos trabalhos originais, como “Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre a Crise de Subsistência do Caipira Paulista” de Antonio Candido de Mello e Souza; “The Black Carib of Honduras” e “Indivíduo e Sociedade na Teoria de Augusto Comte” de Ruy Galvão de Andrada Coelho; “‘Guerre sainte’ au Brésil: Le mouvement messianique du ‘Contestado’” de Maria Isaura Pereira de Queiroz; e “Sociologia da África Negra” de Fernando Augusto de Albuquerque (PULICI, 2008). Essa valorização da estética, literatura e ensaio dos autores citados acima “deram estatutos acadêmicos à análise dos grupos aos quais então se atribuía deficiência étnica, cultural ou mental, a saber, os negros, os caipiras e os fanáticos religiosos” (PULICI, 2008: 194).

Os integrantes da Cadeira de Sociologia I tinham como ideário a construção de um conhecimento sociológico científico em torno dos obstáculos que existiam na instauração da ordem social competitiva da sociedade moderna que emergia no país. Os objetos de pesquisa foram construídos de modo hierárquico, no sentido de que Florestan Fernandes intencionava

questões prioritárias como as pesquisas sobre as populações estratégicas para a sociedade moderna. Essas preocupações, segundo Pulici (2008), podem ser compreendidas pelos trabalhos realizados na época, como “As Exigências Educacionais do Processo de Industrialização” de Fernando Henrique e Octavio Ianni, e “Obstáculos Extra-Econômicos à Industrialização no Brasil” de Florestan Fernandes (PULICI, 2008: 57).

Para esses objetivos citados acima, a Cadeira de Sociologia I iniciou a formação de equipes de pesquisa para realizar investigações sociológicas sobre “as transformações sociais em curso no Brasil” (PULICI, 2008: 68). Florestan Fernandes, influenciado pelo modelo de trabalho coletivo em que teve contato na pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), traz para os membros da Cadeira de Sociologia I a “obrigatoriedade da pesquisa empírica” (PULICI, 2008: 69), através do trabalho em grupo com um único tema de pesquisa. Florestan Fernandes compreende que era necessário a especialização e o treinamento dos jovens alunos em Ciências Sociais para a realização da pesquisa social e para a produção de conhecimento e teorias novas (PULICI, 2008: 91). Florestan Fernandes compreendia também que

A Faculdade de Filosofia não deveria preocupar-se apenas com a formação do sociólogo restrito ao ensino acadêmico, tanto para não se manter alheia ao acontecer social brasileiro quanto para não frustrar em demasia a grande maioria dos estudantes que não seriam absorvidos pela instituição (PULICI, 2008: 101)

Por isso, a relação com os estudantes na Cadeira de Sociologia I era de orientação e de encaminhamento dos jovens pesquisadores a temas elaborados pelo grupo, com o objetivo de estabelecer um programa de introdução dos estudantes nas práticas de pesquisa. Sobre essa questão, Maria Sylvia de Carvalho Franco salientava que “só a ‘experiência de trabalho’ e a integração em projetos de pesquisa coletivos levaria os alunos à atividade criadora” (PULICI, 2008: 164).

A socióloga Pulici (2008) apresenta também uma exposição crítica das trajetórias sociais da maioria dos integrantes das duas Cadeiras de Sociologia. Pulici (2008) não trabalha com a hipótese de que as divergências ocorridas entre as duas Cadeiras se justificam pelas diferenças de classes sociais, conclusão feita devido às evidências encontradas na pesquisa (PULICI, 2008).

Uma dada configuração universitária, porém, não é nunca o mero reflexo do perfil social de seus integrantes e, se no caso que historiamos, não apenas os alunos desprivilegiados culturalmente faziam-se reconhecer no empenho de ciência e no expurgo de literatura, então é porque os valores do grupo de Florestan Fernandes encarnaram expectativas mais generalizadas do que deveria ser a principiante sociologia acadêmica em sociedades com a brasileira de então. (PULICI, 2008: 42)

As motivações que orientavam, tanto na Cadeira de Sociologia I quanto na Cadeira de Sociologia II, as ações dos alunos e futuros pesquisadores para uma direção e não para outra, devia-se, em grande medida, às expectativas dos agentes (PULICI, 2008). No caso da Cadeira de Sociologia I, os integrantes tinham como motivações, em certa medida, o desiderato de

construção de uma carreira em um quadro institucional, seja no âmbito da iniciativa privada ou na esfera estatal. Em contrapartida, na Cadeira de Sociologia II, o critério de ingresso girava em torno das expectativas do agente em obter, como afirmava Maria Isaura Pereira de Queiroz, uma “alta formação cultural” (PULICI, 2008: 176).

A existência na Cadeira de Sociologia I de um sociólogo como Fernando Henrique Cardoso, marcado pela trajetória “de uma família de militares e políticos de classe média abastada” (PULICI, 2008: 133), reitera a visão de que os conflitos entre as Cadeiras de Sociologia não foram consequências das distinções das classes sociais, mas de valores que orientavam a condução do exercício sociológico. Entretanto, Pulici (2008) aponta que os integrantes que não eram descendentes de famílias tradicionais na Cadeira de Sociologia I “devem tudo o que são à Faculdade de Filosofia” (PULICI, 2008: 143) da USP. A título de ilustração lembramo-nos dos casos dos sociólogos Sedi Hirano, José de Souza Martins e Celso Beisiegel que trabalharam antes da graduação em Ciências Sociais e durante a mesma. Nesses casos, Florestan Fernandes compreendia “que a capacidade do trabalho [no campo acadêmico] seria a qualificação ‘remediadora’ dos privilégios de classe” (PULICI, 2008: 169).

Como forma de construir a autoridade e o reconhecimento no campo acadêmico, o grupo de Florestan Fernandes realizou uma intensa divulgação de resultados de pesquisas nos periódicos e no mercado editorial da época. Em média, na Cadeira de Sociologia I, as pesquisas realizadas no mestrado, doutorado e livre-docência eram publicadas no mesmo ano em que ocorriam as defesas ou apresentações dos trabalhos e, em alguns casos, no ano subsequente, ao passo que “um jovem assistente da Cadeira de Sociologia I tinha sua tese impressa e circulando antes do catedrático da Cadeira de Sociologia II” (PULICI, 2008: 112). Podemos eleger os ‘valores’ da “ética do trabalho e acima de tudo a disciplina” (PULICI, 2008: 169) como critérios que, em certa medida, orientavam também as decisões de ingressos e a permanência na Cadeira de Sociologia I.

A pesquisa de Pulici (2008) sobre o campo acadêmico das ciências sociais na USP entre os anos 50 e 60, de certa forma, apresenta traços unívocos: reconhecimento de excelências acadêmicas mediante publicação de artigos, livros, apresentação em seminários, congressos, realização de pesquisas na graduação e na pós-graduação com financiamento de órgãos de fomentos e pertencimentos a grupos de pesquisas e de redes de pesquisadores. Esses elementos contribuem para a produção de prestígio e reconhecimento acadêmico. O direcionamento ou não de alunos a temas de pesquisa pelos orientadores remetem também a questões éticas. A pesquisa de Pulici (2008), desta forma, oferece para o público de (jovens) Cientistas Sociais uma fonte original para subsidiar reflexões sobre o campo das ciências sociais. 📌

*Graduando de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2015). Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2012-2014). E-mail: denizar@hotmail.com

Recebido em 30/03/ 2014

Aprovado em 05/08/2014

“CADA UM SABE O SEU LUGAR NO RIO DE JANEIRO”: UMA ENTREVISTA COM JULIA O’DONNELL

“ONE KNOWS ITS OWN PLACE IN RIO DE JANEIRO”: AN INTERVIEW WITH
JULIA O’DONNELL

*Entrevista realizada por Caio Barros e Íria Borges**

Nascida na cidade de São Paulo, Julia O’Donnell se formou em História pela USP, mas viu que a “sua praia” era mesmo a antropologia. Em entrevista concedida à Revista *Habitus*, a professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ conta como foi a sua formação, a sua interessante (e árdua) tarefa de realizar etnografias sobre o passado (que sempre se remetem ao presente) e traça perspectivas futuras para a antropologia urbana do Rio de Janeiro. A jovem e talentosa antropóloga já conta com dois livros publicados, que são frutos de suas pesquisas de mestrado e doutorado: “De olho na Rua – o Rio de João do Rio”, publicado em 2008; e “A invenção de Copacabana – culturas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)”, publicado em 2013.

Esta entrevista nos foi concedida presencialmente, nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, em Junho de 2015

* * *

Revista *Habitus*: *A primeira pergunta é aquela usual: qual é a sua formação acadêmica? Como foi a sua graduação, mestrado e doutorado?*

Julia O’Donnell: Minha formação foi a seguinte: eu comecei fazendo Ciências Sociais na USP, pois eu sou de São Paulo. Aí eu achei chato, não sei por que, mas achei chato. Não gostei do curso. Não sei por que se eu era nova... Enfim, achei chato. E aí eu resolvi mudar para História, fiz outro vestibular pra História. E eu gostei mais do curso de História. Eu não sei bem por que. Talvez por que eu estivesse um ano mais velha, e já havia passado aquele desencantamento inicial com a universidade - tem o encantamento e o desencantamento, não é? Primeiro eu comecei a pesquisar História Contemporânea, Ditadura Militar; mas então no final do curso - sempre gostei muito de literatura, sempre me interessei muito pela cidade, estudos de cidade -, eu fiz um curso que se chamava História do Cotidiano, com a professora Laura de Melo e Souza. E aí me abriu outro mundo: um mundo de autores que dialogavam com a Antropologia, uma outra forma de fazer História, que até então, na graduação, eu não tinha encontrado. Não sei dizer como está a graduação na USP hoje, mas naquela época que eu entrei em 1999/2000

(2000 eu entrei em História), era uma formação um pouco ortodoxa. E a USP também não tem essa tradição de estimular: de fazer matérias em outros departamentos, de abrir disciplinas; não tem esse estímulo da interdisciplinaridade... Pelo menos naquele momento. E aí a aula da Laura realmente me abriu um mundo que eu não conhecia de autores que transitavam, que viam a História por outro lado, por outros caminhos. E o flerte com a Antropologia era uma das marcas dessa história que começou a me encantar. Estimulada por isso, no semestre seguinte, a professora Lília Schwarcz, da Antropologia, ofereceu o curso chamado “Antropologia e História”, e eu fui fazer e “ralei” muito porque era para alunos da Antropologia, que já tinha lido os clássicos. E eu nunca tinha lido Malinowski, nada disso, nem Lévi-Strauss; e eu “ralei” muito... Fui muito mal no trabalho final porque eu não tinha ainda muito conhecimento sobre teoria antropológica. Mas eu amei, amei aquele diálogo, fiquei com vontade de fazer aquilo da vida.

Então, nesse momento eu já estava super interessada em estudar o final do século XIX, início do século XX no Rio de Janeiro. Já tinha feito um trabalho final que era pensar um pouco o processo de urbanização do Rio através da obra de Machado de Assis. Mas minha ideia não era ir para Antropologia. Minha ideia era continuar na História; mas fazer uma História diferente, uma História que, naquele momento, ficava claro para mim que a Antropologia me ajudava. Então minha ideia era recorrer à Antropologia para virar uma historiadora melhor. Em nenhum momento tinha me ocorrido virar antropóloga. Mas aí nesse momento eu já estava com uma bolsa de Iniciação Científica, lá em São Paulo mesmo, na pesquisa de um professor aqui do Rio, Celso Castro do CPDOC, que é antropólogo. Então tinha esse diálogo, apesar da pesquisa ser em História - eu estava trabalhando com antimilitarismo operário no início do século XX -, a pesquisa era interessante, mas não era a área que eu queria seguir. E eu tinha muita vontade de morar no Rio, eu sempre gostei muito do Rio de Janeiro. Então o meu plano era acabar a graduação e vir pra cá. Aí o Celso me ofereceu - quando acabei a graduação - uma bolsa de assistente de pesquisa, que era um trabalho presencial no CPDOC. Então eu fui trabalhar com ele, já aqui no Rio de Janeiro. Enquanto isso, o meu plano inicial era fazer a prova de mestrado em História na UFF, e se passasse, ficaria no Rio; se não, depois de seis meses eu voltaria para São Paulo.

Não é nada nobre a história que eu vou contar, mas foi assim que aconteceu. A prova do Museu Nacional era antes da prova da UFF, e eu já estava gostando da Antropologia. O Celso me estimulou a fazer e minha ideia era: "Bom, eu vou, faço a prova porque eu nunca fiz uma prova de mestrado; então eu vou estudar pra ela, não vou fazer de qualquer jeito, vou estudar, mas o meu foco é no fim do ano a prova da UFF". Aí eu fiz, passei e aí fiquei com vontade também... Já passei, não vou fazer outra prova, entrei num lugar legal", enfim. Aí fui para o Museu Nacional, e lá eu encontrei o professor Gilberto Velho, que era uma pessoa super aberta à interdisciplinaridade, super atento aos diálogos com a História; uma pessoa erudita, muito generosa e muita acolhedora de uma antropologia heterodoxa. Ele não tinha uma ideia estreita do que é a Antropologia, pelo contrário; e eu fiz as matérias dele, me encantei, mas não abandonei aquela minha vontade inicial de fazer também História. E foi assim que eu dei continuidade àquela minha ideia inicial de estudar o Rio de Janeiro e literatura, que sempre foi

uma coisa que eu gostei muito de trabalhar. Então eu fiz o meu mestrado sobre a urbanização do Rio no início do século XX através da obra do João do Rio. Enfim, o trabalho foi bem recebido, acabou virando livro, eu fiquei super contente. E no doutorado eu continuei com o Gilberto. Minha ideia inicial era dar continuidade ao trabalho do mestrado só que com outros autores, e aí eu comecei a pesquisar. E no meio do terceiro ano do doutorado eu comecei a perceber que Copacabana era um elemento essencial para entender o que estava acontecendo no Rio dos anos 20.

Revista Habitus: *Mas como surgiu esse interesse na pesquisa por Copacabana?*

Julia O’Donnell: Eu estava pesquisando sobre o Rio dos anos 20, que era o meu objetivo. A década de 1920 é um momento muito importante, porque é o momento que tem o *boom* das favelas; ele é urbanisticamente, culturalmente e socialmente interessante. A cidade começa a ser pensada como fonte de problemas. No início do século existia aquele encantamento com a vida urbana, de que a cidade é a civilização, a *belle époque*, Pereira Passos. E nos anos 1920 começa a ficar claro que a cidade tem uma série de problemas. Então convidam o Alfred Agache, que era um urbanista francês, para fazer um grande plano urbanístico para a cidade. E começa a acontecer nesse momento a expansão para essa região que hoje a gente chama de Zona Sul, e também a consolidação da Zona Norte e do subúrbio como uma área da classe trabalhadora, de camadas mais pobres da população. Então eu comecei a perceber que a década de 20 do século XX era um momento interessante, e resolvi estudar esse período a partir da literatura. Só que eu comecei a perceber que grande parte da literatura começava a remeter, cada vez mais frequentemente, à Copacabana como uma marca desse Rio novo, desse Rio que surgia daquela conjuntura. E Copacabana foi ganhando cada vez mais espaço na minha pesquisa. Aí foi num desses acasos de pesquisa, que sempre acontecem...

Eu estava na Biblioteca Nacional passando o microfilme de um jornal qualquer, ainda um pouco sem foco, sem saber para onde ir, no meio do terceiro ano de doutorado. Foi quando eu parei para tomar um café, tomar um ar, e na mesa ao lado da minha uma pessoa saiu e deixou o microfilme aberto, e eu fui olhar. Eu vi um jornal no microfilme do vizinho: “Beira-Mar - o jornal de Copacabana”. Esperei ele devolver o microfilme, peguei e fiquei encantada: era um jornal que começou a ser publicado em 1922, feito pelos moradores de Copacabana e que dialogava muito com aquilo que eu vinha vendo na literatura sobre o bairro, nas crônicas, nos romances. Eu estava lendo muito Benjamin Costallat Filho, que é um autor pouco conhecido hoje, mas que falava muito desse Rio moderno da década de 1920. Era uma literatura bem popular mesmo, bem conhecida.

Revista Habitus: *E como foi fazer uma etnografia do século passado, com essa questão do texto como campo?*

Julia O’Donnell: Isso foi um desafio. Eu tinha um orientador que sempre me acolheu, que nunca achou que fazer etnografia é só colocar o colete e ir para uma tribo indígena, pelo contrário; mas eu tinha muito essa preocupação, por vir da História, de provar que aquilo que eu estava fazendo era uma etnografia. Eu comecei a ler muito. Tem alguns trabalhos - não muitos - que fazem essa reflexão sobre a Antropologia não como uma técnica, com procedimentos específicos, mas como uma forma de olhar, como uma forma de buscar novos diálogos. Tem uma frase do Robert Darnton, que é um autor que se aproximou muito de Clifford Geertz - que teve seu trabalho muito influenciado pela Antropologia *geertziana* - onde ele fala que esse olhar antropológico permite que a gente faça perguntas novas ao material antigo. E foi justamente isso que eu procurava fazer. Eu entendi estar fazendo uma etnografia porque eu olhava para aqueles documentos, para aqueles textos, buscando relações sociais, buscando traços culturais, buscando *ethos*, estilos de vida; era uma postura epistemológica diante do objeto, seja ele pessoa, diálogos, corporações, grupos ou textos. No meu mestrado principalmente eu procurei muito fazer essa discussão, pensando se o etnógrafo era o João do Rio ou era eu - por isso que eu falo que é uma etnografia dupla, porque é uma etnografia sobre uma forma de etnografia que ele estava fazendo também. Então eu acho que isso foi muito importante para mim.

No doutorado eu já estava um pouco mais segura de que eu podia falar que era antropóloga sem ser considerada uma total fraude. Eu tinha convicção do que estava fazendo era uma etnografia. Mas isso tem muito a ver com o meu orientador; a Fraya Frehse, do departamento de Sociologia da USP, tem um trabalho sobre etnografias de rua do passado que ela fez com fotografias; têm alguns trabalhos que me ajudaram. O próprio Robert Darnton e Geertz têm trabalhos interessantes a esse respeito, mas a orientação foi fundamental para isso também. Agora pela primeira vez eu estou com vontade de fazer etnografia com seres vivos, não com livros (risos). De ter a experiência de lidar com pessoas. Vamos ver como eu me saio. Agora estou fazendo uma pesquisa na Barra da Tijuca, uma etnografia nos moldes mais tradicionais.

Revista Habitus: *Fale um pouco como foi a situação – que serviu de estímulo para a sua pesquisa sobre Copacabana – de duas senhoras disputando uma vaga de estacionamento, onde uma delas diz : "Você não tem cacife para morar aqui!". E como isso foi uma ferramenta para você conseguir observar Copacabana a partir de um outro olhar?*

Julia O’Donnell: Houve dois movimentos que foram mais ou menos simultâneos: o fato de Copacabana ter crescido na pesquisa espontaneamente, com a descoberta do jornal Beira-Mar, que eu me encantei. Paralelamente, quando eu estava me mudando para o Rio, eu tinha 23 anos, ia morar sozinha, e eu tinha duas certezas: uma era que eu ia morar na Zona Sul porque como turista era o Rio de Janeiro que eu conhecia; e a segunda certeza era que eu não ia morar em Copacabana, porque Copacabana, para o turismo que eu fazia no Rio representava o fim. Era aquele caos, aquele lugar que não se mora, onde não se tem qualidade de vida. Acabei achando um apartamento no Bairro Peixoto, e eu gostava de dizer que não era em Copacabana, mas que

eu morava no Bairro Peixoto - porque o Bairro Peixoto é um lugar muito específico, não parece Copacabana. Depois, com o tempo, eu fui me apaixonando por Copacabana e hoje em dia eu não moro mais lá, mas adoraria voltar a morar. Me apaixonei por Copacabana, pelas suas características tão próprias. E tinha o estranhamento de quem vem de fora, que é essa coisa tão marcada que é a Zona Sul e a Zona Norte. Eu venho de São Paulo, onde também existe segregação, mas de outra forma; não é tão espacialmente determinada: os bairros têm zonas mais pobres, zonas mais ricas. No entanto não se compara ao Rio, que é uma cidade que tem simbolicamente universos muito diferentes e uma cisão muito clara espacialmente marcada. E isso é uma coisa esquisita, acho que para todo mundo que vem de outro lugar. É muito marcante aqui no Rio - e é algo que eu nunca entendi bem.

E um dia eu vi essa discussão de duas vizinhas da minha rua. Eu estava na janela e ouvi elas brigando por uma vaga de estacionamento. Depois das duas terem gritado, uma delas fala que a outra devia voltar para o subúrbio, porque ela não tinha cacife para morar na Zona Sul. Eu fiquei com aquilo na cabeça, e foi bem nesse período da tese quando eu estava pesquisando, me interessando por Copacabana, e vi que existia uma eficácia simbólica naquela frase que era muito natural para quem convivia com aquilo. Mas tem um estranhamento que começou a me incomodar e se transformar numa vontade de entender.

Revista Habitus: *Isso parece ser a tarefa do antropólogo: de se deparar com uma situação considerada comum, uma frase que pode ser banal, e o antropólogo vai investigando até encontrar algo... Uma pesquisa como a sua que surgiu a partir de uma frase, de uma discussão, e que tem paralelismos históricos que você faz o tempo todo, construções sociais que foram sendo colocadas ao longo do tempo, ao longo da história de Copacabana e da cidade do Rio que é muito interessante. Você pega uma frase e dá relevância àquilo.*

Julia O'Donnell: Isso que eu achei legal, porque juntou duas coisas. Começou a ficar muito claro para mim a partir da documentação que Copacabana foi o primeiro movimento dessa tal Zona Sul. Então para entender esse Rio de Janeiro maluco, que realmente estar perto da praia é uma coisa de prestígio, e que para ser alguém na vida você precisa morar na Zona Sul, especificamente próximo à praia - quanto mais perto melhor -, e que é uma coisa natural entre os cariocas. E pela documentação que eu fui pesquisando, comecei a ver que era uma construção que chegava numa frase como aquela, com cisões simbólicas tão marcadas, tão fortes e tão naturalizadas. Foi realmente um diálogo do presente com o passado. O meu trabalho é sobre Copacabana, mas não por um apreço especial pelo bairro, e sim porque ficou nítido que para entender a Zona Sul do Rio de Janeiro, essa formação, essa desigualdade específica, essa estratificação social do espaço tão marcante desta cidade, eu tinha que entender o movimento de formação de Copacabana. E também para entender a invenção da Zona Sul do Rio, ou mais especificamente dessa ideia de que o Rio é uma cidade de praia, e que morar perto da praia é símbolo de status. Ou seja, é a invenção de Copacabana.

Mas tinha também uma preocupação. Se por um lado, quando eu era historiadora, minha preocupação era fazer uma História melhor a partir da Antropologia, que me permitia fazer novas perguntas ao material antigo, citando Darnton, eu comecei a perceber também que a História me ajudava a fazer uma Antropologia melhor a partir do momento que eu resolvi ser antropóloga. Porque a Antropologia historicamente tem uma dificuldade, certamente mais bem desenvolvida por alguns autores do que por outros, mas do meu ponto de vista - claro que esse ponto de vista está marcado pela minha formação de Historiadora -, que é lidar com a ideia de processo. Claro que não são todos os autores, repito, essa é uma discussão que vem desde os funcionalistas: como lidar com a História, com o tempo. Franz Boas trata disso, mas com uma reflexão diferente; isso passa a ser uma questão mais explícita com Malinowski, Radcliffe-Brown... Evans-Pritchard tenta recuperar a História, Lévi-Strauss também, mas não exatamente pensando na ideia de processo. Sempre valorizando o passado, busca de origem; no entanto, não uma etnografia do processo em si, era como se a História alimentasse um presente etnográfico, não como se um processo em si fosse objeto de etnografia...

Revista Habitus: *A História como motor da etnografia, e não o contrário?*

Julia O'Donnell: Exatamente. Não só o momento, mas o movimento. Isso é uma coisa que eu acho que a Antropologia ainda pode se beneficiar muito da História - e eu queria fazer exatamente isso: etnografia de um processo. Então tem essa questão que é do objeto, do interesse inicial de querer entender como isso chegou a ser aquilo. E aí me levava necessariamente ao desafio - que não acho que resolvi -, e é um desafio que por enquanto me mobiliza, é o que me interessa, o que me faz olhar para os objetos - agora o meu trabalho na Barra continua sendo em função disso -, eu quero entender um processo de formação de um novo bairro que é a Barra Olímpica. Então tem essa questão, um desafio epistemológico mesmo, que é pensar uma Antropologia que parte da constatação de que processo é importante para entender as coisas.

Revista Habitus: *Um século atrás se falava de um projeto “praiano-civilizatório”. E com todas essas reformas na cidade do Rio de Janeiro ultimamente, o que você diria sobre o que mudou e o que não mudou no discurso e nas práticas na cidade?*

Julia O'Donnell: Eu acho que mudou muito pouco porque - claro que existem movimentos, não são todas as pessoas -, mas se a gente pegar um discurso hegemônico, o que a gente vê na mídia é que a Zona Sul ainda tem status muito diferenciado dentro do mapa simbólico dessa cidade. Vimos recentemente essas medidas da prefeitura de fazer revista aos ônibus; ônibus que vêm da Zona Norte, revistando pessoas que vão à praia na Zona Sul. Isso é um duplo movimento: primeiro de preservar quem está na praia, porque tem o direito de ser preservado; e

por outro lado, de estigmatizar de quem vem do outro lado da cidade, que não seriam "civilizados".

Revista Habitus: *Em uma matéria publicada pelo jornal “O Globo” em novembro de 2013 que tratava sobre os assaltos e “arrastões” nas praias do Rio de Janeiro, um morador de Copacabana concedeu a seguinte entrevista: “Agora no fim de semana procuro ir à cachoeira do Horto ou fazer churrasco com amigos. Essas gangues que vem de fora não se intimidam sequer com a presença da polícia. Pagamos um IPTU alto e nos finais de semana não podemos usufruir da praia”.*

Como se dá essa construção social da praia como um espaço fechado e exclusivista, uma espécie de “área VIP”, de fechar a praia com um determinado círculo social e cercear a entrada de outros? Teve até a situação de fecharem uma parte da praia...

Julia O’Donnell: ...Sim, ali no Arpoador, e cobravam entrada. E é muito interessante porque a praia ainda é esse lugar do status e dentro da praia tem uma coisa que me chama bastante a atenção, e que tenho planos para uma próxima pesquisa - é uma pesquisa sobre piscinão de Ramos, que é uma praia que também é usada, mas é outra praia, outro tipo, e isso eu ainda quero entender. Mas no próprio Rio de Janeiro tem uma coisa muito interessante que é muito marcante, e que foi uma das coisas também me fez interessar pela pesquisa. Quando você chega aqui, você precisa decidir em “qual praia ir”, “qual é o seu lugar na praia” e isso me despertava bastante interesse porque eu morava em Copacabana, então o natural para mim era ir à praia em Copacabana, mas todo mundo me chamava para ir a Ipanema, ou no Leme. Copacabana havia um consenso na ordem tácita... Então comecei a perguntar para as pessoas, antropologicamente -e como moradora- do por que não ir aqui à praia em Copacabana. E as pessoas me respondiam dizendo: “Ah, não! A praia é suja.” Bom, achei o argumento razoável: o mar é sujo. E comecei a acompanhar, por curiosidade, os boletins do INEA sobre a qualidade da água. E na grande maioria dos dias a praia de Copacabana estava mais limpa do que Ipanema e Leblon; sistematicamente mais limpa. Então comecei a perceber que essa "sujeira" não era a água, e sim uma "poluição social" que acaba sendo transferida para o meio ambiente. Então se constata que a praia de Copacabana “é suja”. Por que é suja? Porque, claro, é frequentada por pessoas de classe mais baixa do que em Ipanema e no Leblon; porque é uma praia mais cheia; enfim, porque o metrô só chegava até a estação Siqueira Campos. Então as pessoas de outros bairros - "dos sem cacife" – iam para Copacabana e não para Ipanema, pois elas teriam de pegar outro ônibus. Claro, mais longe, mais caro. Então começou a ficar muito evidente para mim essa demarcação do espaço através de critérios sociais - que repito, existe em qualquer lugar, mas aqui no Rio a praia evidencia muito isso, tanto em termos de moradia: o morar perto da praia -, como em termos do uso do espaço da areia.

Revista Habitus: *O carioca da Zona Sul possui em seu discurso um tom de democracia, como se no Rio de Janeiro o pobre convivesse ao lado do rico sem menores problemas, sem tensões sociais. A praia então é só uma representação do que é essa cidade, da sua construção histórica pautada em remoções, dessa segregação bem marcada de espaço, de classe e de cor (principalmente)?*

Julia O’Donnell: Sim, é essa ideia de que a praia é democrática e que vai todo mundo. Mas é claro, alguns são revistados e outros não; têm regiões da praia de Copacabana que algumas pessoas não vão porque é “sujo” - sujo do quê não se sabe, mas é “sujo” - e tem muito disso, é impressionante. A Avenida Atlântica, o discurso do IPTU mais caro é um argumento que vai se repetindo desde o início do século: “nós pagamos impostos mais altos”. Os moradores querem ter o serviço, querem a feira mas reclamam da bagunça que os feirantes fazem. Uma crônica do João da Praia de 1923, com certeza inspirado no João do Rio, coloca que a praia já começa a ser cenário na cidade, a fazer parte do mapa simbólico dessa cidade, algo que não estava presente a uma década antes. Então João da Praia produz um discurso de: “A gente não quer que o nosso bairro se transforme num subúrbio da Leopoldina. Isso aqui não é o bairro da Saúde”. É interessante que também nesse movimento acusatório sobre o que seria o subúrbio da Leopoldina, Saúde ou “cacife do subúrbio”, vão se construindo os opositores simbólicos, e é assim que se constrói a identidade.

Na Antropologia a gente sabe que as identidades são situacionais, e que elas se contrastam. Por contraste a quem a Zona Sul é elegante? E aí tem o trabalho clássico do Gilberto Velho – “A Utopia Urbana” - que obviamente foi uma inspiração enorme para o meu trabalho - e que ele trata de um momento dos anos 1960 em que Copacabana começa a sofrer a massificação, a construção de inúmeros prédios de quarto - sala e de conjugado, e começa de fato a ser ocupado por moradores vindos de outros bairros, que preferiam morar em um conjugado minúsculo com vista para o banheiro do vizinho do que numa casa com quintal no subúrbio. Então isso também uma inspiração muito grande para mim, porque o Gilberto pega esse momento da década de 1960 que explica a Copacabana de hoje, e aí a minha constatação era: “Tudo bem, o Gilberto chegou aqui, que é fundamental, maravilhoso”. Mas eu queria entender como se chegou àquele momento que o Gilberto identificou, que ele etnografou também. A inspiração era entender a construção daquele mundo.

Nos anos 1930 os jornais tratam Copacabana como um paraíso na terra, o lugar mais elegante do mundo. E em 1975 numa manchete do Jornal do Brasil encontramos: “Copacabana: a favela de luxo”. Então em um espaço de 40 anos -que é muito pouco tempo- ocorre essa transformação.

Voltando a sua pergunta, o Rio de hoje tem muito disso. O processo que estou pesquisando agora na Barra é exatamente isso, uma região que é conhecida como Curicica, que é um bairro historicamente identificado por ter muitas pequenas favelas, de classes baixas, classes médias-baixas e pobres, e agora com os Jogos Olímpicos de 2016 o mercado imobiliário escolheu um pedaço de Curicica para chamar de “Barra Olímpica”. Então pessoas que moram absolutamente

longe da praia começa a comprar apartamentos nos condomínios chamados “Verde Mar” ou “*Shandin Hills*”; vários nomes que remetem ao mundo praiano. E essas pessoas compram um apartamento que é vendido como se fosse localizado na Barra da Tijuca, mas no IPTU vemos que os nomes dos bairros são Curicica ou Jacarepaguá. Agora tem um projeto de lei, do vereador Carlos Caiado que entrevistei recentemente, que quer mudar oficialmente o nome daquele lugar para Barra Olímpica, e claramente isso tem um componente simbólico muito forte. Apesar de estar longíssimo daquilo que a gente conhece como Barra da Tijuca, a pessoa se muda pra lá e quer ser legitimamente, formalmente, oficialmente, aceita como moradora da Barra da Tijuca. O processo de transformação que a gente vem vivendo que parte disso: remoções, especulação imobiliária.

Revista Habitus: *Copacabana, Ipanema e Leblon foram bairros construídos a partir de um planejamento prévio. Já nos anos 1960 e 1970 há uma ida para Zona Oeste, para a Barra da Tijuca principalmente, seguindo a faixa costeira. Você considera que esse tipo de planejamento urbano – “projetado”, digamos assim-, como foi a Barra da Tijuca, parece ter encontrado o seu fim no bairro do Recreio? Esse tipo de planejamento urbano está esgotado? São as desapropriações, as valorizações de bairro antes considerados decadentes, como a Zona Portuária e o Centro da cidade, a “solução” encontrada pelo mercado imobiliário e pelo poder público?*

Julia O’Donnell: Eu acho que sim. Claro, tem tido muitos movimentos de resistência com vitórias importantes. Mas é muito interessante porque é um modelo que se repete. O modelo de ocupação dessa nova Barra é idêntico ao de Copacabana. Qual é o modelo? Grandes investidores - capital privado - compram terras em um projeto muito claro de longo prazo. No caso de Copacabana temos a família Duvivier, que comprou terras e aí a partir disso começou a chamar a prefeitura e a mostrar que ali era um vetor de crescimento da cidade porque o Centro estava esgotado, precisava de um novo lugar. Ele tinha terras ali, então ele apostou. Era uma articulação muito clara entre poder público e privado, mas que começa com o investimento privado. E na Barra é a mesma coisa: a gente tem grandes donos de terra, o doutor Carlos Carvalho, da empresa Carvalho Holken, comprou terras nos anos 1970 com um projeto de longo prazo, e numa negociação intensa com a prefeitura e que está tendo seu auge agora com as Olimpíadas, que também foi produto de uma negociação a decisão da sede da Vila Olímpica e da Vila dos Atletas. Então é claro que isso vai se expandindo para a Zona Oeste, nesse modelo de parceria entre público e privado, mas com a primazia do poder privado, do capital privado, e a especulação imobiliária é realmente o que dá o tom dessa urbanização. Então é uma coisa grave que tem mais de 100 anos de história. E hoje em dia tem outro componente que não tinha naquele momento, que são as milícias. A região dessa nova Barra é muito marcada pela presença de milícias, então a gente tem uma negociação intensa e tensa entre poder privado, poder público e milícias que a gente vem vendo. E enfim, remoções, remoções silenciadas, umas com mais resistência, outras menos. E aí tem alguns projetos de habitação para as pessoas

removidas, mas a gente sabe que isso não contempla todos e que em 5 anos quando eles puderem vender, a especulação imobiliária vai tirar essas pessoas de lá. São condomínios com piscina, com segurança, e que essas pessoas provavelmente não vão ter como pagar a taxa do condomínio, que vai ser alta. Por enquanto a prefeitura está subsidiando, mas obviamente depois das Olimpíadas o subsídio acaba. Então é um processo muito cruel de reprodução do mesmo modelo de desigualdade espacial.

Agora você falou que acabou no Recreio. Outro dia eu passei pelo Recreio e fui em direção a Pedra de Guaratiba, Santa Cruz, e a marcha continua... A quantidade de construções é impressionante. E eu quero entender justamente, da mesma forma com que eu fiz com Copacabana, quem está indo morar, e esperando o que? Qual o "cacife" que vem se associando a isso. O Rio de Janeiro agora está crescendo para aquele lado, e crescendo no mesmo modelo. É a mesma ideia. Quando eu conversei com o doutor Carlos Carvalho ele tem uma frase impressionante que é: "A Zona Sul não teve seu encontro com o futuro. Aquilo esgotou, é um modelo esgotado. O futuro agora é a Barra, então é pra lá que a gente vai.". O que é exatamente o mesmo discurso da venda de Copacabana. Então é um modelo que se reproduz mesmo. É triste, né. A gente fica aqui tentando, tem gente que vai e estuda, que milita, gente que resiste de várias formas. Por enquanto a gente está perdendo. Vamos ver.

Revista Habitus: *Gostariamos de saber mais também sobre as técnicas do corpo nessas relações, principalmente em Copacabana, um ambiente de praia. Tem uma parte do seu livro que você trata da construção da mulher copacabanense, carioca - e logo brasileira. Do surgimento do maiô, das leis que proibiam a utilização de roupas de praia pelas ruas próximas a faixa costeira. Como a mulher se insere nessa produção do corpo no século XX?*

Julia O'Donnell: A mulher década de 1920 e 1930 passa a ser realmente o foco maior, a maior expressão da construção desse novo modelo de civilidade, civilização e de modernidade. Tem uma matéria no Beira-Mar que trata a praia, para o Rio de Janeiro, tem a mesma importância que o Olimpo tinha para a Grécia. E o que é o Olimpo? É o lugar que marca, que funda aquela civilização. Que reúne ali todos os valores, todas as qualidades daquela civilização específica. E a praia é isso. Então é o lugar da nova elegância, da nova modernidade, dos novos hábitos saudáveis que era tomar banho de mar, tomar sol, o *footing* no calçadão. Os novos hábitos elegantes e de saúde que claro, se misturam. E o corpo feminino se insere nessa produção. É claro que a gente não pode esquecer o momento específico que tratamos aqui. Um momento em que os filmes de Hollywood começam a chegar com muita força. Então também tem aquele modelo do corpo norte americano, que já tinha essa adesão nos Estados Unidos ao uso da praia como espaço de lazer e de construção de saúde, de um discurso de saúde. E paralelamente a isso também, um movimento no Brasil que depois ficou conhecido como Modernismo, que era a valorização das características nacionais, num discurso de valorização da mestiçagem, que depois veio a se consolidar dentro da literatura mais tarde em 1933 com a publicação de "Casa Grande e Senzala". É todo um movimento de valorização do nacional.

Então a praia é o espaço perfeito pra isso, porque junta a elegância, e a cor morena - que não é o moreno do negro, mas é um moreno saudável, que já não é aquele branco pálido europeu. É a produção do corpo saudável como marca também de elegância e civilização. Depois o nazismo vai retomar isso de uma maneira muito clara. A relação entre corpo saudável, moldado. Ou seja, entre saúde e civilização vitoriosa. Então é muito interessante que começa a se criar a ideia, e hoje isso ainda é muito forte aqui, de se olhar para uma pessoa e você saber se ela é da Zona Sul ou se ela é do subúrbio. Então ela tem um corpo determinado, uma cor determinada, uma forma de andar, enfim. Uma construção de si específica muito clara para retratar a que mundo social e espacial ela pertence. E a mulher vira o receptáculo maior de todas essas expectativas, de todos esses valores. É no desfile do corpo feminino que isso vai aparecer de forma mais clara.

João da Praia em uma crônica de 1924, ele fala que no subúrbio todo dia abre uma nova farmácia, enquanto em Copacabana todo dia abre uma nova perfumaria. Por que? Porque as pessoas que moram na Zona Sul são mais saudáveis e tem um maior cuidado de si, são mais cheirosas, mais elegantes. E começam a aparecer muitos artigos sobre dieta, corpos magros, que era uma coisa que não tinha antes, e que é super interessante. Não foi o foco principal da minha pesquisa, mas eu adoraria fazer uma pesquisa mais aprofundada sobre isso. Mas eu me deparei com isso o tempo todo. A Mirian Goldenberg tem trabalhos bem interessantes sobre essa questão da construção do corpo. E é uma coisa que a gente vê até hoje né. Até nos postos. Quando eu vim pra cá eu aprendi que no posto 10 era dos malhados, enfim... Tem toda uma divisão de corpos na praia também.

Revista Habitus: *Pensando um pouco nessa questão da Copacabana como exportação, como um Brasil bem sucedido... Como a Bossa Nova serviu para criar um modelo musical, estético, cultural para exportação dessa Copacabana, Ipanema, Leblon, típica ideal do Brasil? Da mistura do samba, do jazz do sul dos Estados Unidos. Como funcionou essa fusão? Que tem sua territorialidade no Beco das Garrafas.*

Julia O'Donnell: O que é interessante é que Copacabana tenta dar essa marca de brasilidade, mas também muito pautada especialmente pela cultura norte americana. Então essa ideia de civilização era muito pautada nos modelos estrangeiros. Juntar o que há de melhor no Brasil com que há de melhor no mundo "civilizado". Então nos anos 1940, que são o auge dessa Copacabana elegante e cosmopolita, a música que mais tocava nas boates na década de 1940 ressaltava esse momento de Copacabana como centro absoluto da vida noturna brasileira, onde todos os grandes artistas de rádio cantam, se apresentam, onde quem tem dinheiro passa as noites nas famosas boates. E o ritmo mais conhecido era o samba-canção que era uma mistura de influências do Samba carioca com o Bolero, algumas influências também latino-americanas e também do Jazz americano. Mas era uma música bastante melancólica, romântica, que era muito adequada aquela atmosfera no ar, aquela coisa meio *noir*. Então é muito interessante porque a decadência de Copacabana, ou seja, a mudança do perfil social de Copacabana ao longo da década de 1950 - decadência é claro sob o ponto de vista hegemônico, das elites que primeiro

ocuparam e começaram a sair de Copacabana justamente porque achavam que a exclusividade, que era a pedra de totem do projeto, tinha se perdido e começaram a ir pra Ipanema. Então é interessante que o samba-canção começa a sair de moda justamente nesse momento em que a elegância começa a se deslocar de Copacabana para Ipanema. Então a Bossa Nova nasce em Copacabana, no Beco das Garrafas, mas é uma Copacabana Posto 6, com um pé em Ipanema. Então a Bossa Nova é uma leitura desse Samba misturado com o Jazz, é uma música muito mais jovem, muito mais solar do que aquela melancolia do samba-canção, e o símbolo máximo é a música "Garota de Ipanema", e não "Garota de Copacabana". A ascensão da Bossa Nova marca uma nova juventude que não é mais aquela juventude de Copacabana dos pais, daquele modelo de cosmopolitismo, daquele modelo de elegância. É uma juventude que faz outra leitura dessa brasilidade. As influências não são mais as mesmas. Os Estados Unidos chegam mais fortes como influência que na geração anterior, que já era bastante forte. E aí a Bossa Nova marca esse deslocamento físico de Copacabana para Ipanema. Então ela realmente começa em Copacabana, mas a grande marca da Bossa Nova é Ipanema, Tom e Vinícius bebendo chopp e vendo a garota de Ipanema passar. Então é superinteressante mesmo a gente perceber. E a Bossa Nova é um ótimo exemplo, como os movimentos culturais, são profundamente ancorados em espaços. Que essas duas coisas não são separadas. Georg Simmel fala muito sobre isso. O espaço não existe, o que existe é o ato de preencher um espaço. E a gente sempre preenche o espaço culturalmente, socialmente. E a Bossa Nova é um exemplo muito claro, é o fim de Copacabana, tanto em termos históricos quanto geográficos, é o fim de Copacabana mesmo, o Posto 6. Enfim, a partir da década de 60 Copacabana entra naquele momento descrito por Gilberto Velho e Ipanema passa a ser símbolo de status.

E o símbolo maior de Copacabana, no mundo cultural e que era o modelo exportação, era "a princesinha do mar". Então vem muito essa ideia da "princesa", que os *cilenses*¹⁴ se chamavam de aristocratas; eles eram uma aristocracia praiana, apesar de não serem nobres, era uma aristocracia em termos simbólicos, de status. E a "princesinha do mar" era uma ideia um pouco casta, uma jovem romantizada, num cenário natural idílico. Os símbolos da urbanidade não estão dados ali, ainda remetem a uma Copacabana bucólica, ainda é o mar, as areias, tão cheias de luz, a vida natural que tá sendo destacada. "A Garota de Ipanema" não, ela é muito mais moderna nesse sentido, ela é jovem, pra frente, ela claramente tem sensualidade, não é mais a aristocracia que dá status, mas justamente a atitude dela. Ela não usa maiô, usa biquíni. Então é um outro modelo de mulher que combina com essa Ipanema, que é a nova modernidade, não mais aquela coisa antiga, casta, com ares pretensamente aristocráticos de Copacabana. Então é uma transformação no modelo de status.

Revista Habitus: *No final do seu livro você coloca a questão das taiobas, que eram os bondes de segunda classe, que levavam a classe trabalhadora e os suburbanos até a praia de Copacabana. Em um documentário chamado "Os pobres vão à praia" produzido pela Rede Manchete em 1989, o média metragem retrata um dia de suburbanos na praia de Copacabana, durante um domingo. E nesse documentário uma mulher, moradora de Copacabana, que está sendo entrevistada na praia da Barra da Tijuca, reproduz um discurso*

que trata os “de fora” como: “Aquela gente feia e pobre vai pra praia e faz uma farofada, isso pra mim não gente, não é nem brasileiro, é sub-raça”. E é curioso que seu livro trata de um espaço temporal bem definido, entre o final do século XIX e começo do século XX. Por que a história se repete tanto no Rio de Janeiro? Por que temos essa repetição dos mesmos discursos, das mesmas práticas?

Julia O’Donnell: É uma sociedade profundamente desigual. Claro que é uma vantagem a gente ter esse espaço democrático da praia, mas é também um espaço muito cruel nesse sentido. Porque a convivência se torna obrigatória, ninguém vai abrir mão de ir para a praia. Então essa convivência deixa em carne viva essa desigualdade que a gente muito “cordialmente”- no sentido do Sergio Buarque de Hollanda-, consegue esconder no nosso dia-a-dia de maneiras diferentes. O Rio é uma cidade profundamente marcada pela escravidão, por um modelo patriarcal de relação -e que vem se reproduzindo-, e é muito clara essa mistura promíscua entre público e privado, que Sergio Buarque de Hollanda em 1936 descreveu tão bem e que marca a nossa vida até hoje, e que o espaço da praia evidencia porque é o momento em que as pessoas são obrigadas a lidar com o outro. E ao ser obrigado a lidar com o outro essas coisas que nós brasileiros conseguimos maquiagem no dia-a-dia sob forma de cordialidade, de uma certa condescendência que você vê em relações domésticas, de trabalho e em várias instâncias. Na praia isso fica evidente. E é muito interessante a taioba porque a imagem é justamente essa. As fotos das taiobas no livro retratam muito bem isso. Os “maltrapilhos” com uma postura de “vamos invadir”, que é muito a postura de meninos que vão se divertir na praia. E tem uma crônica de 1928, que eu coloco no livro, que é o momento que a praia começa a se popularizar, ou seja, o projeto deles claramente deu certo, eles conseguem provar pra todo mundo que o legal, o elegante, o chique é estar na praia. E então claro, todo mundo quer ser elegante e chique. E numa crônica que saiu no Beira-Mar, eles colocam uma frase que é assim: “É ótimo que a praia seja democrática, mas a gente tem que separar o joio do trigo. Porque não dá para um diplomata ficar sentado ao lado do cozinheiro. Isso está parecendo uma praia de focas e não de pessoas elegantes.” E é exatamente o discurso de hoje: “A praia é democrática, mas alto lá, tudo tem limite, né.” Então a farofa incomoda, mas o vôlei de praia é tranquilo. O jogo de altinho pode cair na cabeça, tudo bem, é super civilizado. Mas ouvir funk é um absurdo... “Dessa gente que não tem cacife pra ir à praia em Ipanema.” São marcas de uma desigualdade que de fato não caminhou. A gente vê isso em várias dimensões.

Revista Habitus: *Partindo do seu livro: essa desigualdade se aprofundou, se manteve ou diminuiu?*

Julia O’Donnell: Ela se manteve. Mas é claro que se a gente pegar dados sociológicos, provavelmente a gente vai ver índices de alfabetização, ingresso em universidade nos anos recentes. Em dados macrosociológicos, eu não tenho eles aqui, mas tenderiam a dizer que diminuiu.

Revista Habitus: *Porque as vezes os números não mostram como se dá a sociabilidade. Nesse momento parece que vivemos uma dicotomia muito grande, e os discursos de diferenciação entre "eu x eles" tendem a aprofundar os preconceitos.*

Julia O'Donnell: É uma dialética na verdade. Por um lado a gente tem realmente, apesar do quadro de desigualdade econômica ser enorme, um momento de crescimento econômico das classes baixas. O ingresso de muita gente que era considerada das classes baixas nas classes médias. E isso faz, é claro, pessoas que não estavam acostumadas a viver com os outros estratos sociais terem que conviver. Vide o caso da professora da PUC, que postou em seu *Facebook*, sobre alguém estar de chinelos no saguão do aeroporto : "Isso aqui não é rodoviária". Isso obriga pessoas que não conviviam a conviver. A cordialidade não dá conta desse confronto, e aí aparece esse esqueleto profundamente desigual, sai pra fora e fica em carne viva mesmo. É muito aflitivo nós como cientistas sociais vermos as coisas se reproduzindo século atrás século.

Revista Habitus: *O Rio é uma cidade marcada por remoções, pela violência das mesmas. Pensando na cidade como um todo e não só Copacabana, como a favelização e as desocupações fizeram surgir esse carioca? Como esse choque se dá?*

Julia O'Donnell: É interessante porque o carioca tem um discurso muito orgulhoso, positivo, de que convive todo mundo bem. Na praia, na futebol, todo mundo se entende. Por mais que não goste da favela, sempre abaixa-se o preço do imóvel quando tem vista para a "comunidade", onde os cariocas gostam de dizer muito que: "Aqui no Rio é tudo muito misturado, favela e asfalto". Mas questões recentes mostram que isso se reproduz de maneira cada vez mais perversa. Como é a integração que a UPP promoveu? Que integração é essa? Jovens pagam 100 reais para ir em uma festa que só tem gente branca, do asfalto; e os únicos moradores da favela que estão na festa são os que estão vendendo bebida. Então esse discurso da "integração" precisa ser desnaturalizado. Porque a integração de fato não acontece. Ela pode até acontecer em termos espaciais, mas não em termos sociais. É uma falta de integração que se traduz em preconceito e em violência como a gente tem visto. Violência contra diversos grupos. Esse discurso do "nós e eles" tem se acirrado com essa aproximação, que não é uma aproximação de fato. Então uma das coisas que eu venho vivendo hoje em dia, eu moro no bairro de São Conrado, e tem um antagonismo muito forte da Associação dos Moradores de São Conrado, a AMASCO, com a Rocinha. Existem diversas cartas em que os moradores de São Conrado relatam: "Nós, moradores de São Conrado", porque os moradores da Rocinha não são considerados moradores de São Conrado. O jeito de fala é muito importante. Então a pouco tempo, por exemplo, em função da ideia de construção do teleférico na Rocinha, algumas casas teriam ou terão de ser removidas, e a EMOP - a empresa de obras públicas do Estado-, construiria um conjunto habitacional para colocar as pessoas removidas em função da construção do teleférico. Esse prédio, claro, não pode ser construído dentro da Rocinha por falta

de espaço, é um prédio legal, então não vai ser construído em um lugar ilegal. E lugar legal é no asfalto, então havia duas opções: na entrada da Rocinha, mas no asfalto, para a construção desse prédio. E houve uma reação violenta da AMASCO dizendo que isso era absurdo porque desvalorizaria os seus imóveis, porque seria "trazer a Rocinha mais perto de São Conrado."

E é nisso que eu acho que História é fundamental. Por que? Vou dar o caso de Copacabana. Muito antes de ter qualquer terreno comprado por alguém em Copacabana, o Morro da Babilônia já estava lá. Existem reportagens de 1901 que citam os moradores no Morro da Babilônia, ou seja, essa ocupação residencial do morro é muito anterior à ocupação do bairro de Copacabana. Na Rocinha idem. Não existia absolutamente nenhuma residência em São Conrado quando a gente tem o registro das primeiras construções na Rocinha. Qual é o discurso? É o discurso da legitimidade. "Eles não são de São Conrado. Eles não podem vir morar aqui perto porque eles não tem legitimidade pra fazer parte desse bairro.". Não "cacife", mas é um cacife travestido do discurso da legitimidade. E a História é muito importante pra isso. Vamos discutir legitimidade, mas quais são os critérios? A antiguidade? O que é? Então é fundamental para discutirmos essas formas de integração. Porque integração, sinceramente, eu não vejo. A raiz da desigualdade é muito profunda. Isso é uma violência simbólica que claro, se traduz em uma violência concreta. Porque se de fato a AMASCO conseguir vetar a construção desses edifícios, para onde vão essas pessoas? Para bem longe daqui. E por outro lado todo mundo adora ter empregada doméstica que mora na Rocinha, porque paga uma condução só. Isso é uma coisa que a gente vê desde a década de 1920, os moradores de Copacabana reclamando do Tabajaras: "A gente precisa resolver isso porque essa favela aqui não dá, mas também não dá pra ficar sem os trabalhadores." Então a solução que os copacabanenses encontraram no período era, veja bem, construir moradias populares no Leblon, que ainda não estava ocupado, ainda não era o Leblon que é hoje. Então era um jeito de manter os trabalhadores próximos, porém fora de vista e em uma residência mais aprazível ao olhar. Então essa relação do asfalto com a favela tem ótimos trabalhos, mas tem que ter mais, porque a gente tem que entender o processo de novo dessa relação.

Revista Habitus *Por que esse ódio é tão latente no Rio de Janeiro se nós temos bairros como o Leblon onde – teoricamente - o pobre está justamente ao lado do rico? Essa interação faz com que esse ódio seja mais latente ou não?*

Julia O'Donnell: Sim. Tem o trabalho do Roberto DaMatta “Você sabe com quem você está falando?” que ele trata disso e eu acho muito interessante para gente pensar. Porque o Brasil tem uma desigualdade de fundo que não é uma desigualdade clara. Não é um apartheid formal, não é uma sociedade de castas como na Índia... É uma desigualdade muito clara, muito estrutural, mas muito silenciosa. Então existe o discurso de: “Não tenho preconceito, não sou racista”, mas temos o elevador de serviço. Então é muito regido com essa ideia de que “cada um tem o seu lugar” e “tem que saber o seu lugar”. “A gente se dá super bem...não tem nenhum problema que a favela seja perto aqui de casa...”. Essa discussão do Roberto DaMatta é muito

interessante, de “cada um sabe o seu lugar”. E quando alguém ousa sair do “seu lugar”, leia-se: ir para a praia, frequentar o aeroporto... Aí a autoridade, essa autoridade simbólica, tem que ser explícita. E aí surgem os discursos de: “Você sabe com quem está falando?”, ou então: “Você não tem cacife”. É uma autoridade que tá ali latente, o tempo todo, mas é silenciosa porque “cada um sabe o seu lugar” e quando alguém ousa sair desse lugar acaba aparecendo sob essa forma de violência. E aí esse momento que a gente está vivendo acho que explicita muito isso. O ingresso de pessoas que não tinham acesso à universidade ao mundo universitário, ao mundo profissional... e tudo isso incomoda, pois elas “saem do seu lugar”. É o elevador de serviço, que por lei você não pode obrigar alguém a utilizá-lo. Então é isso, é muito cruel. É uma sociedade que mostra pra todo mundo, o tempo todo, qual é o seu lugar, qual é a sua posição. E a pessoa tem que ser muito forte pra conseguir transgredir o lugar. Na questão das cotas a gente vê muito isso.

Revista Habitus: *“Edifício Master” de Eduardo Coutinho parece exemplificar muito bem o que é Copacabana. Pessoas de todos os tipos convivendo no mesmo prédio, praticamente uma Babilônia. Essa construção de Copacabana como uma coisa planejada e planejada deu certo? Esse projeto de Copacabana para esta classe hegemônica deu certo ou não?*

Julia O’Donnell: Eles foram absolutamente vitoriosos no projeto deles. Mas eles provaram do próprio veneno. O projeto deles continha o germe da decadência, continha o germe da derrota. Porque eles foram vitoriosos de fato. Copacabana e a Zona Sul viraram os lugares mais desejáveis do Rio de Janeiro. Mas isso trouxe a massificação, pois estamos numa sociedade que permite mobilidade social.

Revista Habitus: *Copacabana é um bairro decadente?*

Julia O’Donnell: Bom, para os *cilenses* sem dúvida; para os antropólogos, pelo menos em termos antropológicos, não. Mas o que é a decadência? A decadência é um valor. Decadência significa que algo era melhor e ficou pior. Então num discurso hegemônico sim, porque o melhor é ter menos gente, uma vez que o valor principal é o exclusivismo, a diferenciação. Copacabana permite exclusivismo, diferenciação? Não, não permite. Então sob esses termos, nesses parâmetros civilizatórios, sem dúvida Copacabana é decadente. E os moradores que tem esse discurso: “Isso aqui não é mais a mesma coisa”, uma referência a um passado de glória. Então sob esse aspecto sem dúvida; mas decadência é ligada a um valor de modelo de civilização. Agora, Copacabana é incrível. Eu mesma cheguei achando que era o fim morar em Copacabana e agora tudo que eu queria era voltar para lá, eu adoro. E uma pergunta que a gente tem que se fazer é que Copacabana, apesar de tudo isso, continua sendo referência para o Rio de Janeiro. Não tem um turista que venha para cá e não vá para Copacabana. Então é muito interessante isso, e o livro acaba nisso também, em como Copacabana apesar de ter

materialmente se afastado daquele ideal, a ancoragem espacial que justificava aquele status não existe mais, mas ainda assim, simbolicamente, Copacabana continua sendo a Copacabana daqueles tempos. E aí que eu acho interessante juntar a História e a Antropologia. Porque os símbolos, os significados não necessariamente estão completamente entranhados no espaço, mas esse “*entranhamento*” não necessita de um compasso absoluto.

Revista Habitus *E a questão da prostituição em Copacabana? Quando começa a “fama” de Copacabana como bairro noturno e ligado à prostituição?*

Julia O’Donnell: As primeiras referências à Copacabana, ainda na primeira década do século XX, quando ainda havia muita pouca gente morando lá, é sobre um lugar que as pessoas frequentavam à noite. João do Rio tem uma crônica sobre isso de 1904, dizendo que estava muito calor e que as pessoas iam para Copacabana para tomar sucos e se refrescar com a brisa do mar, e já existam alguns quiosques na praia. E também existem muitas referências a um estabelecimento que ficava no Posto 6 que era a casa da madame “Mère Louise”, que era um cabaré. Era um lugar frequentado por homens que vinham da região central, de Botafogo e da Glória para se divertir lá. E era considerado pelos mais moralistas como um antro de perdição. E as primeiras referências à Copacabana já eram ligadas à boemia e à prostituição. Era uma boemia de alto luxo, não era uma boemia qualquer, mas isso é uma questão. E depois, em 1920, os moradores conseguiram fechar esse ambiente, que era distante, discreto, que ninguém seria visto, etc. Depois os primeiros registros que eu encontrei reclamando de prostituição - e aí sim uma prostituição de rua-, remetem a década de 1940. É quando se reclama que a praia está cheia, que tem assaltos. A massificação começa a incomodar os moradores mais antigos, os *cilenses* dali. E a partir dessa década de 1940 é que começa a se criar esse ideário de uma Copacabana boemia, noturna. E claro, o mercado da prostituição se insere nesse meio. E incomodava a moralidade das tradicionais famílias que não podem conviver com isso. E outra coisa que é interessante também são os edifícios, pois a Cinelândia e Copacabana foram os primeiros lugares do Rio a terem arranha-céus. Então se tem um novo modelo de vida. Morar em apartamento passa a ser considerada uma coisa moderna e civilizada.

Revista Habitus *Um dado interessante que você coloca no final do seu livro é que já na década de 1940 a maioria das moradias de Copacabana eram de edifícios.*

Julia O’Donnell: Sim, isso é realmente impressionante. Se você olhar a foto de 1930 e 1940 é impressionante a verticalização. Antes eram edifícios luxuosos, não muito grandes. E a partir da década de 1950 com o governo JK, baseado na ideia do desenvolvimentismo de cidades como Chicago e Nova Iorque, que se massifica essa verticalização. E os prédios lembravam os cortiços. E existia todo um trabalho da imprensa em mostrar que era elegante morar nesses

prédios. E os nomes dos prédios eram sempre “Maison X”, “Palácio de Y”, que era justamente para marcar essa diferença. Essa reportagem que eu comentei antes, da “Copacabana favela de luxo”, que é uma reportagem de 1975 do Jornal do Brasil, exaltava tudo que está acoplado à Zona Sul do Rio: um estilo de vida, um status, que até hoje a gente vê. E atualmente a gente vê um processo muito interessante, que é a de saída das pessoas da Zona Sul, que não podem mais arcar com as despesas dessa região da cidade. E acredito que em dez anos a gente vai poder fazer uma análise interessante. A Zona Sul está mudando, e ela ficou realmente inviável. E a cidade do Rio de Janeiro é uma cidade muito maluca, mas por isso que é boa de estudar. Como diria Lévi-Strauss: é boa para pensar, e a gente está aqui pra fazer isso.

Revista Habitus: *Sobre João do Rio: gostaríamos que você falasse um pouco da importância dele pra época, como ele conseguiu todo esse reconhecimento que ele tinha e de que forma o trabalho dele foi incorporado na sua pesquisa?*

Julia O’Donnell: Eu conheci o trabalho do João do Rio pelo Gilberto Velho, foi ele quem me apresentou. E eu fiquei muito encantada com a forma como o João do Rio lidava com a forma urbana. A geração anterior a ele, de Machado de Assis e Olavo Bilac, cresceu no Império. Então havia um estranhamento com a cidade. E o João do Rio já nasceu pouco antes da República; ele era jovem já na República. E num mundo em que a cidade se transformava muito rápido, e também a imprensa se transformava muito rápido. Antigamente, na geração anterior à do João do Rio, quem contribuía para os jornais também trabalhava em outras coisas, não era uma profissão o “ser jornalista”. Então o João do Rio juntou duas coisas: esse olhar muito a vida urbana, de dentro, ele era profundamente urbano. A sua sensibilidade foi formada na vida urbana, e ele também soube captar muito bem esse novo momento do jornalismo. Que era um jornalismo que começava também a se influenciar pelos modelos norte-americanos, do mundo da notícia, do mundo da reportagem, que ele soube incorporar e trazer da França, dos Estados Unidos, da Inglaterra. E ele realmente fez uma nova forma de jornalismo, que era um jornalismo não só de comentário, mas era um jornalismo investigativo, de ir até os lugares e dizer o que aconteceu. Ir com o carro da polícia à noite para ver o que a polícia ia fazer. Então era descobrir a cidade junto com uma nova forma de escrever sobre a cidade. Então eu acho que a grande sacada dele, que fez virar quem ele foi, foi exatamente isso. Ele sabia traduzir para as pessoas que estavam vivendo nesse processo de transformação o que estava acontecendo. Não de uma forma explicativa, didática – não era isso -, mas ele sabia olhar de uma forma que as pessoas se identificassem. Ele dialogava com as ruas, não só falava sobre as ruas. Então ele conseguiu se aproximar da população de uma forma que nenhum outro autor ou jornalista tinha conseguido até então. As pessoas liam, e ele tinha um ritmo de escrita muito ágil, os textos dele (os mais conhecidos, pois ele tinha vários pseudônimos) possuem uma leitura ágil. Há o momento que vive o cinema, das cenas se passando rápido. Ou seja, ele soube capturar um espírito de época e tratar de temas banais como a reforma na Avenida Central, a prostituição, o problema dos trabalhadores, dos mendigos, das crianças criminosas...vários problemas que

vinham surgindo na vida urbana e as pessoas iam conhecendo no seu dia a dia. Ele teve um alcance que nenhum outro autor tinha tido; ele dialogava com pessoas de toda a parte da cidade e foi construindo uma fama que autores com um viés mais erudito, mais afastado das ruas não conseguiram, apesar de serem ótimos autores. Em minha opinião, a grande guinada que o João do Rio operou foi essa: aproximar a Literatura da vida urbana, não só em termos temáticos, mas também em termos estilísticos, de incorporar o ritmo da vida urbana à escrita jornalística. Ele acabou criando um gênero chamado “crônica-reportagem”, que não era uma reportagem como conhecemos hoje, era uma crônica, um pequeno texto que poderia ser verídico ou não. E isso também é muito interessante, pois não importa se era verdade ou não; o que importava era se parecia verossímil. E mesmo que ele não tivesse lá, o que importava era parecer que ele estivesse realmente lá, e isso é o suficiente para os leitores. Ele construiu essa nova forma para as pessoas lerem e pensarem sobre a vida urbana que elas vivenciavam. Isso o tornou extremamente popular, extremamente lido e conhecido. E ao mesmo tempo, extremamente mal visto por um grupo canônico de literatos que via a escrita dele como uma coisa muito rala, muito pouco erudita, muito coloquial... E que era de fato. Ele aos poucos começou a se ressentir disso, apesar de ter essa marca muito colada ao dia a dia, ele também tinha a ambição de ser aceito na Academia Brasileira de Letras, também queria ser reconhecido como um grande escritor, e ao se expor as altas rodas da Literatura ele começou a sofrer muito preconceito por ser gordo, por ser homossexual, por ser mulato. E quando ele se expõe a esse universo, ele começa de fato a ser muito hostilizado. Mas existem outros grandes literatos que eram também mulatos. Em nenhum momento ele assume essa identidade negra como fazem outros autores, pelo contrário. Ele se veste como alguém que quer ser parte da elite e cada vez mais ao longo da carreira ele vai se distanciando das ruas, numa tentativa de ser aceito num certo círculo erudito... Ele vai utilizando mais pó de arroz. E ficando cada vez mais sozinho, e tratando de temas cada vez menos ordinários. Mas de toda forma o enterro dele atrai uma multidão de pessoas, o que deixa muito claro essa fama que ele tinha. E uma coisa muito interessante era que os *chauffeurs* de taxi da cidade inteira, no dia em que ele morreu, ofereciam corridas de graça para as pessoas irem ao enterro dele. Ele de fato dialogava com várias classes sociais que viam nele um representante legítimo daquela cidade. E ele escreve no início da década de 1910, que é um momento em que a Antropologia começa a se construir em torno dessa premissa do “estar lá”, do que Malinowski chamaria de “observação participante” começa a ser parte fundamental do Antropólogo, do cientista social. E a Literatura começa a se valer dessas estratégias de referencialidade. Edgar Allan Poe, Charles Dickens começam a descrever o urbano com uma riqueza de detalhes, o que era uma experiência sensorial mesmo. João do Rio não inventou a pólvora, mas aqui, no caso do Rio de Janeiro, ele foi o primeiro autor que trouxe esse frescor da vida urbana para a Literatura, ainda que fosse uma Literatura de jornal, de dia a dia. Pro meu trabalho o que me interessou foi justamente isso: a capacidade que ele tinha de falar sobre a cidade; uma forma que eu vejo como etnográfica. Olhando para as relações, os diálogos, misturando os espaços, conseguindo capturar a formação de uma determinada cultura urbana, ou de várias culturas no Rio de Janeiro naquele momento. E foi isso que me encantou na obra dele. E por isso ele deixou essa marca. Na década de 1920, depois que ele morre, muitos autores

começam a copiar o estilo dele. João da Praia, Benjamin Costallat utilizam o modelo da crônica-reportagem e fazem do “eu estive lá” e “ninguém me contou, eu vi” algo que cria legitimidade. E é algo que começa a ganhar muito valor também na Antropologia. Então ele não é mais um “jornalista de gabinete”, assim como também na Antropologia. Então ele não é mais um “jornalista de gabinete”, assim como também os Antropólogos deixavam para trás a Antropologia de gabinete. Então é uma relação dialética: a sociedade forma a Literatura e a Literatura forma a sociedade; o João do Rio ajudou a construir essa imagem do Rio de Janeiro urbano, da mesma maneira como a cidade construiu a obra dele. 🌐

NOTAS

*Caio Barros e Íria Borges são graduandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membros do Comitê Editorial da Revista *Habitus*. Além deles, foi responsável pela transcrição da entrevista Rodolfo Teixeira.

[1] O termo *cilenses* refere-se aos moradores dos bairros da chamada CIL – Copacabana, Ipanema e Leblon.

